



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS**

**201ª REUNIÃO ORDINÁRIA
DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS**

Ata da ordem dos dias 11 a 14 de junho de 2012

BRASÍLIA – DF

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS

201ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS

Local: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília - DF

Data: 11 a 14 de junho de 2012

1 Aos onze dias do mês de junho de dois mil e doze teve início a Ducentésima Primeira Reunião
2 Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, sob a Presidência do Presidente do
3 Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS e Representante Titular da Associação para
4 Valorização e Promoção de Excepcionais – FENAVAPE, Carlos Eduardo Ferrari. Estiveram presentes
5 os seguintes Conselheiros Titulares ou na Titularidade e Suplentes do CNAS: Conselheiro Carlos
6 Eduardo Ferrari, Presidente do CNAS e Representante Titular da Associação para Valorização e
7 Promoção de Excepcionais – FENAVAPE; Conselheiro Renato Francisco dos Santos Paula, Ministério
8 do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS; Conselheira Simone Aparecida Albuquerque,
9 SNAS; Conselheira Maria do Socorro Fernandes Tabosa, SNAS; Conselheira Luziele Maria de Souza
10 Tapajós, SNAS; Conselheira Lea Lúcia Cecílio Braga, SNAS; Conselheira Solange Teixeira, Secretaria
11 de Renda e Cidadania; Viviane Vieira da Silva, Ministério da Educação; Conselheiro Dario Frederico
12 Prache, Ministério da Saúde; Conselheiro José Geraldo França Diniz, Ministério do Planejamento,
13 Orçamento e Gestão; Conselheira Léa Lúcia Cecílio Braga, MDS; Conselheira Solange Teixeira, MDS;
14 Conselheiro Fábio Moassab Bruni, SNAS; Conselheira Margarida Cardoso, da Secretaria
15 Extraordinária para a Superação da Extrema Pobreza; Conselheiro José Ferreira da Cruz, SNAS;
16 Conselheiro Tomás Vasconcellos Nascimento, Secretaria Nacional de Avaliação e Gestão da
17 Informação; Conselheira, Meive Ausônia Pacesi, FONSEAS; Conselheira Eloiana Cambrari Soares,
18 FONSEAS; Conselheira Marisa Rodrigues da Silva, CONGEMAS; Conselheiro Pedro Vilmar Ost,
19 União Brasileira de Educação e Ensino – UBEE; Cláudia Laureth Faquinote, Associação Brasileira de
20 Educação e Cultura – ABEC; Conselheiro Antônio Celso Pasquini, União Social Camiliana;
21 Conselheira Leila Pizzato, Associação Antônio Vieira; Conselheira Margareth Alves Dallaruvera,
22 Federação Nacional de Assistentes Sociais – FENAS; Conselheiro José Araujo da Silva, Pastoral da
23 Pessoa Idosa; Conselheiro Samuel Rodrigues, Movimento Nacional da População de Rua; Conselheira
24 Maria da Conceição Pires dos Santos, FENAPAES; Conselheiro Frederico Jorge de Souza Leite,
25 Federação Nacional dos Psicólogos – FENAPSI; Conselheira Jane Pereira Clemente, FENATRIBEF;
26 Conselheira Maria Aparecida do Amaral Godói de Faria, CNTSS/CUT; Conselheiro Carlos Rogério de
27 Carvalho Nunes, CTB;; Nilsia Lourdes dos Santos Miranda, UNEGRO- União de Negros pela
28 Igualdade; Aldenora Gomes Gonzáles, Confederação Nacional das Associações de Moradores –
29 CONAM; Volmir Raimondi; Organização Nacional de Cegos do Brasil – ONCB; Dóris Margareth de
30 Jesus, União Brasileira de Mulheres – UBM; Anderson Lopes Miranda, Fórum Nacional da População
31 de Rua; Edivaldo da Silva Ramos, Associação Brasileira de Educadores de Deficientes Visuais –
32 ABEDDEV; Thiago Szolnoky de Barbosa Ferreira Cabral, OAB; Ademar de Andrade Bertucci, Cáritas
33 Brasileira; Márcia de Carvalho Rocha, Lar Fabiano de Cristo; e, Charles Roberto Prankes,
34 CONGEMAS. **Visitantes:** Ministra Tereza Campello; e, Secretária Valéria Gonelli; Diretor-Executivo
35 do Fundo Nacional de Assistência Social, Antônio Henrique; Dra. Carolina Stuchi; Diretora Substituta
36 da Diretoria da Rede Privada do SUAS, Sra. Ana Paula; Consultora Jurídica do MDS, Dra. Vanessa; e
37 os Presidentes dos Conselhos de Goiás e Rio Grande do Sul. **ABERTURA.** A Secretária-Executiva
38 informou a ausência do Presidente e do Vice-Presidente para abertura do evento e, conforme o
39 Regimento Interno, foi escolhido o Conselheiro Celso Pasquini para exercer a presidência. O
40 Presidente em exercício abriu a reunião, informando que a mesma seria conjunta, com os ex-membros

41 e os novos Conselheiros, que tomariam conhecimento do funcionamento das Comissões. A seguir, a
42 Conselheira Marisa solicitou que os Conselheiros se apresentassem, com os novos membros indicando
43 nome e representação: Nilsia Lourdes dos Santos Miranda, UNEGRO- União de Negros pela
44 Igualdade; Aldenora Gomes Gonzáles, Confederação Nacional das Associações de Moradores –
45 CONAM; Eloiana Soares, FONSEAS; Volmir Raimondi; Organização Nacional de Cegos do Brasil –
46 ONCB; Edivaldo da Silva Ramos, Associação Brasileira de Educadores de Deficientes Visuais –
47 ABEDDEV; Thiago Szolnoky de Barbosa Ferreira Cabral, OAB; Leila Pizzato, Associação Antônio
48 Vieira; Maria Aparecida do Amaral Godói de Faria, Confederação Nacional dos Trabalhadores em
49 Seguridade Social da CUT; Pedro Ost; Frederico Leite, Federação Nacional dos Psicólogos; Ademir de
50 Andrade Bertucci, Cáritas Brasileiras; Charles Roberto Prankes, Suplente do CONGEMAS; José
51 Geraldo França Diniz, MPOG; Jane Pereira Clemente, FENATIBREF; Maria da Conceição, Federação
52 Nacional das APAES; Simone Albuquerque, MDS; Luziele Tapajós, MDS; Fábio Bruni, MDS;
53 Solange Teixeira, MDS; Léa Braga, MDS; José Cruz, MDS; e, Carlos Rogério de Carvalho Nunes,
54 novo suplente da CTB. Após esse momento, o Presidente em exercício solicitou à Secretária-Executiva
55 a conferência do quorum, que esclareceu que o mesmo seria verificado com os Conselheiros da gestão
56 2010/2012: Conselheiros na Titularidade: Conselheira Solange Teixeira, Conselheira Simone
57 Aparecida Albuquerque, Conselheiro José Geraldo França Diniz, Conselheira Marisa Rodrigues da
58 Silva, Conselheiro José Ferreira da Cruz, Conselheira Léa Lúcia Braga, Conselheiro Pedro Ost,
59 Conselheiro Antônio Celso Pasquini, Conselheiro Samuel Rodrigues, Conselheiro Frederico Jorge,
60 Conselheira Maria Aparecida Godoi de Faria. Conselheiro na suplência: Conselheira Maria do Socorro
61 Tabosa, Conselheiro Charles Pranke, Conselheira Leila Pizzato, Conselheira Maria da Conceição
62 Santos, e, Conselheira Jane Pereira Clemente. **Item “Apresentação da Comissão de
63 Acompanhamento aos Conselhos de Assistência Social: Competências, funcionamento e desafios
64 – Coordenadora da Comissão, Conselheira Eutália Barbosa Rodrigues”.** A Conselheira Maria do
65 Socorro justificou a ausência da Conselheira Eutália, nomeando os demais membros da Comissão e o
66 apoio recebido. Relatou o histórico da Comissão, criada pela Resolução CNAS nº 53/2007. Destacou
67 que uma de suas principais atribuições conforme o Regimento Interno era subsidiar o CNAS para o
68 acompanhamento e fortalecimento dos Conselhos de Assistência Social. Apresentou um balanço dos
69 principais trabalhos realizados de 2010 a 2012, sendo que na última reunião dessa gestão, a Comissão
70 havia feito uma avaliação das realizações e um planejamento de ações para o novo período que se
71 iniciava, dividido em tarefas e meios estratégicos, bem como os principais desafios apontados pela
72 Comissão no período de 2012 a 2014. Concluindo, a Conselheira Maria do Socorro informou que a
73 Comissão se reunia na manhã do primeiro dia das reuniões ordinárias, com uma equipe que prestava
74 apoio, indicando seus membros. A Conselheira Marisa colocou-se à disposição, com o Conselheiro
75 Thiago indagando se era obrigatória a presença dos membros na reunião, quantos a compunham e se
76 existia paridade. O Conselheiro Pasquini falou sobre a diferença entre essa Comissão e as demais,
77 reunindo-se uma vez por mês durante três dias, com a Secretária-Executiva discorrendo sobre as
78 demais Comissões e o número de membros existentes. A Conselheira Aldenora elogiou a apresentação
79 feita, que trazia esclarecimentos aos novos Conselheiros, solicitando a distribuição do material
80 apresentado. **Item “Apresentação da Comissão de Política de Assistência Social: competências,
81 funcionamento e desafios – Coordenador da Comissão, Conselheiro Frederico Jorge de Souza
82 Leite”.** O Conselheiro Frederico parabenizou o momento de integração entre os Conselheiros que
83 terminavam seu mandato e os que chegavam, sendo muito importante esse processo de continuidade do
84 grande trabalho realizado por essa Comissão. O Conselheiro Clodoaldo ressaltou a relevância dos
85 temas iniciados pela gestão que estava sendo concluída, destacando o tema sobre a inclusão das pessoas
86 com deficiência intelectual e que estava pautado. Que para essa proposta havia que buscar
87 financiamento e pressionar para que a Assistência Social estivesse de fato dentro do orçamento público
88 e que esses recursos fossem ampliados. Desejou um ótimo trabalho para todos, sendo esse o espaço
89 extremamente nobre e um templo da cidadania, com todos dando o melhor de si para a construção de

90 políticas públicas inclusivas no país. **Item “Apresentação da Comissão de Financiamento e**
91 **Orçamento de Assistência Social: competências, funcionamento e desafios – Coordenador da**
92 **Comissão, Conselheiro José Geraldo França Diniz”**. O Conselheiro José Geraldo esclareceu que as
93 Comissões não eram deliberativas, mas de assessoramento ao Pleno. Informou que essa Comissão se
94 reunia na tarde do primeiro dia das reuniões ordinárias da CNAS ou quando convocada, indicando os
95 membros que a compunham. Relatou as atribuições da Comissão, conforme o material em tela, bem
96 como os relatórios encaminhados ao CNAS sobre atividades e realizações financeiras dos recursos,
97 com a Secretaria-Executiva responsável pelos relatórios de execução e de prestação de contas. Indicou
98 os temas tratados atualmente pela Comissão, assim como os critérios e partilha de recursos para
99 diversos programas. Falou sobre os desafios da Comissão para os próximos Conselheiros, com a
100 continuação da discussão da reforma tributária e aprofundamento dos estudos sobre a matéria
101 orçamentária e financeira. Destacou a necessidade de capacitar os Conselheiros dessa Comissão para
102 que pudessem participar ativamente e assessorar o Pleno nas principais decisões. Esclareceu que
103 normalmente todos os assuntos levados à Comissão de Financiamento e encaminhados ao Pleno eram
104 acompanhados de uma minuta de resolução. A Conselheira Aldenora relatou as atividades que exercia,
105 sugerindo que a Comissão dialogasse com os Conselhos Nacionais das Cidades para conseguir mais
106 recursos para os Programas Minha casa, minha vida, Pessoas Idosas e com necessidades especiais. O
107 Conselheiro José Geraldo sugeriu que essa discussão iniciasse na CIT para depois chegar ao CNAS.
108 **Item “Apresentação da Comissão de Normas de Assistência Social: competências, funcionamento**
109 **e desafios – Coordenador da Comissão, Conselheiro Antônio Celso Pasquini”**. O Conselheiro
110 Pasquini falou sobre a importância da Comissão, a normatização para os temas do CNAS e também
111 orientações para os Conselhos Estaduais e Municipais, conforme especificado pela emenda nº 8.101.
112 Informou que a Comissão se reunia ordinariamente à tarde no primeiro dia das reuniões ordinárias do
113 CNAS e extraordinariamente quando convocada, indicando a equipe que a assessorava, conforme o
114 Regimento Interno. Indicou os objetivos e os principais assuntos discutidos pela Comissão de Normas,
115 a quem competia, entre outros temas, fazer a apresentação trimestral e também relatório anual sobre o
116 processo de certificação e encaminhar para o Pleno. Ressaltou os desafios para a Comissão, muitos dos
117 quais não haviam tido tempo hábil para terminar nesse mandato, destacando o papel de olhar à frente e
118 principalmente para o SUAS. **Item “Apresentação da Comissão de Benefícios e Transferência de**
119 **Renda do CNAS: competências, funcionamento e desafios – Coordenador Adjunto da Comissão,**
120 **Conselheiro Carlos Rogério Nunes de Carvalho”**. O Conselheiro Carlos Rogério indicou ser a mais
121 nova Comissão, com seis Conselheiros e com as reuniões acontecendo por convocação do Presidente
122 da CNAS trimestralmente ou na forma extraordinária. Citou os membros da equipe de apoio, com as
123 competências da Comissão disciplinadas pela Resolução nº 15, de 2011, arrazoando sobre as mesmas,
124 principalmente acompanhar os programas, sua execução e os recursos aplicados, com ações para
125 verificar esses resultados. **Item “Apresentação da Comissão de Ética do CNAS: competências e**
126 **funcionamento – Coordenador da Comissão, Conselheiro José Araújo”**. O Conselheiro José
127 Araújo indicou os membros da Comissão de Ética, com o CNAS constituindo seu código juntamente
128 com a Sociedade Civil e com os poderes do Executivo, Legislativo e Judiciário e o MPU, prevendo
129 conduta ética para homens e mulheres comprometidos com a verdade, justiça, igualdade humana e
130 respeito. Falou sobre os deveres dos Conselheiros, dentre os quais o de zelar pelo controle social da
131 política pública de Assistência Social, com a Comissão se reunindo por demanda quando convocada
132 pelo CNAS. O Conselheiro Pasquini lembrou que as Comissões de Normas, Política,
133 Acompanhamento e Financiamento eram permanentes, compondo o Pleno e a Presidência Ampliada,
134 com as demais se reunindo apenas quando convocadas. Após algumas colocações, foi sugerido que a
135 fala do Presidente fosse realizada no dia seguinte, assim como a entrega de material da Secretaria-
136 Executiva para os novos Conselheiros. A Conselheira Maria Aparecida informou sobre as reuniões que
137 a Sociedade Civil realizava em horários alternados aos Conselhos, sendo importante a participação de
138 todos. A seguir, os Conselheiros se apresentaram: Conselheira Maria Auxiliadora, FENEIS;

139 Conselheira Neive Anzonia, FONSET; Conselheira Dóris Margareth de Jesus, União Brasileira de
140 Mulheres. A Conselheira Nilsia indagou a respeito da capacitação dos novos Conselheiros, sendo
141 esclarecido que as palestras realizadas eram uma forma de capacitação. **ENCERRAMENTO.** O
142 Presidente em exercício encerrou a reunião para o almoço, convidando a todos para retornarem às 14h.
143 **ABERTURA.** Reiniciando a reunião, o Presidente cumprimentou os presentes, solicitando à
144 Secretária-Executiva que fizesse a conferência do quorum: Conselheiros titulares: Conselheira Simone
145 Aparecida Albuquerque, Conselheiro Fernando Diniz, Conselheira Marisa Rodrigues da Silva,
146 Conselheira Meive Ausônia, Conselheiro José Ferreira da Cruz, Conselheiro Pedro Ost, Conselheiro
147 Antônio Celso Pasquini, Conselheiro Clodoaldo de Lima Leite, Conselheiro Samuel Rodrigues,
148 Conselheiro Frederico Jorge de Sousa Leite, Conselheira Maria Aparecida do Amaral Godoi, e,
149 Conselheiro Carlos Rogério de Carvalho Nunes. Conselheiro na suplência: Conselheira Maria do
150 Socorro Fernandes Tabosa, Conselheiro Charles Prank, Conselheira Leila Pizzato, Conselheira Maria
151 Auxiliadora Bezerra de Araújo, Conselheiro José Araújo da Silva, Conselheira Maria da Conceição
152 Pires dos Santos e, Conselheira Jane Pereira Clemente. O Presidente justificou sua ausência no período
153 da manhã, informando ter uma reunião com a Ministra do MDS para apresentar o processo de
154 conclusão de trabalho. A seguir, passou a falar sobre o **Item “Apresentação da Presidência**
155 **Ampliada: competências, funcionamento e desafios – Presidente Carlos Eduardo Ferrari”.** O
156 Presidente indicou a interação da Presidência Ampliada com todos os Conselheiros, mostrando suas
157 características regimentais conforme o material em tela. Relatou que a mesma se reunia no primeiro dia
158 das reuniões após as Comissões, às 18 horas, sem tempo para terminar, dependendo da pauta, sendo
159 ordinária, mas também podendo ser extraordinária. Indicou que a representação era paritária, sendo seis
160 membros, presidente, vice-presidente e os quatro Coordenadores das Comissões de Políticas, Normas,
161 Acompanhamento e Financiamento, arrazoando sobre suas competências, as discussões e os eventos
162 realizados, ademais dos principais assuntos discutidos e os desafios da Presidência Ampliada. Encerrou
163 sua explanação, colocando-se à disposição para quaisquer questionamentos. **Item Posse dos**
164 **Conselheiros da Sociedade Civil – Gestão 2012/2014 Conselho Nacional de Assistência Social**
165 **(CNAS).** A seguir, o Presidente informou a presença da Ministra do MDS para a posse dos novos
166 Conselheiros. O Mestre de Cerimônias deu as boas vindas ao Conselho de posse do CNAS, convidando
167 para compor a mesa de honra a Ministra do Estado do MDS, Sra. Tereza Campello, o Presidente do
168 CNAS, Sr. Carlos Ferrari, a Secretária Nacional de Assistência Social Adjunta, Sra. Valéria Gonelli.
169 Passou a palavra para o Presidente, que cumprimentou a mesa, os Conselheiros presentes e a
170 Secretária-Executiva, falando sobre a que havia sido construído pelo CNAS e o tempo de sua gestão.
171 Arrazou sobre o SUAS e o conjunto de instrumentos normativos cada vez mais refinados e à altura da
172 política pública, tendo a certeza que os novos Conselheiros conheciam a responsabilidade e a grandeza
173 desse colegiado, nascido na LOAS depois de muita luta pela Assistência Social. Destacou que
174 proximamente seriam entregues os resultados da 8º Conferência Nacional de Assistência Social, assim
175 como a digitalização de todo arquivo de processos de entidades que estavam no CNAS havia décadas,
176 trazendo não apenas as informações, mas também a história da Assistência Social no país. O Presidente
177 falou que muitos desafios estavam por vir, considerando que a política os demandava, manifestando
178 que seu compromisso enquanto cidadão brasileiro estava com a política pública de Assistência Social.
179 Arrazou que, deixando o cargo de Presidente, e sendo um cidadão brasileiro, agradecia a todos os
180 militantes dessa política pública, cada um dos Conselheiros e a todos os brasileiros que os haviam
181 recebido como representantes do CNAS. Concluindo, o Presidente agradeceu à equipe, Coordenadores
182 e todos que prestaram assistência ao colegiado, convidando a todos que continuassem trabalhando em
183 prol dos seus objetivos. A seguir, o Mestre de Cerimônias passou a palavra para a Secretária-Adjunta,
184 Sra. Valéria Gonelli, que manifestou sua satisfação em participar da cerimônia de posse da 10ª gestão
185 do CNAS. Cumprimentou os Conselheiros que terminaram a sua jornada e deu as boas vindas aos
186 eleitos, discorrendo sobre a LOAS e as implantação do CNAS, dando prioridade às políticas públicas
187 de Assistência Social. Parabenizou o CNAS pela sua jornada e pela efetivação e própria criação do

188 MDS, atos bastante importantes na construção dessa política e na consolidação também desse espaço e
189 do SUAS pelas três esferas do governo. Destacou a abrangência e importância desse Sistema,
190 discorrendo sobre as unidades implantadas no território nacional, empresas parceiras na execução da
191 política de Assistência Social. A Secretária falou sobre os avanços verificados com as representações
192 da Assistência Social no âmbito do censo MUNIC realizados pelo IBGE. Relatou que fariam a
193 ESTADIC que deveria ter ainda nesse ano concluído o seu processo para que se verificassem os
194 avanços na gestão estadual quanto à efetivação da Assistência Social. Informou a presença dos
195 representantes do FONSEAS, considerando o CNAS ser paritário e com as três esferas tendo
196 responsabilidades na execução dessa política. Concluindo, a Secretária deu as boas vindas aos
197 Conselheiros, falando em nome da Conselheira Denise Colin que não estava presente por
198 compromissos na 101ª Conferência Internacional do Trabalho. O Mestre de Cerimônias informou a
199 assinatura do livro de posse do CNAS pela Ministra Tereza Campello, o Presidente Carlos Ferrari e a
200 Secretária Valéria Gonelli, procedendo à leitura do termo de posse: *“Aos onze dias do mês de junho do*
201 *ano de dois e doze, às 15h no Auditório do bloco F da Esplanada dos Ministérios, no Edifício Sede do*
202 *Ministério da Assistência Social, na presença da excelentíssima Senhora Ministra de Estado do*
203 *Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, da Senhora secretária adjunta da*
204 *Assistência Social Valeria Gonelli e do Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social, Carlos*
205 *Ferrari, tomaram posse os membros representantes da Sociedade Civil no CNAS, eleitos no dia 10 de*
206 *maio de 2012 e nomeado pela portaria nº 118/2012. Publicada no Diário oficial da União no dia 11 de*
207 *junho de 2012 com o mandato de dois anos, bem como os Conselheiros governamentais nomeados*
208 *pela portaria de nº 119/2012 publicada no Diário Oficial da União do dia 11 de junho de 2012.*
209 *Convidamos par assinar o livro de posse do CNAS, os Conselheiros representantes de entidade e de*
210 *organizações de Assistência Social. 1º Titular Cáritas Brasileira, o Sr. Ademar de Andrade Bertuci; 2º*
211 *Titular Associação Antônio Vieira a Sra. Leila Pizzato; 3º Titular Fundação ORSA, o Sr. Wagner*
212 *Carneiro de Santana, não está presente na cerimônia. 1º Suplente Lar Fabiano de Cristo, a Sra.*
213 *Márcia de Carvalho Rocha; 2º Suplente Associação Brasileira de Educação e Cultura, a Sra. Cláudia*
214 *Laureth Faquinote; 3º Suplente Obra Kolping do Brasil, a Sra. Rejane Silva de Lima, não está*
215 *presente na cerimônia. Representantes dos trabalhadores na área de Assistência Social: Titular da*
216 *Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social da CUT, a Sra. Maria Aparecida do*
217 *Amaral Godoy de Faria; Titular da Federação Nacional dos Assistentes Sociais, a Sra. Margarete*
218 *Alves; Titular da Federação Nacional dos Empregadores em Entidades Beneficentes Religiosas e*
219 *Filantrópicas, a Sra. Jane Pereira Clemente; Suplente da Associação Brasileira de Educadores de*
220 *Deficientes Visuais, o Sr. Edivaldo Silva Ramos; Suplente da Central dos Trabalhadores e*
221 *Trabalhadoras do Brasil, Sr. Carlos Rogério de Carvalho Nunes; Suplente da Ordem dos Advogados*
222 *do Brasil, Sr. Thiago de Barbosa Ferreira Cabral. Conselheiros Representantes dos usuários e*
223 *organizações de usuários da Assistência Social: Titular da Organização Nacional de Cegos do Brasil,*
224 *Sr. Volmir Raimondi; Titular do Fórum Nacional da População de Rua, Sr. Anderson Lopes Miranda;*
225 *Titular da Confederação Nacional da Associação de Moradores CONAM, Sra. Aldenora Gomes*
226 *Gonzáles; Suplente da União Brasileira de Mulheres, Sra. Dóris Margarete de Jesus; Suplente da*
227 *União de Negros pela Igualdade, Sra. Nilza Lourdes dos Santos; Suplente da Pastoral da Pessoa*
228 *Idosa, Sr. José Araújo da Silva. Conselheiros representantes governamentais: Luciele Maria de Souza*
229 *Tapajós, Secretária Nacional de Assistência Social; Solange Teixeira da Secretária de Renda e*
230 *Cidadania; Simone Aparecida Albuquerque da Secretária Nacional de Assistência Social; Maria do*
231 *Socorro Fernandes Tabosa, da Secretária Nacional de Assistência Social; Eutália Barbosa Rodrigues,*
232 *da Secretária Nacional de Assistência Social, não compareceu à cerimônia; Viviane Vieira da Silva na*
233 *qualidade de membro suplente do Ministério da Educação; Lea Lúcia Cecílio Braga, da Secretária*
234 *Nacional de Assistência Social; Dario Frederico Prache na qualidade de membro suplente do*
235 *Ministério da Saúde; José Geraldo França Diniz, representante do Ministério do Planejamento,*
236 *Orçamento e Gestão; Fabio Moassab Bruni, da Secretária Nacional de Assistente Social na qualidade*

237 *de membro suplente; Fátima Aparecida Rampim representante do Ministério da Previdência Social*
238 *não compareceu a cerimônia; Margarida Cardoso, da Secretaria Extraordinária para a Superação da*
239 *Extrema Pobreza; José Ferreira Cruz, da Secretaria Nacional de Assistência Social; Tomas*
240 *Vasconcellos Nascimento da Secretaria Nacional de Avaliação e Gestão da Informação, na ordem de*
241 *membro suplente; Meive Ausônia Pacevi, na qualidade de membro titular representante dos estados*
242 *escolhida, Fórum Nacional de Representantes da Assistência Social; Eloiana Cambrari Soares,*
243 *representante dos estados, também escolhida no Fórum Nacional de secretários de estado da*
244 *assistência social; Marisa Rodrigues da Silva, representante dos municípios, escolhida no Colegiado*
245 *Nacional de Gestores Municipais da Assistência Social; Charles Roberto Prank, na qualidade de*
246 *membro suplente representante dos municípios escolhidos no Colegiado Nacional de Gestores*
247 *Municipais da Assistência Social”.* A seguir, o Mestre de Cerimônias passou a palavra para a Ministra
248 de Estado do MDS, Sra. Tereza Campello. A Ministra manifestou sua satisfação em participar nesse
249 evento, afirmando o compromisso da sociedade brasileira com a área da Assistência Social, dando as
250 boas vindas aos novos Conselheiros e agradecendo aos que se despediam, em especial ao Presidente,
251 destacando a grande contribuição à essa política e ao SUAS. Agradeceu, também, aos demais
252 Conselheiros e à Secretária Valeria Gonelli, que representava o governo na Conferência em Genebra da
253 OIT onde se defendia a política brasileira de proteção social e também reforçando o convite para sediar
254 no próximo ano a 3ª Conferência Mundial de Combate ao Trabalho Infantil. A Ministra cumprimentou
255 os representantes dos trabalhadores da Sociedade Civil, parceiros que também estavam à frente de
256 trabalhos de Assistência Social e que estavam ajudando a montar essa rede de proteção estatal, os
257 servidores do MDS, os Conselheiros dos demais Ministérios, parceiros da Assistência Social, da Saúde
258 e da Educação. Reafirmou o compromisso com a Presidente Dilma, assim como ao Presidente Lula ao
259 longo de nove anos, tendo como diretriz governar em parceria com os Conselhos, ressaltando a
260 importância da Sociedade Civil nesse processo. Manifestou o compromisso de construir e fortalecer os
261 Conselhos garantindo que as discussões e decisões passassem por esse Fórum, promovendo o
262 crescimento social. Destacou o importante momento para os Conselhos e para a política pública, com o
263 Brasil sendo olhado pelo mundo, relatando as reuniões realizadas com outros países, discorrendo sobre
264 o importante momento em que os Conselheiros assumiam sua missão. Falou sobre a importância que a
265 inclusão promovia na política pública social, ademais do crescimento do país, com o grande avanço nos
266 últimos nove anos se devendo à Assistência Social, ao esforço e parceria oferecida pelo CNAS,
267 favorecido pelos debates realizados ao longo desses nove mandatos. A Ministra observou que o SUAS
268 trazia amadurecimento no âmbito da Assistência Social, em especial no serviço público. Ressaltou o
269 desafio que se iniciava com essa gestão que era aprofundar e aperfeiçoar a parceria com a rede de
270 assistência privada, as entidades de Assistência Social e organizar o conjunto das normas,
271 aperfeiçoando essa grande parceria. Falou sobre a lei do SEBAS, que havia determinado o fim do
272 período cartorial do CNAS, passando essa responsabilidade da certificação para os Ministérios
273 correspondentes, avanço que havia permitido construir a política de Assistência Social. Arrazoou ser
274 esse um espaço do governo e da Sociedade Civil para construir políticas públicas, com cada
275 participante tendo um papel diferente nessa construção, visando o interesse do país e onde importantes
276 questões haviam sido debatidas e aprovadas, ressaltando as importantes políticas públicas e programas
277 que permitiam a nova construção da rede social do Brasil, citando o Programa Brasil sem Miséria e o
278 Viver Sem Limites, ademais de outros programas que vinham fortalecer a Assistência Social no país. A
279 Ministra ressaltou o trabalho que também era realizado na ponta, destacando a participação dos
280 usuários no CNAS, trazendo as demandas da população e uma agenda inclusiva para milhões de
281 cidadãos colocando, também, os desafios existentes no campo da certificação. Manifestou que não
282 estavam contentes com os prazos dessa pauta, acreditando que todos tinham conhecimento das
283 dificuldades e dos desafios existentes no MDS e na SNAS. Observou que para esse trabalho seria
284 preciso ter reuniões ao longo desse período, convocando o governo para participar, fazendo questão de
285 estar presente ativa e permanentemente no Conselho. Concluindo, a Ministra manifestou ter outros

286 projetos para a Assistência Social, destacando a realização de conferência sobre o trabalho infantil. O
287 Mestre de Cerimônias solicitou aos Conselheiros empossados que se dirigissem à frente para a foto
288 oficial. **ENCERRAMENTO.** O Mestre de Cerimônias agradeceu a presença de todos, declarando
289 encerrada a cerimônia de posse. **ABERTURA.** Aos doze dias do mês de junho de dois mil e doze,
290 reiniciando a Ducentésima Primeira Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social, a
291 Secretária-Executiva, indicou a ausência de Presidente e Vice-Presidente, por término de gestão,
292 informando que a presidência seria exercida por um dos membros titulares presentes escolhido pela
293 Plenária, com a indicação da Conselheira Maria Aparecida. A seguir, a Presidente em exercício
294 solicitou à Secretária-Executiva a conferência do quorum: Conselheiros na titularidade: Conselheira
295 Luziele Tapajós, Conselheira Simone Albuquerque, Conselheiro José Ferreira da Cruz, Conselheira
296 Marisa Rodrigues da Silva, Conselheira Leila Pizzato, Conselheiro Anderson Lopes Miranda,
297 Conselheira Aldenora Gomes González, Conselheira Maria Aparecida do Amaral Godói de Faria,
298 Conselheira Margareth Alves Dallaruvera, Conselheiro Fábio Bruni, Conselheiro Charles Pranke, e,
299 Conselheira Jane Pereira Clemente. Conselheiros na suplência: Conselheira Márcia de Carvalho Rocha,
300 Conselheira Cláudia Faquinote, Conselheira Dóris de Jesus, Conselheira Nilsia dos Santos, Conselheiro
301 José Araújo da Silva, Conselheiro Carlos Rogério de Carvalho Nunes, Conselheiro Tiago Ferreira
302 Cabral e Conselheira Maria do Socorro Fernandes Tabosa. A Conselheira Luziele justificou a ausência
303 da Conselheira Viviane no período da manhã. A Presidente em exercício passou a palavra para o
304 Conselheiro e Vice-Presidente da gestão anterior, Renato de Paula, que justificou sua ausência no dia
305 anterior, parabenizando os novos Conselheiros e desejando uma grande gestão. Destacou o grande
306 desafio que seria consolidar as ações que haviam sido iniciadas na gestão anterior e dar continuidade e
307 ao mesmo tempo contribuir para o avanço e inovação de outros projetos. Concluindo, manifestou sua
308 satisfação por ter participado desse Colegiado, colocando-se à disposição para o que fosse necessário.
309 Agradecendo pelas palavras, a Presidente em exercício sugeriu uma inversão de Pauta, passando à
310 apresentação dos professores Edval Bernardino e Carlos Ferrari e, posteriormente, à apresentação da
311 Secretaria-Executiva do CNAS, o que foi acordado pelo Pleno. **Item O Controle Social no SUAS –**
312 **Professores Edval Bernardino e Carlos Eduardo Ferrari.** O professor Edval cumprimentou os
313 Conselheiros eleitos, passando a discorrer sobre o reflexo que a atuação dos Conselhos tinha não só
314 para a política de Assistência Social, mas para a sociedade como um todo, com todos os segmentos
315 representados construindo uma sociedade mais democrática e justa. Falou sobre o Controle social no
316 SUAS, que era um tema recorrente, questionando se havia possibilidades e instâncias para o controle
317 social no Sistema, discorrendo sobre as diferentes abordagens que esse tema era objeto. Arrazouo que
318 participava desse debate compreendendo que o Controle Social era possível tanto do ponto de vista
319 teórico quanto do ponto de vista histórico, mas que era preciso conhecer o campo em que os Conselhos
320 atuavam. Questionou o lugar que ocupavam e sua instância, discorrendo sobre as diversas áreas que
321 traziam conflitos de interesses entre diferentes grupos da sociedade e de grupos do governo. Que sua
322 posição era contrária a essa separação, devendo se fortalecer essa parceria, considerando as
323 contribuições que o Conselho poderia oferecer à sociedade brasileira por meio da política de
324 Assistência Social. Falou sobre os diferentes projetos apresentados pelos governos, pulverizados em
325 distintas agendas, esperando que os Conselheiros governamentais e não governamentais se unissem em
326 defesa do controle social. O professor Edval explanou sobre a representatividade do Conselheiro, sendo
327 exigido dessa representação um diálogo mais sistemático, mais democrático, considerando as agendas
328 que os diferentes setores operavam no Conselho. Observou ser mais fácil o Conselheiro operar sozinho,
329 mas era nesse processo de articulação e de diálogo que sua vontade se construía e se diluía em uma
330 agenda coletiva, visando a gestão do patrimônio público e da ação pública de uma forma mais
331 abrangente e geral. Observou entender o controle social a partir de três dimensões: natureza política,
332 que era a influência da sociedade na agenda do governo; a dimensão técnica, que era o processo
333 fiscalizador efetivo; e, a dimensão no campo da Assistência Social, discorrendo sobre as mesmas.
334 Falou sobre a questão da adoção e o abrigo, devendo se investir mais na família para evitar esses

335 problemas. Ponderou que o Conselho precisava ser vivo, tendo uma agenda de ações permanentes para
336 que os Conselheiros tivessem motivação para participar, entender que o Controle Social era uma
337 construção cívica que interessava à maioria da sociedade. Ressaltou que a presença do Conselho não
338 era administrativa, mas sim política, com a maioria questionando quem eram os Conselheiros e que
339 nem todos estavam interessados no Controle Social, pesquisa que faria para entender essa questão.
340 Destacou que era preciso conhecer as agendas dos Conselheiros, para conhecer seus interesses e
341 projetos e o propósito com que chegava ao Conselho. O professor Edval ressaltou que o grande desafio
342 para a próxima gestão, segundo seu entendimento, seria tornar os Conselhos Municipais em Conselhos
343 efetivos e não apenas cartoriais. Que era preciso transformar a Assistência Social em bem público,
344 derrubando a ideia de que era uma política para os pobres, mas sendo tão estratégica quanto a Educação
345 e a Saúde, com esse conjunto de políticas públicas construindo um projeto de cidadania para a
346 sociedade e não para os pobres. Concluindo, arrazoou que se não trabalhassem para fazer com que a
347 ideia de Assistência Social como bem público fosse apropriada por milhões, essa política continuaria
348 em uma condição menor, com seu crescimento sendo o da seguridade social e da possibilidade da
349 cidadania. Indicando o grande desafio que os Conselheiros tinham pela frente, desejava que pudessem
350 cumprir esse desafio, investindo nesse empreendimento com muito sucesso. A seguir, o professor
351 Carlos Ferrari, agradeceu pelo convite e informou ter dividido sua fala em três blocos: 1) resgatar o
352 porquê de estarem nesse espaço, a conformação do Controle Social no âmbito da Assistência; 2) as
353 atribuições dos Conselhos para dialogar com as mesmas; e, 3) um conjunto de problemas que havia
354 identificado da Assistência e de outras políticas públicas. Discorreu sobre cada um dos blocos citados,
355 sendo estabelecido que essa política pública seria organizada a partir da participação popular, por meio
356 de organizações representativas. Falou sobre a democracia participativa, ousado modelo que propunha
357 a participação para além do voto, com a execução das ações a partir do povo, e não apenas pensando no
358 cidadão enquanto indivíduo que pudesse simplesmente delegar. Discorreu sobre o que a constituição
359 trazia sobre as diretrizes da política pública de Assistência Social, falando sobre a participação popular
360 por meio de organizações representativas, dentre as quais o Conselho Nacional, Conselhos Estaduais e
361 do DF e os Conselhos Municipais, discorrendo sobre o que a lei trazia e o que lhes cabia a partir desse
362 momento. Falou sobre as preocupações trazidas pelo professor Edval, questionando o que lhes cabia
363 enquanto instância de Controle Social, que entendia ser a possibilidade da participação direta da
364 população na deliberação e acompanhamento das políticas públicas, discutindo e defendendo esse
365 espaço. Que lhes cabia resgatar as atribuições do Conselho Nacional para dialogar com os outros
366 Conselhos, convocando a conferência de Assistência Social no seu âmbito, visualizando as três
367 instâncias que compunham o pacto federativo e relatando como esse evento era realizado. Questionou
368 se o modelo utilizado estava esgotado e como deveriam qualificar o processo, reflexões que cabia aos
369 militantes do Controle Social, das três esferas de participação. Indicou a determinação legal para que os
370 Conselheiros enquanto agentes públicos deliberassem e fiscalizassem a execução da política pública de
371 Assistência Social e seu funcionamento, discorrendo sobre essa questão. Ressaltou que cabia aos
372 Conselheiros Nacionais, Estaduais e Municipais e ao CNAS divulgar e publicizar seus atos por meio de
373 Resoluções, o que era muito importante para dar visibilidade e regular a política. O professor Carlos
374 Ferrari falou sobre outras atribuições que lhes competia, assim como a execução e a proposta
375 orçamentária, configurando-se como Controle Social, não apenas representando seu segmento, mas
376 também qualificando sua participação como agente público. Colocou a necessidade de resgatar a
377 autoestima do Conselheiro, valorizando a sua participação em todas as instâncias, conforme a lei do
378 SUAS, arrazoando sobre as dificuldades para sua efetiva participação. Discorrendo sobre as
379 representações, observou que deveriam discutir, colocar em pauta como funcionava a representação
380 governamental qualificada, questionando que Conselho gostariam de ter, continuando com os
381 importantes debates já colocados, ademais da importância da qualificação dos seus membros. Falou
382 sobre o financiamento dos movimentos, viabilizando as organizações de usuários e questionando a
383 fonte desses recursos. O professor Carlos Ferrari observou que os problemas relatados somente seriam

384 solucionados se alterassem a legislação, mudassem a postura e a concepção, o que se iniciava nesse
385 Conselho, contaminando positiva ou negativamente os Conselhos Estaduais e Municipais. Concluindo,
386 destacou que a responsabilidade era muito grande, tendo a certeza que todos os membros do CNAS
387 estavam comprometidos com essa postura, colocando-se como agentes públicos, discutindo os
388 problemas existentes e construindo um novo cenário para o controle social no âmbito da Assistência
389 Social, que já havia construído muita coisa, mas ainda faltando muito para sua consolidação. A
390 Conselheira Simone cumprimentou os professores Edval e Carlos Ferrari e os novos Conselheiros,
391 destacando que o CNAS havia realizado pelo menos cinco Conferências, construindo muitas das
392 agendas públicas. Observou que o professor Edval poderia colaborar com o modelo de Controle Social
393 que estavam conquistando. Ponderou que a Assistência Social se materializava na não política, no
394 assistencialismo, no paternalismo, na troca do favor, com o Controle Social sendo o oposto do
395 assistencialismo, por ter a possibilidade da construção do público, que era capaz de romper com essa
396 situação. Falou sobre o Conselho ser um espaço da linguagem do não organizado, onde os interesses
397 estavam colocados sobre a mesa, não porque as pessoas escondiam seus interesses, mas por estar se
398 constituindo o espaço público e com suas finalidades ficando mais claras. Referiu-se à dimensão
399 técnica, colocada na fala do professor Edval e do professor Carlos Ferrari, sendo preciso ter um
400 Conselho com dotação orçamentária. Questionou se seria preciso discutir essa dimensão, tendo
401 conquistado o profissional que estava no Censo SUAS, exigência feita na NOB SUAS, norma que
402 deveria ser discutida novamente, para dar um passo maior na dimensão técnica dos Conselhos
403 Municipais e Estaduais de Assistência Social. Com relação às Conferências Municipais, observou que
404 as mesmas estavam presentes e acreditando no Controle Social, e que o estado deveria ser democrático,
405 sendo nesses eventos que se atingia os governos, ressaltando que os mesmos não poderiam deixar de
406 ser realizados de dois em dois anos, sendo uma forma de formar agendas. Ressaltou que a Conferência
407 Nacional era o agrupamento das Municipais, fazendo algum tempo que o Conselho vinha tentando
408 induzir uma agenda, indagando ao professor Edval se as ações tomadas estavam exageradas e como
409 poderiam fazer uma conferência diferente, fazendo vir à tona as deliberações e as ações que não
410 haviam sido executadas. O Conselheiro Volmir questionou como poderiam estimular essa participação
411 partindo do ponto de vista do direito à mesma, discorrendo sobre as dificuldades de se extrapolar as
412 dificuldades e alcançar o controle social. Informou que vinha do Conselho da Saúde, onde muitas vezes
413 observava as situações colocadas pelo professor Carlos Ferrari, tentando-se executar algumas ações e
414 sem conseguir, indagando onde estava a instância deliberativa dos Conselhos, visto não ter autonomia
415 para tomar suas próprias decisões, e como se desvencilhar da questão da gestão interferindo no
416 Controle. A Conselheira Margareth manifestou sua satisfação em retornar ao CNAS, cumprimentando
417 os expositores. Concordou com as colocações do professor Edval sobre os Conselhos Municipais,
418 tendo realizado muitas Conferências Municipais e que eram diferentes da Nacional, sendo lançada a
419 culpa do que acontecia nos municípios no Conselho Nacional, o que era preciso mudar. Solicitou
420 esclarecimentos sobre o papel dos Conselhos Estaduais efetivos na interlocução com os Conselhos
421 Municipais, garantindo debates mais efetivos, questionando o porquê de ao invés de vários subtemas,
422 não permitiam que o município tivesse um momento específico onde avaliassem o que lhe havia
423 acontecido e os resultados alcançados após a Conferência. Concluindo, observou que o Programa Bolsa
424 Família deveria ser debatido seriamente pelo CNAS para que pudessem remeter aos Conselhos
425 Estaduais e Municipais. O Conselheiro Carlos Rogério concordou com as falas, referindo-se à rotina
426 dos Conselheiros, colocada pelo professor Carlos Ferrari, mas observando que as Conferências eram
427 dinâmicas, assim como o Conselho. Colocou as discussões realizadas com a presença de organizações
428 sindicais, indagando ao professor como se daria essa quebra de rotina, discorrendo sobre os debates
429 realizados nas Conferências. O Conselheiro Ademar observou não haver Controle Social sem
430 mobilização social permanente, praticada nas suas diferentes formas, com as Conferências sendo o
431 momento de grande mobilização, vindo a partir da agenda instituída. Ponderou que havia que valorizar
432 o significado das Conferências que aconteciam pelo país, mas que suas determinações não entravam na

433 agenda, discorrendo sobre a sua aplicação e como sair da agenda da hegemonia eleitoral. Concluindo,
434 ressaltou que quando falavam de democracia participativa, estariam representando interesses dos
435 desorganizados, questionando o que significava organização, com as políticas indo para diversos
436 campos, fazendo com que a política de Assistência Social também não se vinculasse a um processo de
437 participação social maior. O Conselheiro Anderson destacou a importância das explicações sobre o
438 controle do SUAS para os novos Conselheiros, discorrendo sobre os diversos segmentos, o que trazia
439 grande representatividade para a base e que precisava ser levada para a ponta. Com relação aos serviços
440 colocou a necessidade de criar os CREAS, conhecidos pela população, o mesmo não acontecendo com
441 o Centro POP. A Conselheira Dóris, elogiando a fala do professor Edval, lamentou o pouco tempo
442 disponibilizado, tendo que sair das reuniões para concluir as ações. Falou sobre a questão orçamentária,
443 que se resolvia com vontade política e com permissão da lei, precisando se encontrar uma fórmula para
444 isso. Solicitou que o professor Edval falasse sobre direito, podendo ter várias abordagens, dependendo
445 da visão teórica política e sendo tratado como um termo homogêneo, o não era verdade. Ponderou que
446 para que pudessem tomar conhecimento dos programas tratados no Conselho, as apresentações eram
447 muito importantes para esclarecer as questões a serem tratadas, fazendo com que o povo entendesse
448 seus direitos, o que prejudicada a participação popular nas questões políticas. O Conselheiro José da
449 Cruz destacou a importância do debate sobre o Controle Social, inaugurando essa gestão e sendo um
450 desafio para a área da Assistência Social, com essa discussão devendo ser realizada nesse espaço.
451 Observou ser um grande desafio, mesmo com a implantação do SUAS, constituir um espaço público de
452 fato na área da Assistência Social, podendo se responder os questionamentos feitos sobre o Controle
453 Social nesse Sistema que estavam implantando. Que era preciso romper essas barreiras na área da
454 Assistência Social, discorrendo sobre a representatividade do trabalhador no Conselho e se eram, de
455 fato, da área da Assistência Social. Solicitou maiores esclarecimentos sobre a participação dos usuários
456 e como poderiam efetivar isso nos serviços executados pelas entidades ou equipamentos públicos. A
457 Conselheira Aldenora citou o que o professor Edval havia colocado a respeito de não ter feito a
458 pesquisa relacionada com a representatividade do Conselheiro, notando a falta de feedback entre as
459 organizações que estavam dentro dos Conselhos Nacionais e suas bases. Que estava no CNAS para
460 poder entender melhor essa política de chegar às bases, tendo percebido a fragilidade existente dentro
461 dos Conselhos Municipais, principalmente pela falta de autonomia financeira, solicitando que o
462 professor Edval falasse sobre essa questão. O Conselheiro Charles ponderou que como gestor público
463 municipal pensava haver um problema maior e que era o modelo de estado existente, arrazoando sobre
464 o mesmo. Citou as palavras do professor Carlos Ferrari sobre o processo orçamentário, onde havia que
465 discutir e definir o plano de ação para o próximo ano. Que era preciso estruturar os Conselhos de modo
466 que possibilitasse informações e capacitações para o Conselheiro, para que pudesse atuar de forma
467 mais direta. Reforçou a questão de se olhar para dentro dos municípios, onde, de fato, se operava a
468 viabilidade da política, mas precisando ter essa dimensão mais técnica e ao mesmo tempo outro modelo
469 de estado. A Conselheira Marisa observou que o debate precisava ser mais democrático, sem a questão
470 de contagem de tempo, mas sendo preciso debater para ampliar os conhecimentos. Ressaltou a
471 importância do Censo para a Assistência Social, bem como a instalação dos Conselhos, conforme
472 colocado pelo professor Edval, ademais de outros pontos provocativos e que estimulavam reverter
473 essas situações. Corroborou com as palavras do Conselheiro Charles, de que esse modelo os forçava a
474 executar uma política em tempo real, não dando tempo para que se preparassem para essa tarefa.
475 Indagou como proporião uma agenda nos Conselhos sobre o Controle Social dentro da instância dessa
476 política se ainda estavam em um processo de aprimoramento dessa gestão, questionando o que os
477 Conselhos faziam atualmente e de imediato no Controle Social. Que gostaria de ouvir como poderiam
478 aprimorar, entender e qualificar esse Controle Social no âmbito dos municípios. A Presidente em
479 exercício passou a palavra para o ex-Conselheiro Pasquini, que agradeceu pelo tempo que havia
480 passado no CNAS e pelo apoio recebido, relatando seu aprendizado dentro da gestão da Assistência
481 Social e com a certeza que voltaria dentro de dois anos. Elogiou o discurso da Ministra no dia anterior,

482 cujas palavras sobre o Conselho haviam sido complementadas pelo professor Edval sobre as
483 instituições parceiras e o Controle Social, tema que encerrava todas as Conferências que havia
484 participado, devendo ser a primeira questão a ser tratada. Observou que a Ministra também havia
485 falado sobre a certificação, lembrando que em agosto entrariam novamente com esse pedido, chegando
486 a quase sete mil processos para serem analisados, com responsabilidade do CNAS de acompanhar e
487 fiscalizar esse processo. O professor Edval manifestou sua satisfação em ter trabalhado com o ex-
488 Conselheiro Pasquini, esperando encontrá-lo novamente. A seguir, passou a responder às questões
489 colocadas, com a Academia precisando contribuir com o SUAS, mas sendo contra o academicismo e a
490 favor das pesquisas, com o Sistema sendo construído de forma muito empírica, mas com muita
491 convicção. Observou que a estrutura do estado brasileiro tendia a levar as políticas sociais a um
492 processo compulsivo de feudalização e com o que não concordava, porque a articulação que precisava
493 acontecer no âmbito da gestão deveria ser feita pela sociedade, dando mais representatividade aos
494 interlocutores. Falou que a Sociedade Civil atuava nas diversas políticas, sendo preciso conhecer as
495 necessidades de cada setor, caso contrário esse segmento ficaria impossibilitado de atuar, o que fazia
496 apenas em partes e o governo no todo. Ponderou que a participação tinha relação com a adesão e com a
497 opção, discorrendo sobre a cultura de a sociedade ser limitada e vinculada à experiência sindical,
498 arrazoando sobre a questão. Observou que os maiores desafios estavam no campo da Assistência, tanto
499 quanto aos seus benfeitores quanto aos assistidos, não sendo uma relação equilibrada. Que para
500 melhorar essa interlocução era preciso criar as escolas de formação do cidadão no ambiente dos
501 territórios, construindo-se novos cidadãos e com os usuários sendo participantes dessa política.
502 Questionou sobre a efetivação do Programa ProJovem e como dar representatividade política à
503 juventude, e também atenção ao idoso. Observou que para isso precisavam reconfigurar as entidades,
504 para uma efetiva representação, arrazoando sobre sua atuação. Colocou a necessidade de alterar os
505 Conselhos Municipais, importante braço para alcançar o cidadão e efetivar as políticas públicas, o que
506 seria facilitado se essa mobilização já fosse a partir dos territórios, mudando inclusive os recursos a
507 serem utilizados. Colocou que se a agenda não fosse pertinente aos reais interesses da sociedade, não
508 promoveria sua mobilização, sendo preciso temas que estimulassem a participação, atingindo os
509 segmentos com agendas positivas. Que era importante que a Assistência Social contasse com
510 profissionais das diversas áreas, para poder ajudar na motivação para a participação da população nas
511 estruturas racionais de médio e longo prazo, arrazoando sobre a questão. Dirigindo-se à Conselheira
512 Simone ressaltou que já haviam avançado muito na Assistência Social, destacando a profissionalização
513 para a execução da política, mas que esse acompanhamento não estava sendo feita nessa dimensão
514 técnica, o que não seria feito pelo governo por não ser seu objetivo, sendo preciso contratar consultores
515 para gerar pesquisas sobre os programas colocados, como também sobre outras questões de interesse.
516 Observou não existir um pacto federativo no país, mas sim uma federação, com o uso de decisões
517 padrões para todas as especificidades de municípios e de estados. Que o pacto federativo precisava
518 contemplar a heterogeneidade e, como estado unitário em impostos programas com padrão uniforme,
519 sendo preciso compreender o que cabia aos diferentes estados regionais na constituição. Que o modelo
520 atual precisava ser revisto para poder atribuir maiores responsabilidades de governo ao âmbito regional,
521 alcançando os Conselhos Estaduais, falando sobre o que estimularia a liderança política da Sociedade
522 Civil querer ser membro do Conselho do Estado e não ser do Conselho Municipal da capital, onde
523 poderia ter a sua ação muito mais correspondida do ponto de vista da sua mobilização política.
524 Ponderou ser preciso discutir melhor o papel do estado, mudanças que a CIT vinha discutindo e que
525 redistribuiria melhor as atribuições. Concluindo, observou ter a impressão de que os Conselhos de
526 Estado não estavam tendo a capacidade de ser o articulador no âmbito regional no controle social,
527 questionando quantas se reuniam com os Conselhos Municipais por gestão e se existia agendas
528 sistemáticas. O professor Carlos Ferrari ponderou que ficava cada vez mais claro para os militantes
529 dessa política que tinham a missão de qualificar a participação, caso quisessem ter o Controle Social à
530 altura das conquistas feitas e do que a legislação assegurava. Que para isso seria preciso qualificar

531 inicialmente a participação popular, com a política de Assistência Social tendo uma posição
532 privilegiada por ser a única política que trazia explicitamente como uma de suas funções a perspectiva
533 da garantia e da defesa de direitos. Concordou com a colocação do professor Edval de utilizar os CRAS
534 para trazer os usuários organizados para dentro não só dos Conselhos, mas também da comunidade
535 como um todo. Destacou os custos para efetivar essa participação, tendo-se um debate bastante
536 recorrente no âmbito da política partidária que era o financiamento público de campanha e o
537 financiamento da participação, questionando como isso seria feito. Falou sobre o reconhecimento das
538 organizações de usuários pela LOA, ponderando como se viabilizariam aquelas constituídas
539 juridicamente ou não. Arrazoou sobre as demandas regionais, que promoviam a mobilização para a
540 resolução desses problemas ou usufruir dos benefícios, indagando como a política poderia viabilizar
541 essa situação. Observou que quando falava de piloto automático não estava desqualificando o processo
542 de fazer conferência, o qual era dinâmico por natureza, mas sendo preciso encontrar novos meios de
543 construção, observando como isso poderia ser feito e relatando o modelo de conferências da AGU que
544 havia participado. Observou que deviam discutir outras possibilidades de mobilização, talvez paralelas
545 às conferências, direcionando para que as proposta estivessem alinhadas com a política e com sua
546 realidade, citando alguns temas e destacando a necessidade de uma agenda com temas mais
547 propositivos e qualificados. Concluindo, registrou a grande parceria com o ex-Conselheiro Pasquini,
548 agradecendo aos novos e aos antigos Conselheiros, colocando a qualificação do Controle Social já
549 normatizada, sendo preciso efetivar a parceria com a academia, que trazia reconhecimento, mas
550 respeitando os avanços obtidos. Prosseguindo, o professor Edval falou, conforme colocado pela
551 Conselheira Simone, se o governo havia cometido exageros, que havia sido propositivo, em muitos
552 casos sem o devido acompanhamento das unidades municipais, mas em uma direção que ia
553 estruturando o modelo de Assistência Social convalidado por conferências e por lei, o que era positivo.
554 Que o problema era que o município tinha que buscar seus interesses, quando o processo devia ser o
555 contrário, discorrendo sobre essa situação histórica. Respondeu ao Conselheiro José da Cruz de não ter
556 trabalhado essa questão, mas que os trabalhadores da área da Assistência Social eram da estrutura
557 pública, querendo-se direção política dos mesmos, atuando em favor do interesse público, com equipes
558 multiprofissionais voltadas para demandas que atendessem todos os segmentos. Ponderou que havia
559 que se estudar o fato da preponderância da mulher na Assistência Social para se compreender essa
560 situação. Observou que atualmente olhava para essa política como desafio para compreender as
561 demandas, diferente de antigamente onde o serviço já configurava essa necessidade, com a Assistência
562 Social e seus profissionais tendo outra visão e querendo um compromisso ético político com a
563 construção de uma sociedade socialmente justa, para o que era preciso mudar não apenas o estado, mas
564 também a sociedade. A Presidente em exercício agradeceu pela exposição dos professores Edval e
565 Carlos Ferrari. O Conselheiro José da Cruz informou que seria distribuído um pen drive, com todas as
566 publicações e legislações do SUAS atualizadas, para os interessados. A Secretária-Executiva relatou
567 que esse material estava à disposição dos Conselheiros em forma impressa, ademais de outros
568 documentos sobre alguns programas de 2012. Informou que as reuniões nesse intervalo seriam para que
569 a Sociedade Civil e o governo indicassem a composição das Comissões permanentes, com seis
570 Conselheiros titulares e seis suplentes, obedecendo à paridade. Que em todas as Comissões deveriam
571 participar representante dos trabalhadores, usuários e entidades, por parte da Sociedade Civil, e, pelo
572 governo, com representantes do FONSEAS e CONGEMAS, para ter representantes do município e do
573 estado. Indicou que após a formação da Comissão, seria eleito o coordenador, sendo que
574 tradicionalmente duas Comissões tinham a coordenação do governo, dando paridade para a Presidência
575 ampliada. **ENCERRAMENTO.** A Presidente em exercício encerrou a reunião, convidando a todos a
576 retornarem no dia seguinte. **ABERTURA.** Aos treze dias do mês de junho de dois mil e doze, teve
577 prosseguimento a Ducentésima Primeira Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência
578 Social, a Conselheira Maria Aparecida assumiu a Presidência em exercício, de acordo ao Regimento
579 Interno, que passou à conferência do quorum, pela Secretária-Executiva: Conselheiros na titularidade:

580 Conselheira Luziele Tapajós, Conselheira Simone Aparecida Albuquerque, Conselheira Léa Lúcia
581 Cecílio Braga, Conselheiro José Geraldo França Diniz, Conselheiro José Ferreira da Cruz, Conselheira
582 Leila Pizzato, Conselheiro Volmir Raimondi, Conselheiro Anderson Lopes Miranda, Conselheira
583 Maria Aparecida do Amaral Godói de Faria, Conselheira Margaret-h Dallaruvera, Conselheira Jane
584 Pereira Clemente, Conselheira Viviane Vieira da Silva e Conselheira Margarida Cardoso. Conselheiros
585 na suplência: Conselheira Maria do Socorro Fernandes Tabosa, Conselheiro Tomás Vasconcelos
586 Nascimento, Conselheira Márcia de Carvalho Rocha, Conselheira Cláudia Faquinote, Conselheira
587 Nilsia Lourdes do Santos, Conselheiro José Araújo da Silva, Conselheiro Edivaldo da Silva Ramos,
588 Conselheiro Carlos Rogério de Carvalho Nunes, Conselheiro Thiago Ferreira Cabral e Conselheira
589 Solange Teixeira. **Item Eleição e posse do Presidente e Vice- Presidente do CNAS, para o mandato**
590 **2012/2013.** A Presidente em exercício passou a palavra para a Conselheira Marisa, para indicar o nome
591 para presidir o CNAS no biênio 2012 a 2014. A Conselheira Marisa discorreu sobre os critérios
592 utilizados pela bancada do governo, representada pelo CONGEMAS, FONSEAS, MEC, o Ministério
593 do Planejamento, Orçamento e Gestão e o Ministério da Saúde, quanto ao nome da Conselheira Luziele
594 Tapajós, referendado por todos os Conselheiros, relatando sua trajetória profissional. A seguir, a
595 Presidente em exercício passou a palavra para o Conselheiro José Araujo indicar o candidato a Vice-
596 Presidente pela Sociedade Civil. O Conselheiro José Araujo falou sobre o perfil da candidata, a
597 Conselheira Leila Pizzato. A seguir, a Presidente em exercício passou a palavra para a Conselheira
598 Luziele, que manifestou a honra em ocupar o cargo de Conselheira-Presidente, discorrendo, também,
599 sobre a indicação da Conselheira Leila. Manifestou que a plataforma não era a do governo, mas sim a
600 do Conselho Nacional de Assistência Social, Conselho representativo de toda a agenda da Assistência
601 Social, colocada na pauta de todos os segmentos. Destacou que previa o enorme trabalho e desafios que
602 tinham pela frente e a grande vontade de exercer o papel para o qual havia sido convidada, de
603 fortalecimento do Controle Social no Brasil. Citou a fala dos Conselheiros e da Ministra, trazendo o
604 que a principal mandatária na área de gestão da Política de Assistência Social do Brasil esperava como
605 parceria do CNAS. Manifestou-se disposta a construir um Conselho Nacional forte, não de duas, mas
606 sim de uma bancada só, da Assistência Social do Brasil. Concluindo, colocou-se à disposição do
607 Colegiado e com dedicação exclusiva a esse Conselho Nacional para esse fortalecimento. A
608 Conselheira Leila passou à leitura de um texto feito em conjunto com a Sociedade Civil: *“Bom dia Sra.*
609 *Coordenadora da mesa deste momento, da reunião plenária, Conselheiros e Conselheiras do CNAS,*
610 *Secretaria-Executiva, Coordenações de apoio ao CNAS aqui presentes e aqueles que nos visitam.*
611 *Então, gostaria de iniciar fazendo um agradecimento público aos representantes da sociedade civil*
612 *reeleitos pela indicação do meu nome para compor a vice-presidência e dos que chegam pelo apoio,*
613 *resultando no acolhimento com unanimidade. Agradeço a confiança e me sinto profundamente*
614 *irresponsável em exercer essa representação, que é motivo de grande honra. Me comprometo*
615 *publicamente em exercer essa representação construída com cada um de vocês essa etapa da história*
616 *da assistência social, que afirme novamente que é possível construir um controle de social de forma*
617 *democrática, participativa, transparente e qualificada. A fala a seguir, conforme o modo de proceder,*
618 *e fiel ao que eu acredito ser uma relação democrática e participativa, foi construída com toda a*
619 *sociedade civil, logo, tem um pouco de anseios e propósitos de cada segmento, e essa é a nossa*
620 *fotografia hoje. O que queremos participando desse Conselho? Ou seja, o que nos traz aqui?*
621 *Primeiramente, reconhecer a primazia do estado nas ofertas de proteção social da Política de*
622 *Assistência Social, o que para nós é um princípio, logo inegociável. Fortalecer o caráter*
623 *complementar da Sociedade Civil na composição da Rede Socioassistencial, uma vez que primazia não*
624 *é exclusividade. Consolidar o SUAS junto com o estado, valorizando o importante papel da Sociedade*
625 *Civil nesse processo. Aqui cabe lembrar que a Assistência Social é hoje uma política pública que foi*
626 *conquistada na Constituição Federal de 88, a partir dos diversos movimentos de luta da Sociedade*
627 *Civil, logo não foi presente de estado para a população brasileira, foi conquista. Construir a*
628 *qualidade que queremos nas ofertas do SUAS realizadas pela rede estatal e privada. Que se pense*

629 *Assistência Social, gestão rede, Controle Social respeitando o porte dos municípios e não podemos dar*
630 *tratamento igual para desiguais. Quanto o pacto federativo, entendemos que é mais do que*
631 *descentralização, com definição de competências e responsabilidades estatais, mas também devem*
632 *compor a participação da Sociedade Civil. Suspensão imediata do Acórdão, que altera o processo de*
633 *eleição da Sociedade Civil. Alguns pontos importantes para iniciarmos da gestão 2012-2014:*
634 *autonomia do CNAS para a condução dos seus processos de controle social, garantia de todos os*
635 *meios necessários para o cumprimento do seu papel. Que as matérias de competência do CNAS*
636 *cheguem com tempo hábil para estudo, avaliação e apresentação em plenária para a liberação, isso é*
637 *fazer qualidade. Que se efetive no CNAS a fiscalização da aplicação dos recursos do Fundo Nacional*
638 *de Assistência Social, através da criação de mecanismos que informem, não somente a aplicação dos*
639 *recursos, mas no que contribuíram em mudanças na qualidade de vida dos sujeitos usuários da*
640 *Assistência Social. Agendamento imediato do seminário para a discussão dos profissionais de ensino*
641 *médio do SUAS. Solicitamos ao MDS agilidade na instalação da mesa de negociação, essa se*
642 *inspirando no prazo de 130 dias, a contar da publicação da Resolução das deliberações da VIII*
643 *conferência nacional, início de janeiro de 2012. Iniciar imediatamente os encaminhamentos das*
644 *resoluções do CNAS 35 de 2011 e encaminhamento dos relatórios referentes às resoluções do CNAS*
645 *27, 33 e 34. Essas Resoluções tratam basicamente do Assessoramento, defesa de direitos, da regulação*
646 *do Assessoramento de defesa e garantia de direitos e da regulação, do que cabe à Assistência Social*
647 *em relação à promoção, interação e mercado de trabalho, e habitação e reabilitação da pessoa com*
648 *deficiência e sua inserção na vida comunitária. Em relação à CIT, reconhecemos a importância dessa*
649 *instância, mas alertamos para as pactuações que devem passar pelo CNAS sempre. Imediata retomada*
650 *da revisão da NOB/SUAS. Processo de certificação, agilização imediata dos processos pendentes de*
651 *análise desde dezembro de 2009, definição imediata do vínculo SUAS, com discussão ampla no CEAS*
652 *e CEMAS, nos Conselhos estaduais e Conselhos municipais, CONGEMAS, FONSEAS e FONASEAS. A*
653 *demora dessa definição está acarretando importante prejuízo para as entidades de Assistência Social,*
654 *que não usufruem da certificação. Por fim, a Sociedade Civil deixa a Presidência do CNAS para*
655 *assumir em caráter de revezamento, de alternância com o governo a vice-presidência. Aqui, afirmamos*
656 *o nosso compromisso e o desejo imperioso em continuarmos o processo construído, quando estivemos*
657 *na Presidência, onde Sociedade Civil e governo trabalharam juntos em sintonia na condução do*
658 *CNAS. Logo, somos acolhidos nas mesmas condições e com igualdade de tratamento, participando*
659 *ativamente, conforme aconteceu na gestão anterior. Reafirmamos ainda a importante contribuição da*
660 *atual Secretaria-Executiva e demais coordenações de apoio ao CNAS, e continuamos contando com*
661 *o senhor. Enfim, essa é a nossa fala, isso é um pouco que nós pensamos e um pouco do que nós*
662 *construímos nesses primeiros momentos de Conselho. Obrigada”. A Presidente em exercício agradeceu*
663 *e registrou a presença da Secretária Nacional de Assistência Nacional Adjunta, Sra. Valéria Gonelli, o*
664 *Diretor-Executivo do Fundo Nacional de Assistência Social, Antonio Henrique, a Diretora-Substituta*
665 *da Diretoria da Rede privada do SUAS, Sra. Ana Paula, os presidentes dos Conselhos de Goiás e Rio*
666 *Grande do Sul, e o ex-Conselheiro e ex-Presidente, Carlos Ferrari, o Vice-Presidente Renato de Paula,*
667 *o Conselheiro Clodoaldo, agradecendo a presença de todos. A seguir, a Secretária-Executiva informou*
668 *que o processo de votação do Presidente e Vice-Presidente exigia quorum qualificado, com o voto*
669 *também podendo o ser, chamando nominalmente os Conselheiros: Conselheiros na titularidade:*
670 *Conselheira Simone Aparecida Albuquerque: “Bom dia a todos, a todas, bom dia Conselheiros,*
671 *Conselheiras. Queria muito que começasse da bancada de lá para cá, porque o nosso querido*
672 *Anderson poderia ter sido o primeiro, não é Anderson? Bem, eu quero parabenizar e dizer que eu volto*
673 *na nossa Presidente Luziele Tapajós, que voto também na nossa Vice-Presidente. Espero que vocês*
674 *duas atendam a expectativa, pelo menos que penso que há uma expectativa da maioria desse Conselho,*
675 *viu Presidente Luziele e Vice-Presidente Leila, que vocês construam a carta do Conselho Nacional de*
676 *Assistência Social. Que a gente possa vencer uma etapa, que eu considero importante, legítima, mas*
677 *que a gente possa ter uma amálgama que construa, de fato, o público nesse Conselho Nacional. Que a*

678 gente possa ter uma carta que traduza, de fato, o que vai ser a bandeira desse Conselho Nacional, é
679 muito importante isso. Eu acho que o Conselho tem que falar enquanto Conselho, ter a sua postura
680 enquanto Conselho, e eu acho muito importante que, de fato, a gente sinta que a gente vai construir um
681 projeto para o Conselho Nacional de Assistência Social. E eu tenho certeza que o perfil de vocês duas
682 vai colaborar muito para isso. Eu acho que é um perfil que pode fazer com que o Conselho, de fato,
683 tenha a clareza de quais são as prioridades que nós devemos seguir. Então eu tenho muita esperança,
684 eu acho que o SUAS já teve vários avanços, nós precisamos avançar muito mais, mas eu também tenho
685 certeza de que a coisa mais importante, nesse momento, é fortalecer o Conselho Nacional enquanto
686 Conselho Nacional, e é essa expectativa. Então esse é o meu voto para Presidente e para vice”.

687 Conselheiro Anderson Lopes Miranda: “Bom dia a todos a todas. Claro que não é o primeiro mandato
688 da rua, mas eu, enquanto Conselheiro, é o primeiro mandato e eu acho que é importantíssimo isso. Eu
689 acho que o Samuel fez duas gestões importantíssimas aqui dentro do CNAS e que traz, de fato, a
690 incumbência, a visibilidade dessa população. Eu quero também dizer, a Presidenta eu já conheço
691 quando Secretária da SAGI e fizemos um bom trabalho na Contagem a nível nacional dessa
692 população, que deu visibilidade a essa população, que traz, de fato, o atendimento do protagonismo de
693 quem estar, de fato, lá para ser atendido. Eu quero dizer da importância e relevância da presidência e
694 da vice-presidência, que eu acho que vai trazer, de fato. O que a gente pede é com um olhar, de fato,
695 no sentido desses encontros, de três encontros, de fato, para a gente trazer, de fato, ao CNAS, encontro
696 dos protagonistas do SUAS, que são, não usuários, porque hoje o usuário está de forma muito errônea
697 de dizer, porque é usuário de droga, o usuário disso, usuário daquilo e a gente tem que trazer um
698 outro sentido da coisa, protagonista, de fato, da assistência social, que está, de fato, sendo atendida
699 em todas as esferas. Eu acho que o governo tem de entender. E quero dizer bem claro e isso, que tem
700 que ter três encontros desse protagonista, dos trabalhadores e das entidades, antes de ir para as
701 conferências municipais, estaduais e a nível nacional, porque a gente vai saber, de fato, o que, de fato,
702 vai acontecer, de fato, em uma política para essas ambas as partes de trabalhadores. Eu queria
703 também parabenizar a nossa vice-Presidenta, acho a importância do trabalho dela já conheço pela
704 atuação, como eu disse, tanto do Presidente Ferrari, que também foi sempre consultou nosso enquanto
705 o Presidente encontrou sempre com essa população e a continuidade do Samuel, que hoje não está,
706 mas que mandou uma carta. E dizer à Leila a importância, encontramos em Porto Alegre, no Fórum
707 Social Temático, conversamos muito lá, e eu acho que é importante isso, é um discurso, de fato, que
708 nós da sociedade queremos consonância com o governo e não divisão, mas que na hora do CNAS é, de
709 fato, o protagonismo é de trazer, de fato, uma política do SUAS e um olhar das entidades, dos
710 trabalhadores que estão sofrendo e sendo criminalizados e dos protagonistas nessa política, que somos
711 nós. Então parabéns e vamos fazer uma gestão de visibilidade, de uma Política de Assistência Social,
712 de fato. Parabéns, aprovado a presidência e a vice-presidência”. Conselheiro José Geraldo: “Bom dia
713 Conselheiros e Conselheiras. Parabenizar a Luziele, a Leila e dizer que o voto na chapa da Luziele-
714 Leila com a expectativa de que vocês, de fato, sejam Presidente e Vice-Presidente do CNAS, e que a
715 bandeira de vocês seja o coletivo, o meu voto é sim”. Conselheira Margarida Cardoso: “Meu voto vai
716 ser assemelhado ao do José Geraldo, eu quero dar parabéns a querida colega e amiga Luziele, e a
717 Leila Pizzato, que eu tenho o prazer de conhecer agora. E deseja vocês uma boa gestão e uma gestão
718 onde o coletivo predomine e que a gente não tem a divisão, embora seja um Conselho composto por
719 dois segmentos, fortes governos e sociedade civil, mas que a gente não perceba, ao longo desses anos,
720 essa divisão e que o interesse da política Nacional de Assistência Social se sobreponha aos interesses
721 individuais de cada um dos seus representantes aqui do colegiado”. Conselheiro José Ferreira da Cruz:
722 .”Bom dia a todos e a todas, Conselheiros e Conselheiras. Quero dizer da honra, da emoção de
723 vivenciar esse momento e de poder votar nessa chapa, cumprimentar Luziele Tapajós, querida amiga
724 de sempre, Leila Pizzato, também nossa querida colega, também assistente social de várias frentes.
725 Dizer do orgulho de votar nessa chapa, neste momento ímpar desse Conselho e com as grandes tarefas
726 e desafios que esse Conselho tem. Então votar nessa chapa é, de fato, compreender que é possível uma

727 *gestão democrática, participativa. E também ratificar o que os meus colegas Conselheiros e que me*
728 *antecederam disseram, de que o coletivo possa sobrepor esse mandato. Então Luziele, Leila, é com*
729 *muita honra e com muito orgulho que eu voto nessa chapa. E também aqui dizer que eu e o meu*
730 *suplente, o Tomás, tenho certeza que o Tomás não vai voltar, mas que também junto comigo aqui ele*
731 *vota por essa chapa tão importante para essa gestão do Conselho Nacional de Assistência Social.*
732 *Obrigado”.* Conselheira Viviane Vieira da Silva: *“Bom dia a todos. O meu voto vai para a chapa*
733 *Luziele e Leila Pizzato, obrigada”.* Conselheira Jane Pereira Clemente: *“Bom, é com muita emoção*
734 *realmente que o voto nessa chapa, primeiro por conhecer muito a Leila, saber da competência dela e*
735 *que ela vai nos representar extremamente bem. Luziele que eu estou conhecendo agora e pelos*
736 *comentários e pelo o que eu já sabia de você, com certeza eu acredito que vocês vão conseguir fazer*
737 *uma excelente gestão. E gostaria muito de colocar a sociedade civil, a minha pessoa, a minha*
738 *entidade, o meu suplente também à disposição dessa sugestão. Eu acho que nós temos um momento*
739 *ímpar onde a gente pode realmente consolidar isso tudo o que a gente tem feito nessa caminhada. E*
740 *nós vamos estar nesses dois anos juntos e que possamos realmente fazer o coletivo, tudo pelo coletivo.*
741 *Obrigada”.* Conselheira Marisa Rodrigues da Silva: *“Bom dia novamente. Voto na chapa das duas*
742 *grandes mulheres Conselheiras, a Presidente Luziele, como muita honra Luziele e Leila, que nós*
743 *afirmamos, e votamos e aprovamos nessa chapa, estamos incluindo aqui representando, pode ter*
744 *certeza, que estão aqui o país aqui representando, reforçando e aprovando essa chapa de duas*
745 *grandes mulheres, que eu tenho certeza que nós possamos caminhar nesse fortalecimento, dá*
746 *continuidade para defender coletivamente os interesses do controle social, dessa tão importante*
747 *política da assistência social. Desejo muito êxito e que possamos dar unidade de todos nós*
748 *Conselheiros que estamos aqui para uma grande missão, ter a grande responsabilidade de contribuir e*
749 *fortalecer o controle social da Política Nacional de Assistência Social. Parabéns a todas vocês, muito*
750 *obrigada”.* Aldenora Gomes Gonzáles: *“Bom dia a todos e a todas. Quero dizer da nossa satisfação,*
751 *da nossa emoção de estar aqui, a nossa entidade já tem 30 anos e trazem quase 15 anos que a gente*
752 *vem sonhando em participar do Conselho Nacional de Assistência Social. Então para a gente não é só*
753 *uma honra estar nesse Conselho, mas é uma honra também poder participar dessa votação, onde está*
754 *elegendo duas mulheres, eu não a conheço, muito prazer, mas já conversei um pouco com a Leila e*
755 *tenho certeza que vocês duas vamos nos representar muito bem, vão estar falando em nome do*
756 *coletivo, a fala da Leila já apontou para isso, até porque quando ela fez o discurso aqui, ela não fez*
757 *um discurso dela, ela fez um discurso, que já foi pensado coletivamente, ela reuniu com toda a*
758 *Sociedade Civil para formular essa fala de hoje. Eu acho que isso já é um compromisso, já foi o*
759 *primeiro compromisso e a gente quer ver esse compromisso na fala e na defesa das duas. O meu voto é*
760 *sim”.* Conselheira Maria Aparecida do Amaral Godói de Faria: *“Quero dizer que, em nome da entidade*
761 *que represento trabalhadores da seguridade social, para a nós é muito importante esse Conselho,*
762 *assim como é o Conselho da Saúde, da política do SUS, a política do SUAS também, porque isso vem*
763 *consolidar aquilo que nós defendemos na Constituição Federal, conquistamos, mas que ainda não*
764 *efetiva anos no país que é, de fato, uma Seguridade social. E o SUAS é uma das principais políticas*
765 *para que a gente, de fato, venha consolidar a seguridade social no país. E poder estar aqui hoje mais*
766 *uma vez ajudando a construir esse processo, através desse Conselho, que têm um papel, um dos*
767 *principais papéis na hora da sua implementação, que é na construção da política, é na implantação da*
768 *política, é trazer a sociedade para essa política, divulgar, é fazer acontecer, é trazer todos os atores*
769 *sociais envolvidos a partir dos Conselhos estaduais, dos Conselhos municipais, enfim, é divulgar e*
770 *fazer acontecer. Então o papel desse Conselho é extremamente amplo, e a gente poder participar nesse*
771 *momento e tendo, para assumir a presidência do Conselho, duas mulheres. Não quero fazer nenhuma*
772 *brincadeira, mas é interessante, porque na gestão passada foram dois homens e agora nós temos duas*
773 *valorosas companheiras. e coincidentemente com seus nomes começam com L e isso, para mim, é um*
774 *significado interessante, porque é uma parceria importante, e é uma parceria que precisa ser dada*
775 *para, na condução de um Conselho do porte do Conselho Nacional de assistência, onde todos os*

776 olhares convergem para o Conselho Nacional, os Conselhos estaduais, os Conselhos municipais veem
777 sempre a atuação do Conselho Nacional. Então é muito importante que a gente tenha à frente pessoas
778 que vão conduzir de forma coletiva, mas que tenham a capacidade de transmitir para todos os aquilo
779 que expressar, de fato, aquilo que o Conselho Nacional discute, o que ele pensa, como ele atua, e como
780 ele se relaciona com a sociedade civil, com os gestores, enfim. Então eu creio que nós estamos muito
781 bem representados e me sinto extremamente satisfeita de participar desse momento, e com certeza, não
782 só dar o meu voto, mas dá um voto de confiança e de compromisso de que nós faremos tudo para que
783 as companheiras, assumindo a gestão do Conselho Nacional, tenham êxito e sucesso, porque o sucesso
784 será de todos nós. Muito obrigada”. Conselheiro Ademair de Andrade Bertucci: “Bom dia a todos.
785 Bom, a gente já pode chamar chapa LL, que está se colocando e como todos a minha organização e
786 representação aqui nesse Conselho está assumindo essa convergência. Agora, valia à pena lembrar
787 e reforçar dois destaques, que nessa possibilidade qualificação do voto, eu gostaria de fazer, a
788 afirmação nesse momento da importância de superarmos essa criminalização que as organizações
789 sociais vêm sofrendo na sociedade brasileira, a importância de avançarmos desse Conselho também
790 estar junto na luta por um marco regulatório, que nos descriminalize e nos permita sermos
791 reconhecidos como parte importante da democracia do Brasil. Eu acho que nessa fala também eu
792 concordo com o Anderson, quando afirma da importância, da visibilidade, e das organizações
793 populares nesse Conselho. E que aqui com a minha amiga Solange de muitas décadas nós estamos
794 emocionados, pensando em períodos que era impossível a gente está reunido aqui, governo e
795 organizações da sociedade civil, em um processo de construção de projetos políticos desse país. Essa é
796 emoção que nos leva, inclusive avançar um pouco mais em algo que nós ontem combinamos que não
797 era o momento tão adequado que nós avançarmos, mas eu imagino que é possível dizermos seguinte:
798 controle social não se faz sem mobilização social, e mobilização social é tarefa das organizações da
799 sociedade civil. Nós estamos com a expectativa que a nossa chapa LL nos permita ter o apoio
800 necessário para as organizações da Sociedade Civil voltarem a se reunir, a se rearticular nos Fóruns
801 onde se traz a possibilidade da mobilização que garante o processo de controle social. E eu posso
802 dizer também que esse Conselho seguramente é um dos mais importantes na luta contra a miséria
803 deste país. E, nesse sentido, eu acho que todos os que estamos aqui estamos envolvidos com esse
804 processo, na perspectiva da emancipação dos movimentos e organizações, e segmentos populares,
805 nessa luta pela dignidade e inclusão com transformação social. Obrigado”. Conselheira Margareth
806 Alves Dallaruvera: “Bom dia a todos e a todas. Em primeiro lugar dizer a todos os Conselheiros e
807 Conselheiras, os convidados aqui presentes, e dizer que em nome da nossa Federação Nacional dos
808 Assistentes Sociais, na qual eu estou representando, hoje Conselheira, então falando em nome de todo
809 o Conselho, é com muito orgulho que a gente dá o nosso voto favorável à companheira Luziele. E
810 Luziele não só pela sua capacidade técnica, política, mas pela sua forma de ser enquanto ser humano,
811 que eu acho que ultrapassa todas as nossas condições técnicas e políticas enquanto profissional. E
812 também em relação à Leila, a nossa Vice-Presidente, um nome construído coletivamente na sociedade
813 civil, e me orgulha muito de hoje não serem duas mulheres, mas serem colegas de proteção. Então
814 temos aí duas assistentes sociais no comando do Conselho Nacional de Assistência Social, é muito
815 importante e nos dá muito orgulho. E só deixar aqui registrado de que é claro que alguns momentos, e
816 a gente não tem ingênuo aqui, teremos alguns momentos tensos com certeza nesse mandado de disputa
817 de projetos mesmo. Mas eu quero reafirmar algumas falas aqui que essas disputas de projetos não
818 consigam ser maiores do que o projeto coletivo, o projeto do CNAS, o projeto da Política de
819 Assistência Social tem que estar superior a qualquer interesse de segmentos, seja do governo, seja da
820 sociedade civil, até porque a sociedade civil nos espera. E nós temos pressa, como dizia Betinho, então
821 nesse sentido não... E aí não vejo como compromisso somente da presidência e da vice-presidência,
822 mas é do amadurecimento político desse colegiado e desse mandato. E com isso, contem conosco,
823 enquanto colegiado e vamos realmente construir as pautas coletivas divergindo, quando necessário,
824 mas sempre ter em mente que aqui o maior interesse é da consolidação da assistência social enquanto

825 política pública, e do estado de direito, e uma política para aqueles que necessitam, e honrando a
826 construção. Reafirmando os avanços, percebendo que precisamos avançar, mas construindo com
827 bastante compromisso que nós, com certeza, os Conselheiros que estão aqui nesse mandato. Parabéns
828 a todos, nós, a presidência e a vice-presidência”. Conselheira Léa Lúcia Cecílio Braga: “Bom dia a
829 todos e todas. Eu quero cumprimentar os novos Conselheiros, essa é a primeira vez que eu me
830 manifesto aqui nessa plenária, então eu quero dizer a todos que aqui e nesse esse mandato, sejam
831 muito bem-vindo, os que chegam aí nos ajudando a renovar as energias e reforçar todas as nossas
832 convicções aí em prol da defesa da Política de Assistência Social. Eu também acho de manifestar o
833 meu voto, eu quero também cumprimentar a nossa Secretária Nacional Valéria Gonelli, na pessoa dela
834 todos os Diretores, trabalhadores da SNAS, que estão aqui também acompanhando esse momento tão
835 importante para a Política de Assistência Social. Cumprimentar os ex-Conselheiros que estão aqui, e,
836 embora o Renato e o Ferrari estejam aqui atrás, não dá para eu falar ali voltado para eles, dizer que
837 eles estão aqui cumprindo um papel de presidência que eles cumpriram aqui nesses dois anos
838 acompanhando esse momento. Então quero fazer também esse registro, porque foi uma dupla que, do
839 meu ponto de vista, conduziu esse Conselho com brilhantismo e sempre atento às questões colocadas
840 na nossa pauta e na nossa agenda. E também cumprimentar a Secretaria-Executiva, que vem dando aí
841 todo esse apoio importante e todos os convidados que aqui estão presentes, valorizando muito esse
842 momento aqui da pauta do Conselho, que é a composição da nossa presidência. Eu quero dizer que eu
843 estou com muita tranquilidade e com muita felicidade no coração de poder votar na chapa Luziele e
844 Leila. A Luziele também já conheço de muito tempo, tem uma trajetória de militante por muitos anos,
845 foi a minha direção nacional no Conselho Federal de Serviço Social, então é uma convivência de
846 militância, articulados em objetivos de muito tempo. A Leila eu tive a oportunidade de conhecê-la
847 também antes de me tornar Conselheira aqui no CNAS, a Leila era responsável pela Coordenação de
848 um Grupo de Trabalho, que resultou na Resolução 33 e 34, e eu fui convidada para ser colaboradora.
849 Então tive a oportunidade de trabalhar com a Leila coordenando esse grupo, esse trabalho, e depois a
850 convivência aqui de Conselheira, a partir de novembro do ano passado. Então eu quero registrar isso,
851 dessa tranquilidade, eu tenho certeza que vocês duas têm a experiência necessária, tem a competência
852 necessária para ouvir e encaminhar o que aqui o voto qualificado da presidência da CNAS tem
853 colocado. Eu não tenho dúvida nenhuma que vocês vão compreender que vocês presidem o colegiado,
854 que aqui a nossa pauta principal é o fortalecimento do CNAS, dos Conselhos estaduais e dos
855 Conselhos municipais, porque nós somos um sistema descentralizado também da participação popular.
856 E sem dúvida nenhuma, é encaminhar os interesses da Política de Assistência Social, com esse foco,
857 nessa direção, todas as questões que vierem, os pensamentos diferenciados ou a forma de pensar, elas
858 estarão muito bem eixadas nesse compromisso, que vai sempre ser e reafirmar qualquer outras
859 questões que aqui possam ser colocadas, do ponto de vista da experiência de cada um, ou da
860 convivência, ou mesmo lugar de cada um fala no Conselho. Então é com essa convicção e também me
861 colocando a inteiramente à disposição para contribuir para que essas ações aconteçam, eu voto na
862 chapa Luziele e Leila”. Conselheiro Volmir Raimondi: “Bom dia Conselheiros e Conselheiras,
863 autoridades. No momento que eu digo que o meu voto é afirmativo às duas candidatas, eu quero dizer
864 que é um momento bastante importante e que bom que, pelo menos neste momento, as siglas não
865 ganham corpo, embora sejam dois L, ou LL, serão sempre Leila e Luziele. Então eu acho que é um
866 pouco dessa visão humanitária de tirar a frieza da Lei e trazer para o campo do debate, e da
867 construção social, do entendimento das pessoas e o que é que nós trabalhamos o dia todo aqui com
868 legislação, com a questão toda da seguridade social, inclusive não perpassando até a assistência em
869 si. E dizer que, me permitam colegas do Conselho, dizer que eu estou aqui, porque eu fui motivado por
870 uma pessoa, que está aqui conosco, e essa pessoa sempre falava desse Conselho e da continuar
871 falando, com certeza, da importância dos temas que aqui são discutidos, e que fizeram com que eu
872 pudesse, nesse momento, me motivar a vir para cá e dar a minha contribuição, estou falando do
873 Ferrari, que foi Presidente aqui desse Conselho, e que, por ser, inclusive amigo pessoal e muitas vezes

874 em debates fora daqui ele defendia tanto o trabalho que ele fazia aqui dentro as questões do SUAS, as
875 questões que aqui eram discutidas, eram levadas para outros espaços, que não somente o Conselho. E
876 fazendo, acredito, um pouco do papel que lhe era peculiar como membro e Conselheiro desse
877 Conselho. Então dizendo isso, eu digo que é o que eu espero das duas candidatas, além da
878 sensibilidade feminina para o diálogo, para o entendimento para as questões humanas que nós tratar
879 aqui que dentro e reconhecendo a capacidade técnica e o currículo de cada uma de vocês, esperando
880 que vocês tenham essa mesma sensibilidade de direcionar esse Conselho para as questões também
881 mais humanas, tirando a frieza da Lei. Eu acho que o direcionamento que esse Conselho vai ter
882 durante esse período será um complemento ao que já vinha sendo feito e é o que eu espero poder dar a
883 minha contribuição aqui junto com vocês. Então obrigado e o meu voto é afirmativo”. Conselheira
884 Leila Pizzato: “Eu quero cumprimentar aqui a Valéria, que está aqui conosco, eu quero cumprimentar
885 também a nossa dupla dinâmica, que está lá sentadinho junto também nos inspirando, o Ferrari e o
886 Renato de Paula, é isso que a gente fala, é isso que nós falamos, enquanto sociedade civil, que nós
887 queremos, que seja junto. Essa fala apareceu em praticamente todos os que qualificaram seu voto,
888 apareceu na sala da Luziele também. E eu acho que vai ser muito bom fazer isso, embora ele esteja
889 com um pouco de medo, de receio e tal, porque a responsabilidade é muito grande, mas eu acho que a
890 gente vai conseguir. Vai ser muito bom ter essa experiência contigo, eu estou aqui para contribuir,
891 para ouvir e para pensar a Política de Assistência Social, e fortalecimento desse Conselho, as coisas
892 que eu botei a minha vida inteira como assistente social. E é isso, por esse momento é isso, nós vamos
893 ter dois anos para conversar e para tratar tudo o que passa por esse Conselho. E agradecer aí as
894 palavras de todos, os votos de confiança, mas a gente só vai conseguir ser fortes se a gente realmente
895 preserva essa construção de forma conjunta, com muita serenidade, com muita tranquilidade e com um
896 foco naquilo que é a Política de Assistência Social. Obrigada e o voto pela dupla, não é?”.
897 Conselheira Luziele Maria de Souza Tapajós: “Oh gente, eu queria agradecer, antes de agradecer
898 quero cumprimentar também e fazer um reconhecimento público ao Presidente que nos deixa nesse
899 novo mandato, Carlos Ferrari. Diz que não existe ex-Presidente, viu Ferrari, como não existe ex-
900 padre, não existe ex-Presidente, então você, então eu quero te dizer que você será sempre o nosso
901 parceiro, o nosso colaborador, a nossa referência, assim como Renato, o nosso companheiro de
902 trabalho, e meu amigo de muito tempo. Quero, de fato, fazer essa referência e esse reconhecimento
903 público, não só a eles dois, mas como a todos os Conselheiros que deixam o Conselho nesse novo
904 mandato. Quero também complementar a Secretária Adjunta, minha amiga de mais de... Eu não posso
905 nem dizer quantos anos, não para Valéria? Valéria Gonelli, e dizer que ela é parte essencial na
906 construção da Lei Orgânica da Assistência lá atrás e do Sistema Único da Assistência Social, então é
907 muito interessante poder estar compartilhando com companheiros, como a Valéria Gonelli, como a
908 Denise Collin que está hoje em missão internacional, compartilhando com eles esse momento de
909 consolidação do Sistema Único. Eu acho que foi pródigo, Leila, a sua fala, quando você começa
910 dizendo que, de fato, você está representando coletivo e a sua fala é uma fala pensada conjuntamente.
911 Eu acho que isso já indica o quanto é interessante e o quanto é confluyente as nossas intencionalidades,
912 tanto a questão da nossa indicação, que foi uma indicação discutida, e na ocasião do debate que foi
913 um debate muito profícuo, um debate muito maduro. E que já s apontava neste debate é uma agenda,
914 que é uma agenda, de fato, coletiva, eu acho que tudo que você falou está presente na pauta da
915 discussão que nós vamos ter que vivenciar e, como disse a Margareth enfrentar. Eu acho que o
916 conflito, diferentemente do que muitos possam achar, ele é absolutamente salutar, ele é absolutamente
917 gregário, ele não pode ser um conflito que desagregue, e sim um conflito que agregue, porque nós não
918 estamos aqui nós mesmos, e sim pelo coletivo, pelos nossos protagonistas, como disse o Anderson,
919 pelos trabalhadores, pelas entidades, que sempre foram parceiras na construção de outro patamar da
920 assistência social, que não é aquele vinculado ao clientelismo, não é aquele não vinculado ao campo
921 da não política, não é aquele vinculado ao campo do não direito. Então é muito confluyente, muito bom
922 e muito pródigo nós termos essa fala conjunta, que é sempre construída nessa perspectiva da

923 *amálgama, do coletivo, e não do personalismo, das vaidades, enfim, acho que esse é muito importante.*
924 *Quero também dizer, nesse momento em que eu voto em você Leila na para Vice-Presidente, dizer que*
925 *eu acredito, também até lendo algumas coisas ontem à noite para preparar algumas falas sobre o*
926 *Sistema Único, na perspectiva da capacitação que o Conselho decidiu na reunião anterior, e eu achei*
927 *uma fala dele, que é fantástica para esse momento, de José Saramago, foi uma palestra, enfim, que eu*
928 *escutei em coisa em Coimbra e que me vem nesse momento de uma maneira bastante interessante,*
929 *para salvaguardar mesmo o que nós temos que fazer a partir de então, ele fala: “O êxito nasce do*
930 *querer, da determinação e persistência em se chegar a um objetiva, mesmo não atingindo o alvo, quem*
931 *busca e vence obstáculos, no mínimo fará coisas admiráveis.” É isso que eu gostaria de dizer, muito*
932 *obrigada”. A Presidente em exercício registrou 16 votos favoráveis à indicação da Presidente, e da*
933 *Vice-Presidente, com o CNAS aprovando por unanimidade para o mandato 2012-2014. A seguir,*
934 *agradeceu a presença da Dra. Vanessa Consultora Jurídica do MDS, convidando a Secretária Adjunta*
935 *Valéria Gonelli para fazer parte da mesa. A Conselheira Marisa justificou a ausência do FONSEAS,*
936 *nas atividades do CNAS nos dias 13 e 14 de junho 2012, em razão de compromisso de suas*
937 *representantes, Conselheiras Meive Ausônia, titular, e Eloiana Cambraia Soares, com ratificação da*
938 *indicação da Conselheira Luziele Tapajós para a presidência do CNAS, pela Conselheira Eloiana*
939 *Cambraia Soares, do FONSEAS. A Conselheira Dóris manifestou sua frustração pelos Conselheiros*
940 *Suplentes não terem direito a voto, mas destacando que seria bastante ativa nas suas atividades. A*
941 *seguir, procedeu à leitura de um texto: “Penso que, se a política for justa e o processo transparente e*
942 *democrático, nós não teremos problemas, porque a promoção de igualdade requer o respeito e a*
943 *atenção à diversidade cultural, étnica, racial, inserção social de situação econômica e regional assim*
944 *como os diferentes momentos da vida. Queria dizer que a UBM e eu na sua representação lutamos*
945 *pelo bom, pelo melhor e pelo justo e entendemos que o grau da emancipação de uma sociedade se*
946 *mede pelo grau de emancipação das mulheres nessa sociedade, portanto, que nada nos defina e que*
947 *nada nos submeta, que a liberdade seja nossa própria substância.” Manifestando questão de ordem, o*
948 *Conselheiro Anderson informou ter sido aprovado na CIT da Saúde, em Maceió, no dia anterior, o*
949 *Plano operativo para a população de rua na área da saúde. A Presidente em exercício passou para a*
950 *Secretária-Executiva proceder à leitura do livro de posse: “Termo de posse da Presidência e vice*
951 *Presidência do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS. Aos treze dias do mês de junho de*
952 *2012, às 09h00, o Plenário do Conselho Nacional de Assistência Social reunido na sala de reunião do*
953 *1º andar, Ala A, sala 108, do anexo do Ministério da Previdência Social, situado na Esplanada dos*
954 *Ministérios na cidade de Brasília - DF, deu posse à Presidente do Conselho Nacional de Assistência*
955 *Social, senhora Luziele Maria de Souza Tapajós, eleita na mesma data por quórum qualificado de*
956 *votos dos Conselheiros e Conselheiras titulares presentes, perfazendo a exigência de dois textos do*
957 *quórum e a vice Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social, senhora Leila Pizzato, eleita*
958 *na mesma data por quórum qualificado dos votos dos Conselheiros e Conselheiras titulares presentes*
959 *perfazendo a exigência de dois textos do quórum para mandato de um ano a partir desta data. Assinam*
960 *este Termo de posse a Presidente do CNAS, Luziele Maria de Souza Tapajós, a vice Presidente do*
961 *CNAS, Leila Pizzato, os Conselheiros titulares e suplentes presentes à reunião e a Secretária Nacional*
962 *de Assistência Social adjunta, senhora Valéria Maria de Massarani Gonelli.” Para registro, a*
963 *Presidente em exercício solicitou que a Secretária-Executiva relatasse a história desse livro, que havia*
964 *sido aberto em 1995, tendo um Termo de Abertura, 200 páginas numeradas e registrava os Termos de*
965 *posse do Presidente, Vice-Presidente, e Conselheiros do CNAS. A seguir a Presidente em exercício*
966 *passou a presidência para a Conselheira Luziele para que conduzisse o CNAS. A Presidente eleita*
967 *passou a palavra para a Secretária Nacional de Assistência Social Adjunta, Sra. Valéria Gonelli, que*
968 *parabenizou todos os Conselheiros, esperando que a que a Secretaria tivesse a oportunidade de estar*
969 *sempre presente nesse espaço, contribuir e acompanhar o Conselho. Em nome de toda a equipe*
970 *cumprimentou a Presidente e a Vice-Presidente eleitas, desejando um processo de muito trabalho*
971 *nesses dois próximos anos, sob a direção dessas duas mulheres. Ressaltou a postura dos grupos da*

972 Sociedade Civil e governamental, participando e construindo esse processo de amadurecimento do
973 Conselho, reforçando a retomada do livro na 10ª Gestão do CNAS em 19 anos de política de
974 Assistência Social e o qual traduzia o quanto esse espaço era fundamental. Manifestou sua satisfação
975 em trabalhar com esse grupo nos próximos dois anos, destacando os desafios elencados, com o governo
976 e a Sociedade Civil trabalhando juntos, com a participação da Secretaria e do MDS. A Secretária
977 colocou a Secretaria à disposição para que pudessem construir esse caminho de consolidação e de
978 maturidade da política da Assistência Social e do Conselho Nacional de Assistência como espaço
979 paritário e deliberativo da política de Assistência Social no Brasil. O Conselheiro Volmir solicitou
980 esclarecimentos para que não houvesse dúvidas na Ata, observando que em vários momentos haviam
981 falado do mandato 2012-2014 da Presidente e da Vice-Presidente, questionando que o período seria de
982 um ano. A Presidente informou que encaminharia essa questão para esclarecimento. O ex-Presidente
983 Carlos Ferrari falou sobre o conhecimento que tinha da Presidente e de sua contribuição na construção
984 da 7ª Conferência Nacional, na estruturação da relatoria daquela Conferência, manifestando desde
985 então, grande admiração pela Presidente, que trazia qualificação para o SUAS. Relatou ter conhecido a
986 Conselheira Leila no Fórum Nacional de Assistência Social, que antes mesmo de ser Conselheira era
987 conhecedora das responsabilidades de articulação de uma rede estatal e não estatal e que de fato
988 ofertassem o serviço. Ressaltou que o Conselho tinha o privilégio de ter à sua frente uma dupla
989 comprometida com a Assistência Social, com o país e com os desafios postos pela Presidente da
990 República. Concluindo, observou que na condição de ex-Presidente não poderia deixar de registrar seus
991 votos de sorte e sucesso, colocando-se à disposição e transmitindo, também, os votos de sucesso do ex-
992 Vice Presidente Renato de Paula. A Presidente agradeceu as palavras, indicando o intervalo de quinze
993 minutos para um cocktail de comemoração. Prosseguindo a reunião, a Presidente indicou as
994 apresentações feitas sobre as Comissões, faltando a apresentação da Secretaria-Executiva do CNAS
995 sobre a metodologia usada no CNAS. A Secretária-Executiva relatou sua carreira profissional e seu
996 orgulho em participar nesse espaço, realizando atividades além das inerentes à Secretaria-Executiva.
997 Que conforme havia sido solicitado pelo Pleno, trazia as competências dessa Secretaria em
998 conformidade com o Artigo 51 do Regimento Interno deste Conselho Nacional de Assistência Social,
999 procedendo à sua leitura ademais do organograma, do qual passaria cópia para os Conselheiros, falando
1000 sobre o mesmo, conforme o material em tela. Discorreu sobre o apoio prestado ao Conselho pela
1001 Secretaria-Executiva, ressaltando algumas questões do Regimento Interno, e que regia a conduta dessa
1002 Plenária e do próprio Conselho. Falou sobre a estrutura de funcionamento do Colegiado do CNAS, a
1003 questão da representação e o calendário de reuniões de 2012, sendo referendada essa prática do
1004 Conselho Nacional de ter o seu calendário aprovado com um ano de antecedência, disponibilizando e
1005 publicizando as datas das suas reuniões mensais e das descentralizadas, realizadas em algumas regiões
1006 do país. A Secretária-Executiva esclareceu como era feita a convocação para as reuniões, com as
1007 ausências tendo que ser justificadas, informando que normalmente as comunicações eram feitas por e-
1008 mail, solicitando fossem sempre atualizados. . Relatou como as reuniões eram realizadas, obedecendo a
1009 alguns procedimentos, abertas ao público e com os Conselheiros podendo se manifestar trazendo
1010 relatos considerados relevantes para registro, gravados e colocados em ata, com envio aos Conselheiros
1011 para aprovação. Discorreu sobre o trabalho realizado pelas comissões, resultando em uma memória,
1012 com suas deliberações sendo submetidas ao Pleno, informando, também, os horários e dias em que se
1013 reuniam. Sugeriu que fosse aberto um espaço na Plenária do CNAS para informes sobre deslocamento
1014 dos Conselheiros, inclusive com a presença da Subsecretária de Assuntos Administrativos ou a
1015 Coordenadora Geral de Recursos Humanos para falar sobre essa questão, indicando a legislação
1016 existente. Destacou o prazo para convocação dos Conselheiros e a necessidade de prestação de contas,
1017 indicando que a legislação pertinente seria dada a conhecer. Concluindo, a Secretária-Executiva
1018 colocou-se à disposição de todos, informando sobre a necessidade de crachá para ter o acesso nas
1019 dependências do Ministério da Previdência. Na sequência, a Presidente abriu para esclarecimentos,
1020 com a Conselheira Simone informando que seu Departamento era responsável pela Secretaria-

1021 Executiva da CIT, que vinha fazendo a prestação de contas no mesmo dia, sugerindo que o mesmo
1022 procedimento fosse utilizado pelo CNAS. O Conselheiro questionou a legislação sobre a abertura das
1023 reuniões, com o Regimento Interno sendo vago nessa questão. A Conselheira Aldenora indagou como
1024 se dava a participação da Sociedade Civil e do poder público nas reuniões descentralizadas ampliadas.
1025 A Conselheira Nilsia indagou como funcionava a presença nas reuniões das pessoas estranhas ao do
1026 Conselho. A Conselheira Leila, com relação ao sugerido pela Conselheira Simone, informou que a
1027 Sociedade Civil já saía com o *check in* pronto, com o comprovante ficando como prestação de contas.
1028 A Presidente concordou que deveriam ter como prática que os Conselheiros não saíssem do Pleno sem
1029 deixar a prestação de contas feita, mas que chamariam a Subsecretaria para esclarecimentos, o que era
1030 prática de todos os órgãos governamentais. A Secretária-Executiva esclareceu que os Conselheiros
1031 saíam com a prestação de contas oficializada, com a legislação permitindo que fosse apresentada até
1032 em cinco dias, apesar de existirem algumas situações excepcionais. Com relação às reuniões fechadas,
1033 a questão era norteadada pela Comissão de Ética, que determinava se algum assunto deveria ser tratado
1034 reservadamente. Informou que era prática do CNAS realizar reuniões fora do horário de Plenária se o
1035 assunto requeresse uma discussão mais privada, citando alguns exemplos. Sobre a participação nas
1036 reuniões descentralizadas, informou como era o procedimento, em parceria com o estado em que se
1037 realizaria o evento, fazendo ampla divulgação para a participação e com as inscrições sendo feitas *on*
1038 *line*. Sobre a inscrição de fala, esclareceu que o Conselheiro poderia solicitar fala durante a discussão,
1039 mas não após a instalação da votação. O Conselheiro Anderson considerou importante essa fala, com
1040 os Conselheiros sendo esclarecidos sobre o que era permitido ou não. A Presidente informou a
1041 solicitação da Conselheira Leila que o segmento do governo permanecesse no recinto e que a
1042 Sociedade Civil se reunisse na sala 102. **ENCERRAMENTO**. Nada mais havendo a tratar, a
1043 Presidente encerrou a reunião para o almoço, solicitando o retorno de todos às 14h. **ABERTURA**.
1044 Reiniciando a reunião a Presidente informou que a Ministra, Sra. Tereza Campello faria uma visita ao
1045 Conselho, solicitando à Secretária-Executiva a conferência do quorum: Conselheiros na titularidade,
1046 Conselheira Luziele Maria de Souza Tapajós, Conselheira Simone Aparecida Albuquerque,
1047 Conselheira Léa Lúcia Cecílio Braga, Conselheiro José Ferreira da Cruz, Conselheira Maria Rodrigues
1048 da Silva, Conselheiro Ademar de Andrade Bertucci, Conselheira Leila Pizzato, Conselheira Volmir
1049 Raimondi, Conselheiro Anderson Lopes Miranda, Conselheira Maria Parecida Amaral Godói de Faria,
1050 Conselheira Jane Pereira Clemente, Conselheiro Fábio Bruni e Conselheira Margarida Cardoso.
1051 Conselheiros na suplência: Conselheira Maria do Socorro Fernandes Tabosa, Conselheira Márcia de
1052 Carvalho Rocha, Conselheira Cláudia Faquinote, Conselheira Nilsia Lourdes dos Santos, Conselheiro
1053 José Araújo da Silva, Conselheiro Edvaldo da Silva Ramos e Conselheiro Carlos Rogério de Carvalho
1054 Nunes. **Item Aprovação da ata da 200ª Reunião Ordinária do CNAS e da pauta da 201ª Reunião**
1055 **Ordinária**. A Presidente observou a necessidade de os novos Conselheiros se apropriarem da ata
1056 anterior, motivo pelo qual seria encaminhada aos mesmos a aprovada na próxima reunião, e que a pauta
1057 já havia sido aprovada em reunião anterior: **Pauta – Dia 11/06/2012 – Manhã - 9h às 9h30 -**
1058 **Apresentação da Comissão de Ética do CNAS: competências e funcionamento – Coordenador da**
1059 **Comissão, Conselheiro José Araújo. 9h30 às 10h - Apresentação da Comissão de Acompanhamento**
1060 **aos Conselhos de Assistência Social: Competências, funcionamento e desafios – Coordenadora da**
1061 **Comissão, Conselheira Eutália Barbosa Rodrigues. 10h às 10h30 - Apresentação da Comissão de**
1062 **Política de Assistência Social: competências, funcionamento e desafios – Coordenador da Comissão,**
1063 **Conselheiro Frederico Jorge de Souza Leite. 10h30 às 11h - Apresentação da Comissão de**
1064 **Financiamento e Orçamento de Assistência Social: competências, funcionamento e desafios –**
1065 **Coordenador da Comissão, Conselheiro José Geraldo França Diniz. 11h às 11h30 - Apresentação da**
1066 **Comissão de Normas de Assistência Social: competências, funcionamento e desafios – Coordenador da**
1067 **Comissão, Conselheiro Antônio Celso Pasquini. 11h30 às 12h - Apresentação da Comissão de**
1068 **Benefícios e Transferência de Renda do CNAS: competências, funcionamento e desafios –**
1069 **Coordenador Adjunto da Comissão, Conselheiro Carlos Rogério Nunes de Carvalho. 12h às 12h30 -**

1070 Apresentação da Presidência Ampliada: competências, funcionamento e desafios – Presidente Carlos
1071 Eduardo Ferrari. **Tarde - 15h às 18h** - Posse dos Conselheiros da Sociedade Civil – Gestão 2012/2014
1072 *Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). Dia 12/06/2012 – Manhã - 9h às 9h30* -
1073 Apresentação da Secretaria Executiva do CNAS: competências, funcionamento e desafios. **9h30 às 12h**
1074 - O Controle Social no SUAS – Professores Edval Bernardino e Carlos Eduardo Ferrari. **Tarde - 14h**
1075 **às 18h** - Reunião dos representantes da Sociedade Civil (composição das comissões temáticas e
1076 indicação do Vice-Presidente do CNAS). Reunião dos representantes governamentais (composição das
1077 comissões temáticas e indicação do Presidente do CNAS). **Dia 13/06/2012 – Manhã -9h às 10h** -
1078 Eleição e posse do Presidente e Vice- Presidente do CNAS, para o mandato 2012/2013. **10h às 10h15** -
1079 Aprovação da ata da 200ª Reunião Ordinária do CNAS e da pauta da 201ª Reunião Ordinária. **10h15 às**
1080 **11h** - Informes da Presidência/Secretaria Executiva, MDS e Conselheiros. **11h às 12h** - O Sistema
1081 Único de Assistência Social. **Tarde - 14h às 15h** - A Proteção Social Básica. **15h às 16** - Os Benefícios
1082 Assistenciais. **17h às 18h** - A Proteção Social Especial. **Dia 14/06/2012 – Manhã - 9h às 10h** - A Rede
1083 Socioassistencial Privada do SUAS. **10h às 12h** - Plano Brasil sem Miséria – Secretário Extraordinário
1084 da Superação da Extrema Pobreza, Tiago Falcão. Indagou se o Pleno aprovava a pauta elaborada pela
1085 gestão anterior, o que foi consensuado, não havendo nenhuma observação. **Item Informes da**
1086 **Presidência/Secretaria Executiva, MDS e Conselheiros.** A Secretária-Executiva passou ao Informe:
1087 *“Informe da Presidência da Secretaria-Executiva. Informes gerais - ausências justificadas,*
1088 *Conselheiro Wagner Carneiro de Santana nesta RO nos dias 11, 12, 13 e 14 de junho de 2012 devido a*
1089 *agenda internacional; Conselheira Fátima Rampim nesta RO nos dias 11, 12, 13 e 14 de junho de*
1090 *2012 por participação da 101ª internacional do trabalho da OIT em Genebra; a Conselheira Márcia*
1091 *Mansur nessa RO nos dias 11 e 12 de junho de 2012 devido a compromissos institucionais,*
1092 *Conselheiro José Geraldo França Diniz nesta RO no dia 12 de junho no período da manhã por*
1093 *motivos institucionais e no período da tarde desse dia; Conselheira Eutália Barbosa Rodrigues nessa*
1094 *RO nos dias 11, 12, 13 e 14 de junho de 2012 devido a problemas de saúde; Conselheiro Meive*
1095 *Ausônia Piacesi nessa RO dias 12, 13, 14 de junho por motivos institucionais; Conselheira Eloiana*
1096 *Cambraia Soares nessa RO nos dias 13 e 14 de junho de 2012 por motivo de compromissos*
1097 *institucionais. E - mails enviado aos Conselheiros: convocação, Conselheiro Carlos Rogério Nunes*
1098 *para participar do seminário de gestão orçamentário e financeira no SUAS realizado nos dias 29 e 30*
1099 *de maio em 2012 em Brasília; Conselheiros Nacionais Governamentais titulares e suplentes para essa*
1100 *RO do Conselho Nacional de Assistência Social nos dias 11, 12 e 13 de 9h às 18h, no dia 14 de 9h às*
1101 *13h em Brasília; Conselheiros Nacionais titulares e suplentes, representantes da Sociedade Civil para*
1102 *essa RO do Conselho Nacional de Assistência Social no dia 11, de 9h às 18h, e de 12 de 9h às 13h em*
1103 *Brasília; Conselheiros Araujo e Maria Aparecida de Amaral Godói de Faria para representarem esse*
1104 *Conselho Nacional de Assistência Social no Rio+20, diálogos para o desenvolvimento sustentável no*
1105 *período de 16 a 18 de junho de 2012 no Rio de Janeiro. Boletins informativos do MDS: Boletim MDS*
1106 *Especial Brasil Carinhoso, Informativo SUAS nº 48, de 13 de maio a 13 de junho de 2012, Boletim*
1107 *MDS nº 338, de 25 a 31 de maio de 2012, Boletim MDS nº 339 de 1º a 7 de junho de 2012, publicações*
1108 *de resoluções do CNAS, portarias, Resolução nº 15, de 17 de maio de 2012, publicada no DO da*
1109 *União, de 24 de maio de 2012, seção um, página 52, que altera o artigo 2º da Resolução nº 6, de 14 de*
1110 *março de 2012, que aprova os critérios para a expansão qualificada de 2012 do cofinanciamento*
1111 *federal e o reordenamento dos serviços socioassistenciais de proteção social especial; Resolução nº*
1112 *16, 17 de maio de 2012, publicada no DO da União, de maio de 2012, seção um, página 52, que altera*
1113 *o artigo 7º da Resolução nº 11, de 24 de abril de 2012, aprova os critérios de partilha do*
1114 *cofinanciamento federal para apoio a oferta dos serviços e proteção social especial para pessoas com*
1115 *deficiência em situação de dependência e suas famílias em centro dia de referência, e em residências*
1116 *inclusivas e dar outra providências; Resolução nº 17 ,de 18 de maio de 2012, publicada no DO da*
1117 *União, de 24 de maio de 2012, seção um, página 53, que aprova os parâmetros da proposta*
1118 *orçamentária para Assistência Social relativa ao orçamento 2013; Resolução CNAS nº 18, de 24 de*

1119 maio de 2012, publicada no DO da União, de 25 de maio de 2012, seção um, página 62, que institui o
1120 Programa Nacional de promoção e acesso a um mundo do trabalho, ACSUAS trabalho; Portaria nº
1121 118, de 6 de junho de 2012, publicada no DO da União de 11 de junho de 2012, seção dois, página 30,
1122 que designa para compor o Conselho Nacional de Assistência Social no biênio 2012/2014 os membros
1123 da Sociedade Civil, Portaria nº 19, de 6 de junho de 2012, publicada no DO da União, de 11 de junho
1124 de 2012, seção dois, página 30, que designa para compor o Conselho Nacional de Assistência Social,
1125 o CNAS no biênio 2012/2014 os membros representantes governamentais. Documentos diversos:
1126 Informativos sobre a palestra técnica referente às novas funcionalidades do sistema de gestão de
1127 convênios e contratos de repasse, (transmitido online no dia 24 de maio de 2012, de 8h às 12h, através
1128 de vídeo treino; Convite para a Rio+20, Diálogos para o desenvolvimento sustentável para
1129 conhecimento; despacho do Secretário substituto do MDS, Sr. Marcelo Cardona Rocha, referente à
1130 prestação de contas do Presidente Carlos Eduardo Ferrari para conhecimento dos Conselheiros.
1131 Entrevista da Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campelo ao
1132 estado de São Paulo; ata e gravação da 200ª RO, ocorrida nos dias 17 e 18 de maio; relatório de
1133 atividades da Comissão de Políticas da Assistência Social; cartilha AGU sobre condutas vedadas aos
1134 agentes públicos federais em eleições 2012. Participação do CNAS: o Presidente Carlos Eduardo
1135 Ferrari no Seminário Estado organização da Sociedade Civil e a cooperação nas políticas públicas
1136 realizada pelo IPEA no dia 24 de maio de 2012 em Brasília.; Presidente Carlos Eduardo Ferrari,
1137 Conselheiro Carlos Rogério, Secretária-Executiva do CNAS, Secretária-Executiva do CNAS, e demais
1138 Coordenadoras no seminário de gestão orçamentária e financeira do SUAS realizada pelo MDS, dia
1139 29 e 30 de maio em Brasília; Presidente Carlos Eduardo Ferrari no Fórum Estadual não
1140 governamental da Assistência Social e Fórum Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, no
1141 dia 1º de junho em Porto Alegre/RS. Comunicado: O Conselho Estadual de Assistência Social no
1142 estado de Goiás, encaminha cronograma de encontros regionais nos Conselhos Municipais de
1143 Assistência Social, convite encaminhado aos novos Conselheiros do CNAS, representantes da
1144 Sociedade Civil, eleitos na assembléia de eleição realizado no dia 10 de maio desse ano para
1145 participar da 201ª RO do CNAS nos dias 11, 12 e 13 de junho de 9h às 18h, e no dia 14 de junho, de
1146 9h às 13h em Brasília. Convites: O Governo Federal no programa das Nações Unidas para o
1147 Desenvolvimento e o Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade convidaram para a
1148 cerimônia de premiação da 4ª edição do prêmio ODM Brasil no dia 30 de maio de 2012 no salão
1149 Nobre do Palácio do Planalto, foi informado que não foi possível a participação deste CNAS que
1150 coincidiu com o Seminário de gestão do SUAS; MDS convidou para participar do 1º Fórum
1151 Interministerial de Desenvolvimento nos dias 29 e 31 de maio em Brasília, informou-se que não foi
1152 possível a participação deste Conselho também na mesma data do Seminário. Conselho Estadual de
1153 Assistência Social do Mato Grosso do Sul; SEAS Mato Grosso do Sul convidou para a transmissão
1154 do cargo de Presidente e Vice-Presidente do mandato no período de 20 de maio de 2012 a 19 de maio
1155 de 2013 no dia 4 de junho de 2012 em Campo Grande, Mato Grosso do Sul; a Secretaria de Direitos
1156 Humanos da Presidência da República convidou esse Conselho para a reunião da Comissão de
1157 Acompanhamento da Implementação do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa de Direitos
1158 de Crianças e Adolescentes a Convivência Familiar e Comunitária realizado no dia 11 de junho de
1159 2012, informamos que não foi possível a participação desse CNAS nessa reunião devido a coincidir
1160 com essa RO; a Secretaria Nacional de Articulação Social, na Secretaria Geral da Presidência da
1161 República e Conselho Nacional de Saúde convidam para o colóquio interconselhos sobre participação
1162 social na democracia de alta intensidade a ser realizado no dia 13 de junho, de 9h às 12h no auditório
1163 do anexo do Palácio do Planalto, agradecemos e informamos que não será possível a participação
1164 deste Conselho devido à realização dessa RO. Site notícias: Posse dos novos Conselheiros do CNAS,
1165 CNAS completa sua 200ª RO, novos Conselheiros representantes da Sociedade Civil no CNAS,
1166 assembleia de eleição para escolha de representantes da Sociedade Civil no CNAS, publicada a ata da
1167 subcomissão de recursos e o ato de homologação da Comissão Eleitoral, inclusão na pasta legislação,

1168 *resoluções do CNAS, Resolução nº 09, Resolução nº 10, Resolução nº 11, Resolução nº 12, Resolução*
1169 *nº 13, Resolução nº 14, Resolução nº 15, Resolução nº 16, Resolução nº 17. Incluído na pasta*
1170 *composição: Composição do CNAS gestão 2012/2014. Aniversariante do mês de junho: Conselheiro*
1171 *José Geraldo Diniz, dia 6º. A Secretária-Executiva esclareceu que esses informes correspondiam ao*
1172 *período de realização da 200ª RO até o início dessa reunião, sendo que em julho seria feito o relato dos*
1173 *informes do dia 11 de junho até o início da próxima reunião ordinária. **Informes do MDS**, pela*
1174 *Conselheira Simone: “Boa tarde Presidente, boa tarde Vice-Presidente. Presidentas, Luziele e Leila.*
1175 *Primeiro vou dar as boas notícias, Presidenta, todas são boas, depois tem melhores. Primeiro eu quero*
1176 *informar para o Conselho uma notícia muito boa que foi veiculada ontem, hoje na parte da manhã*
1177 *aqui foi colocado por alguns Conselheiros, a importância do Conselho também ter resultado do que a*
1178 *gente vem conquistando na área da Assistência Social no Brasil, então acho muito importante dar esse*
1179 *informe, esse relato aqui. Ontem, os senhores e senhoras, sabem foi o dia Internacional do combate ao*
1180 *trabalho infantil e por isso foi lançado o censo de 2010 dizendo que 1,6 milhões de crianças e*
1181 *adolescentes de 10 a 15 anos estão em situação de trabalho infantil, desses 1,6 milhões eles*
1182 *representam 7,7% do total de crianças e adolescentes nessa faixa etária, o que aconteceu ontem foi*
1183 *uma comparação com o censo de 2000 e na comparação foi constatado a redução de 10,8% do*
1184 *trabalho infantil nessa faixa etária, de 10 a 15 anos, e esse próximo dado, a redução de 15,7% na faixa*
1185 *etária de 16 a 17 anos, isso é muito importante para o Conselho acompanhar e também para o debate*
1186 *que nós iremos fazer esse ano até o ano que vem, quando teremos a Conferência Internacional do*
1187 *Trabalho Infantil, nos próximos dias teremos a divulgação das estimativas municipais, então isso*
1188 *também é muito importante para a gente pensar aonde é que a gente está conseguindo atingir e quais*
1189 *são as estratégias que nós devemos adotar para que a gente consiga diminuir ainda mais o trabalho*
1190 *infantil no Brasil. As metas são até 2015 nós deveremos então perseguir a meta de erradicar as piores*
1191 *formas do trabalho infantil no Brasil. Outra coisa que eu quero informar e nós tivemos aqui até o*
1192 *último pleno do Conselho Nacional, porque o Conselho que delibera a cerca dos critérios que*
1193 *partilham os recursos para os municípios e estados brasileiros, as expansões deste ano, essas*
1194 *expansões elas foram aprovadas no ano passado quando então o nosso Ministério ele trouxe a esse*
1195 *Conselho as metas para erradicar a pobreza o Brasil, 16 milhões de famílias em situação de extrema*
1196 *pobreza. E então vários do informes que eu vou dar aqui para os senhores e senhoras daqui para*
1197 *frente tem a ver com as metas que nós pactuamos, que nós deliberamos aqui no Conselho Nacional e*
1198 *eu estou informando então como é que foi a adesão dos municípios a está partilha, porque o Conselho*
1199 *Nacional ele define quem vai acessar os recursos financeiros, mas os municípios eles tem que aceitar,*
1200 *então eles aceitam através da internet, a gente disponibiliza o aceite e o Secretário Municipal aceita e*
1201 *o Conselho Municipal ou Estadual também aceita, então os programas que a gente pactuou, que a*
1202 *gente deliberou a cerca dele é o Programa Nacional de Capacitação do SUAS, esse programa é um*
1203 *programa que tem como meta capacitar 33 mil trabalhadores do SUAS no ano de 2012 e nós então*
1204 *disponibilizamos o aceite para os Governos Estaduais e o resultado é bastante positivo também, nós*
1205 *tivemos 100% de adesão dos Governos Estaduais e 100% de aprovação dos Conselhos Estaduais. Eu*
1206 *vou para registrar aqui, Presidente Luziele, vou ler as metas que foram aceitas pelos Conselhos*
1207 *Estaduais para que todos tenham conhecimento. No Rio Grande do Sul foram aceitas 1900 metas, em*
1208 *Roraima 250, na Paraíba 1545, em Alagoas 1075, no Espírito Santo 870, em Tocantins 725, em*
1209 *Sergipe 740, no Acre 250, no Pará 2190, em Santa Catarina 1170, em Pernambuco 2250, em*
1210 *Rondônia 425, no Mato Grosso do Sul 985, no Amapá 250, no Rio de Janeiro 2250, no Distrito*
1211 *Federal 565, na Bahia 2250, no Maranhão 2215, no Mato Grosso 1005, no Ceará 2250, no Paraná*
1212 *2030, em Minas Gerais 2250, São Paulo 2250, Goiás 1980, Amazonas 107, Piauí 1135, Rio Grande do*
1213 *Norte 1560. Agora depois que tiveram os aceites dos Governos Estaduais é compromisso do Ministério*
1214 *também fazer a chamada pública para compor a rede nacional de educação permanente e capacitação*
1215 *do SUAS, ao contrário, A rede Nacional de Capacitação e Educação Permanente do SUAS, então foi*
1216 *publicada hoje no diário oficial da União o aviso de chamada pública número um de 2012 que é o*

1217 seguinte: 'O Ministério do Desenvolvimento Social convida as instituições de ensino superior públicas
1218 e privadas a participarem do processo de credenciamento para composição da rede nacional de
1219 capacitação e educação permanente do SUAS nos termos estabelecidos no edital da chamada pública,
1220 MDS número 01 de 2012 e com fulcro na lei 8742 de sete de dezembro de 93 e na Resolução CNAS
1221 número oito, 16 de março de 2012. Objeto: Essa chamada pública tem por objeto constituir a rede
1222 nacional de capacitação e educação permanente no SUAS, os prazos as preponentes terão prazo de 20
1223 dias corridos a partir da data da publicação deste edital para o envio do termo de adesão a rede
1224 nacional ao endereço eletrônico do MDS www.mds.gov.br/sage. As propostas enviadas após o prazo
1225 acima citado serão avaliadas periodicamente pela equipe técnica a cada seis meses, a presente
1226 chamada encontra-se disponível no endereço eletrônico supracitado.' Então nós vamos ter aí 20 dias,
1227 eu peço aos Conselheiros, ao CONGEMAS, Conselheiro FONSEAS, as entidades aqui presentes que
1228 nos ajudem a divulgar, a ideia é que nós possamos compor mesmo uma rede nacional de educação
1229 permanente e capacitação do SUAS. Também quero aproveitar para agradecer o apoio do Conselho
1230 Nacional de Assistência Social, o FONGEAS, do CONGEMAS, parabenizar aí a minha equipe na
1231 pessoa do Coordenador José Crus e também agradecer a Secretaria de avaliação e gestão da
1232 informação, também quero informar aos senhores que está aberto para preenchimento do plano de
1233 ação de 2012, o que é o plano de ação? O plano de ação é um instrumento eletrônico que os
1234 Secretários Municipais e Secretários Estaduais e Conselhos Municipais e Estaduais planejam a
1235 utilização dos recursos para o ano que vem. O plano de ação ele tem que ser aprovado pelos gestores
1236 e pelos Conselhos, eu vou aqui um dado parcial, está em preenchimento 84% dos municípios e
1237 aprovados já foram 5,76 e Conselho aprovando 10,24% até agora não foi reprovado nenhum plano de
1238 ação. O prazo para finalização do preenchimento e aprovação do plano de ação será definido na
1239 próxima reunião da SIT, também está disponível para preenchimento pelos gestores estaduais e
1240 municipais e aprovação dos respectivos Conselhos desde oito de junho o instrumento de prestação de
1241 contas do cofinanciamento federal, chamado demonstrativo sintético anual da execução física e
1242 financeira, conforme estabelece a portaria número 81 de 15 de maio de 2012 em seu artigo 1º
1243 excepcionalmente em relação aos processos de prestação de contas do exercício de 2011 os termos
1244 finais de que tratam os §§ 2º e 3º do artigo 6º da portaria número 625 de 10 de agosto de 2010 serão
1245 os dias 31 de julho para os gestores e 31 de agosto para os Conselhos de 2012 respectivamente, só
1246 lembrando que a prestação de contas é essencial dos recursos para que os gestores tenham
1247 tranquilidade para continuar gastando os recursos repassados dos fundos do Fundo Nacional para os
1248 Fundos estaduais e municipais de Assistência Social. Quero também informar a esse Conselho que
1249 todo ano desde 2007 a gente faz o encontro Nacional de monitoramento do SUAS, é um encontro
1250 importante onde nós apresentamos os dados do Censo SUAS, só para os senhores e senhoras terem
1251 ideia, o senso SUAS ele coleta informações dos CRAS, dos CREAS e informações da gestão municipal,
1252 da gestão estadual, dos Conselhos de Assistência Social e da rede privada do SUAS, e o Censo SUAS é
1253 o instrumento de monitoramento do Sistema Único de Assistência Social, esse encontro é muito
1254 importante e ele seria realizado no dia 25, 26 e 27 de junho, eu estou aqui informando que nós tivemos
1255 que alterar a data para quatro, cinco e seis de julho em função dos prazos necessários para
1256 cumprimento de cláusulas contratuais e adequada viabilização do evento, pelos prazos que a gente
1257 tinha não ia dar tempo de a gente fazer a licitação para o encontro de monitoramento, então ele será
1258 realizado nos dias quatro, cinco e seis de julho e terá claro a presença do Conselho Nacional de
1259 Assistência Social, eu enviarei o convite para o Conselho Nacional. Por causa disso, nós tivemos que
1260 adiar o encontro de acompanhamento e apoio técnico do SUAS que estava previsto para essa data dos
1261 dias quatro e cinco e seis de julho, a alteração da data do encontro de monitoramento implicou
1262 necessariamente a alteração do encontro de acompanhamento que deverá ser realizado após o período
1263 eleitoral, as datas indicativas para a realização do encontro são 21 e 22 de novembro de 2012, não sei
1264 se os senhores Conselheiros sabem, mas o período eleitoral é um período onde poucas atividades
1265 podem ser realizadas, por isso que nós poderemos fazer encontros e eventos até dia sete de julho e o

1266 repasse de recursos também, depois só depois do período eleitoral. Informo também aos senhores e
1267 senhoras que a 113ª reunião ordinária da CIT está agendada para o dia 25 de junho, e a 114ª para o
1268 dia quatro de julho, a dia quatro de julho será dedicada exclusivamente a pactuação da NOB, a NOB
1269 da gestão e do financiamento que, se Deus quiser e nós conseguirmos, a gente enviará então para a
1270 discussão no Conselho Nacional. Informo também a esse Conselho Nacional que nós faremos, estamos
1271 realizando as Câmaras Técnicas que nós temos três câmaras técnicas na SIT, uma delas é para
1272 discutir a NOBSUAS para a gente fechar o texto da redação da NOBSUAS, ela está agendada para o
1273 dia 21 de junho, temos também uma câmara técnica da regionalização dos serviços que está agendada
1274 para o dia 11 de julho e também uma câmara técnica dos critérios intra-urbanos que está agendada
1275 para o dia 12 de julho. Também quero informar aos senhores que esse Conselho aprovou, deliberou
1276 nesse último pleno a criação da Comissão de Avaliação dos planos de reordenamento dos serviços de
1277 acolhimento institucional para jovens e adultos com deficiência em situação de dependência em
1278 residência inclusiva, essa comissão de avaliação ela tem representação do Conselho Nacional, ela se
1279 reunirá nos dias 15 de junho para avaliar 89 projetos sendo que nove serão escolhidos para serem
1280 apoiados a partir de junho de 2012 e mais 31 para serem apoiados a partir de novembro, fazem parte
1281 da comissão como titulares pelo MDS Maria Machado, pelo CONGEMAS Marisa Rodrigues Silva,
1282 pelo FONSEAS Cristiane Cavalcanti Freire e pelo Conselho Nacional a nossa querida Vice-Presidente
1283 Leila Pizzato. Eu agora darei os informes do balando da quantidade de municípios que fizeram os
1284 aceites das pactuações que nós fizemos aqui dos critérios de partilha, então nós fizemos a partilha do
1285 serviço de proteção e atenção integral as famílias, o PAIF, fizeram o aceite 77,33% dos municípios
1286 que tinham condição de aceitar, isso significa que 411 municípios poderiam aceitar o cofinanciamento
1287 do PAIF e deste aceitaram o cofinanciamento 77,37%. Nós temos também na proteção social básica os
1288 serviços volantes, são os serviços que são ofertados onde moram populações em situação de
1289 isolamento em áreas rurais de grandes distâncias. Nós fizemos a oferta para 411 serviços volantes e
1290 foram aceitos 216, 52,55%, até agora 40,38% Conselhos Municipais já deram o seu aceite também na
1291 proposta feitas pelos Secretários Municipais. Este ano, por causa do Brasil sem miséria, porque nós
1292 vamos discutir isso aqui amanhã com o Secretário Tiago, nós também não só estamos implantando
1293 novos serviços no SUAS, mas a gente também está implantando lanchas que vão levar os serviços
1294 volantes e as equipes do PAIF principalmente para a região Norte brasileira, e foram feitas ofertas de
1295 cofinanciamento para manutenção de 129 lanchas e foram aceitas 83,72%, desculpa, é região Norte e
1296 Pantanal, ou seja, das 129 que nós ofertamos houveram 108 aceites. Também foram feitas
1297 deliberações de pactuação a cerca dos serviços de proteção e atenção especializada a famílias, o
1298 PAEF, foram ofertados cofinanciamento para 301 serviços e foram aceitos 156, ou seja, 51,82%.
1299 Talvez foram ofertados serviços especializados para pessoas em situação de rua nos centro de
1300 referência especializados para a população de rua, foram ofertados 93 e aceitos 71, ou seja, 76,34%.
1301 Aqui também, Anderson, a gente pede aí que acompanhem as ofertas feitas pelo serviço de população
1302 de rua para que o movimento também possa nos ajudar para que os Secretários municipais tenham
1303 tranquilidade de ofertar o serviço entendendo a importância que tem esse serviço para a população de
1304 rua. No serviço de acolhimento, que são os serviços de alta complexidade do SUAS, foram ofertados
1305 para o cofinanciamento 22025 ofertas de cofinanciamento para os serviços de acolhimento também
1306 para a população de rua, foram ofertados 22025 vagas, e foram aceitas 19075, ou seja, 86,70%. O
1307 outro programa nacional também que nós deliberamos o programa chamado ACSUAS Trabalho que é
1308 um programa de acesso, de promoção do acesso do SUAS ao mundo do trabalho, ele está aberto o seu
1309 aceite para o Secretário Municipal até dia 20 de junho e para a aprovação do Conselho Municipal até
1310 30 de junho. Então, Presidente, esses são os informes”. A seguir, a Conselheira Solange complementou
1311 com informes da Secretaria Nacional de Renda e Cidadania: “Boa tarde a todos. Parabéns aos novos
1312 Conselheiros, meu nome é Solange Teixeira, eu sou membro suplente nesse Conselho, e sou da
1313 Secretaria Nacional de Renda e Cidadania do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a
1314 Fome. Parabéns nossa Presidente, nossa Vice-Presidente, uma gestão profícuo e feliz para vocês duas.

1315 *Na verdade, Simone, a gente tem do SECAD que a gente queria fazer uma colocação, mas parece que*
1316 *já vai entrar na pauta da próxima reunião e também a Letícia tinha pedido que eu desse um informe de*
1317 *uma capacitação que a SENARC está preparando para os novos instrutores do formulário do cadastro*
1318 *único que será realizado em agosto e setembro, é uma capacitação de grande porte, ela primeiramente*
1319 *vai fazer uma capacitação para gestores do cadastro do programa, capacitando 120 instrutores que*
1320 *serão replicadores lá na ponta e posteriormente uma capacitação em setembro para 540,*
1321 *aproximadamente, instrutores para preenchimento de formulário de cadastro único e de*
1322 *multiplicadores de estados e municípios”.* A Conselheira, como questão de ordem, quanto ao uso do
1323 termo *presidenta*, com a Presidente informando que faria uma pesquisa sobre a questão e traria ao
1324 Pleno. **Informes do CONGEMAS**, pela Conselheira Marisa: “*Boa tarde senhores Conselheiros,*
1325 *senhoras Conselheiras. Presidente, é um informe de rotina do nosso colegiado, informar a todos os*
1326 *senhores e senhoras Conselheiras que hoje o nosso Presidente Valdeosmar ele está participando de*
1327 *um seminário em Porto Alegre, iniciativa dos gestores municipais junto com a confederação dos*
1328 *Prefeitos lá do Rio Grande do Sul, cujo tema é o SUAS que temos, o SUAS que queremos, com a*
1329 *participação da SCNAS, CESEP, também tem as oficinas na proteção básica e financiamento, a*
1330 *proposta Sra. Presidente, desse seminário é uma avaliação que estamos fazendo como fortalecimento e*
1331 *estímulo para o aprimoramento da gestão do SUAS, ao longo do ano de 2012 o CONGEMAS fará*
1332 *presente em alguns estados dentre desses contextos, dessas oficinas para que possamos ir avançando*
1333 *nessa questão do aprimoramento. Outra coisa também que nós queremos informar é que nós, a nossa*
1334 *diretoria, já compomos a comissão para o planejamento dos encontros regionais e logo em breve*
1335 *estaremos aqui informando aos senhores e senhoras Conselheiros o cronograma dos encontros*
1336 *regionais que este colegiado estará realizando no ano de 2012. Muito obrigado”.* **Informes dos**
1337 **Conselheiros.** A Conselheira Maria Aparecida convidou os Conselheiros para participar em uma
1338 oficina temática que a CUT faria na Rio+20 no dia 15 das 13h às 15h30 horas, no Aterro do Flamengo,
1339 cujo tema era as políticas públicas de estado e os seus reflexos para a seguridade social no Brasil com
1340 ênfase nas políticas sociais, discorrendo sobre a pauta a ser tratada e o avanço do Brasil nesse campo,
1341 relatando não terem recebido muito apoio dos demais países. Informou o convite feito ao professor
1342 Eduardo Fagnani, que tratava muito bem desses temas, e como debatedoras a Sra. Fernanda Magano,
1343 Presidente da FENAPS, a Conselheira Margareth Dallaruvera, Presidente da Federação Nacional dos
1344 Assistentes Sociais e a Sra. Solange Caetano, Presidente da Confederação Nacional da Enfermagem,
1345 discorrendo sobre os objetivos dessa oficina, com a idéia de fortalecer o avanço que o Brasil teve para
1346 que os outros países seguissem esse exemplo. O Conselheiro Anderson falou sobre o genocídio de
1347 população em situação de rua, computando 304 mortos., discorrendo sobre a importância desse
1348 segmento e a visibilidade que estava alcançando dentro do CNAS, academia e vários outros lugares.
1349 Relatou que o IBGE faria uma amostra censitária dessa população, homens, mulheres, crianças e
1350 adolescentes, idosos, negros, indígenas, quilombolas, LGBT, de todas as faixas etárias, sendo
1351 importante trazer essa questão para dentro do CNAS, Copa do Mundo, megas eventos, Rio+20, a visita
1352 do Papa no próximo ano e o Fórum Social Mundial, que aconteceria aqui no Brasil, e outros eventos,
1353 existindo um grande preconceito. Relatou a prisão de 50 moradores em situação de rua pela Lei da
1354 vadiagem em Franca, tendo sido libertados pelos defensores públicos. Destacou a continuação do
1355 trabalho do ex-Conselheiro Samuel, mas que agora faria mais cobranças, arrazoando sobre a questão da
1356 saúde desses cidadãos e que a população em situação de rua estavam dentro dos serviços de Assistência
1357 Social, relatando sua luta contra a questão da tuberculose. Ressaltou que deveriam sair a campo e
1358 capacitar os trabalhadores, informando que, não como Conselheiro, mas como membro do Movimento
1359 Nacional dos Catadores estaria na cúpula dos povos participando. Indicou que o ex-Conselheiro
1360 Samuel estaria palestrando junto com o Sr. Boaventura de Sousa Santos, referindo-se aos eventos em
1361 que participaria. Concluindo, referiu-se às mortes ocorridas e cujos dados poderia passar para o
1362 Conselho, precisando estar atentos para essa situação. O Conselheiro José Araújo relatou que no dia 15
1363 de junho, sexta-feira, era o Dia Mundial de Combate à Violência Contra Pessoa Idosa, sendo

1364 comemorado com várias ações em todo o território, para conscientização da violência praticada com as
1365 pessoas idosas, convidando a todos para se engajarem nessas ações. Informou que no Paraná existia um
1366 disque denúncia para idoso, nº 0800410001, e de 2003 até 2011 havia sido feito um levantamento,
1367 relatando os resultados da violência nesse estado, com todas as violências não sendo comunicadas.
1368 Solicitou licença no dia seguinte visto que o Conselho Nacional de Direitos do Idoso e a Secretaria de
1369 Direitos Humanos estavam fazendo na homenagem a algumas pessoas e entidades no Congresso
1370 Nacional, sendo um dos homenageados, convidando os presentes para essa cerimônia. A Presidente
1371 cumprimento pelo evento, passando a palavra para a Conselheira Nilsia, que falou sobre seu trabalho
1372 em prol, da população negra no país, cuja discriminação era resultado do sistema eurocentrista.
1373 Ressaltou a necessidade de atender essa população nos rincões do país, sugerindo ações através do
1374 Ministério da Educação para a formação do povo no interior, relatando o que havia vivenciado durante
1375 suas viagens, ponderando que o estado de miséria parte da ignorância. Colocou-se à disposição do
1376 Conselho, principalmente para durante as viagens pelo país, esclarecer o povo brasileiro sobre a
1377 necessidade de se educar, não aceitando as imposições políticas no interior do país. A Presidente
1378 agradeceu pelas colocações, com o CNAS contando com sua contribuição, assim como a de todos os
1379 Conselheiros. **Item O Sistema Único de Assistência Social.** A Presidente falou sobre o SUAS,
1380 observando que a capacitação dos Conselheiros não terminava, mas prosseguiria, discorrendo sobre os
1381 aspectos da área de gestão do SUAS, destacando a importância do monitoramento e a vigilância e que
1382 formatavam a política de Assistência e o SUAS atualmente. Indicando o material em tela, observou que
1383 para muitos esse era o primeiro contato com o Sistema, colocando as questões que traziam sua
1384 organização e que tinha alguma paridade com a ideia do Sistema Universal Único de Saúde. Informou
1385 que o SUAS era um novo ordenamento político e institucional solicitado para o setor da Assistência
1386 Social e que teve suas bases lançadas na IV Conferência Nacional, sendo o resultado de muitas
1387 contribuições, saindo como a principal deliberação desse importante evento para o Controle Social. A
1388 Presidente discorreu sobre o trajeto que a política de Assistência Social havia trilhado, saindo do campo
1389 do clientelismo, para integrar um projeto de seguridade social do país. Observou que a Assistência
1390 Social era uma política nova, em processo de amadurecimento e de consolidação, iniciando na
1391 Constituição Federal de 1988 e seguindo para o campo dos direitos e da universalização, sendo
1392 direcionada para os carentes e uma política de primeira linha. Falou sobre o orçamento inicial que não
1393 passava de R\$ 4 bilhões e atualmente passava de R\$ 55 bilhões, recursos que ainda eram poucos para a
1394 magnitude das ações realizadas, com a necessidade de saber otimizar esses fundos e monitorar os
1395 resultados, com os suportes da LOAS, legislação que havia sido muito discutida. Observou que após a
1396 criação do MDS, haviam ganhado uma conformidade estruturante na institucionalidade pública do país,
1397 servindo de espelho para estados e municípios, havendo atualmente uma área, não só da sociedade
1398 civil, mas toda uma área pública não estatal em defesa da Assistência Social. Arrazoou sobre a
1399 necessidade de se compreender a Assistência Social como se apresentava, sendo uma construção
1400 coletiva, e com a legislação reconhecendo o SUAS como sistema descentralizado e participativo dessa
1401 política, discorrendo sobre a luta para se chegar a essa normatização do Sistema. Esclareceu que nesse
1402 período transcorrido, a Assistência Social havia se especializado em ser uma política carimbada, de uso
1403 eleitoral muito forte, discorrendo sobre a luta para que as rubricas orçamentárias atendessem os
1404 serviços efetivados pelas entidades, destacando o quanto se havia avançado, citando a criação da NOB,
1405 outro marco na história da Assistência Social. Que a partir daí, havia começado todo um debate nas
1406 conferências sobre o que seria esse Sistema, discorrendo sobre o assunto e conforme o material em ,
1407 com o SUAS consolidado e tendo como primazia a instituição família. Após mais algumas
1408 observações, ressaltou que quando se falava em Assistência Social se estava falando de outro tipo de
1409 relacionamento com a questão social no Brasil, com esse novo posicionamento focando as necessidades
1410 sociais e não os necessitados. Que trazia ações de prevenção e provimento de um conjunto de
1411 segurança social, que prevenisse e reduzisse as situações de risco pessoal e social, protegendo as
1412 pessoas e famílias vulneráveis e que sofriam violações de direitos, ademais de propiciar possibilidades

1413 de inclusão social, não apenas com a criação de programas, mas também com ações, exemplificando
1414 com o Censo. Prosseguindo, a Presidente falou que o SUAS regularizava e organizava em todo o
1415 território nacional a rede de serviços socioassistenciais, abrangendo a pública e a privada, priorizando o
1416 atendimento às famílias, o indivíduo e o território como base de organização, observando-se as
1417 diferenças regionais, conforme já havia sido falado. Observou que o SUAS e os programas vinculados
1418 pretendiam apoiar o protagonismo e aqueles que o necessitavam, precisando-se de políticas sociais
1419 públicas, exemplificando com a Saúde. Que o Sistema pressupunha a adesão e gestão compartilhada,
1420 definindo e organizando os elementos essenciais para a execução da política de Assistência Social com
1421 a normatização dos serviços. Com relação à tipificação dos serviços, ressaltou que os trabalhadores do
1422 SUAS haviam insistido em tipificar os serviços socioassistenciais, otimizando os recursos e
1423 capacitando os trabalhadores, falando sobre a capacitação de quase 21.000 Conselheiros municipais em
1424 2011. Ressaltou a necessidade de que os Conselheiros que tomassem assento nos conselhos soubessem
1425 o que estavam fazendo, sem ferir a representatividade e a legitimidade, considerando interessante que o
1426 CNAS fosse exemplo para os Conselhos municipais e nas comissões. Que as instituições não eram
1427 estanques, trabalhando de maneira articulada para pensar, executar, controlar e investir socialmente na
1428 área da Assistência. Citou as instâncias onde os três entes federados tinham assento, na perspectiva do
1429 consenso em torno das questões da política de Assistência Social e do SUAS, citando, como exemplo,
1430 as situações gerenciais que nunca eram decididas apenas pelo MDS, que queria que a política tivesse
1431 força e visibilidade, favorecendo o protagonismo das pessoas. Com relação às instâncias de deliberação
1432 e controle social, indicou aquelas que participavam das ações, falando sobre o sistema de repasse
1433 Fundo a Fundo, com os mesmos podendo ser identificados, para quem haviam sido direcionados e o
1434 resultado desses investimentos, relatando uma situação sobre as transferências de recursos para um
1435 pequeno município. Informou que o Sistema Único era organizado por níveis de complexidade,
1436 proteção social básica, onde se observava vínculos familiares e comunitários, e proteção social de
1437 média e alta complexidade. Concluindo, a Presidente informou que encaminharia esse material para os
1438 Conselheiros, trazendo as mudanças do SUAS ao longo do tempo. A Conselheira Maria do Socorro
1439 cumprimentou a nova Presidente e a Vice-Presidente, relatando como as havia conhecido
1440 profissionalmente e destacando a sua competência. Cumprimentou, também, os novos Conselheiros,
1441 manifestando satisfação em encontrar antigos companheiros para enfrentar e começar um novo desafio.
1442 **Item A Proteção Social Básica.** A Conselheira Maria do Socorro passou a falar sobre a proteção
1443 básica, que juntamente com a proteção especial, era afiançada pelo SUAS. Explicou que a proteção
1444 básica prevenia situações de risco social, por meio de desenvolvimento de potencialidades e aquisições,
1445 e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destinava-se a pessoas que viviam em
1446 situação de vulnerabilidade social, falando sobre as situações que levavam a esse patamar, atuando com
1447 ações preventivas, protetivas e proativas, respondendo às necessidades humanas de forma integral, para
1448 além da atenção de situações emergenciais. Apresentou como seus princípios dois pilares do Sistema, a
1449 família e o território, discorrendo sobre os serviços ofertados, dentre os quais o PAIF e o CRAS. Falou
1450 sobre os serviços tipificados da proteção social básica, ofertados pelas duas unidades citadas,
1451 discorrendo sobre os mesmos e como o CRAS e o PAIF eram importantes para alcançar seus objetivos,
1452 com o Centro sendo responsável pela organização da proteção social básica no território e pela oferta
1453 do PAIF naquele território, conforme indicado no material em tela. A Conselheira Maria do Socorro
1454 falou sobre os serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, realizados em grupos com
1455 fortalecimento de vínculos e incentivando a socialização e convivência naquela comunidade; os
1456 serviços de proteção social básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosos e os serviços de
1457 convivência e fortalecimento de vínculos por entidades, por instituições não-governamentais. Informou
1458 que no atendimento da rede pública estatal e a não-governamental, o SUAS atendia mais de 22 milhões
1459 de pessoas, falando sobre o primeiro cofinanciamento nacional feito no ano passado para garantir o
1460 aumento da cobertura dos serviços. Esclareceu que apesar do trabalho realizado, foi identificado, a
1461 partir do Plano Brasil Sem Miséria, que ainda havia 16 milhões de famílias na extrema pobreza e sem

1462 acesso a políticas públicas, com boa parte estando em territórios rurais, com críticas que o CRAS não
1463 chegava nessa área. Falou sobre a ação de equipes volantes para atender essa população em 983
1464 municípios. Indicou o Programa de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho aprovado na última
1465 plenária do Conselho, cujo objetivo era promover a integração do protagonista da Assistência Social ao
1466 mundo do trabalho, por meio de ações articuladas e mobilização social. Relatou como as ações eram
1467 realizadas e constando na Resolução nº 18 do CNAS, informando suas metas e o público alvo, com o
1468 CNAS tendo como atribuição acompanhar, fiscalizar e monitorar a execução desse programa no âmbito
1469 municipal, estadual e nacional. Apresentou as publicações existentes, feitas pelo DGSUAS a respeito
1470 do CRAS, PAIF e outros programas entregues aos Conselheiros. Observou que essa apresentação trazia
1471 o que o CNAS, a CIT e o MDS, em parceria com estados e municípios haviam produzido sobre
1472 proteção básica, mas não promovendo a sua capacitação. **Item Os Benefícios Assistenciais.** A
1473 Conselheira Léa informou que esses benefício eventuais estavam previstos na LOAS, artigo 20,
1474 Benefício de Prestação Continuada, e artigo 22, discorrendo sobre cada um e como seguiam a
1475 regulamentação de estados e municípios. Esclareceu como o BPC era aplicado, sendo previsto na
1476 Constituição, não dependendo de contribuições prévias e possuindo um orçamento definido e com as
1477 regras estabelecidas no campo da de Assistência Social. Informou as condições para recebimento desse
1478 benefício, informando, conforme o material em tela, o alcance do BPC no Brasil, com um montante de
1479 aproximadamente 10 milhões para atendimento ao idoso e pessoas com deficiência. Esclareceu que
1480 cabia ao MDS, por meio da Secretaria Nacional de Assistência Social, coordenar todo esse processo,
1481 com acompanhamento do atendimento pelo INSS. Discorreu sobre o programa existente na escola,
1482 Programa de Acompanhamento e Monitoramento do Acesso e Permanência na Escola das Pessoas com
1483 Deficiência Beneficiárias do BPC – BPC na Escola, apresentando os dados e os organismos envolvidos
1484 na sua articulação, contando com um Comitê Gestor, responsável pelo seu acompanhamento, tendo
1485 alcançado atualmente em torno de 50% de inclusão da meta identificada em 2007. Falou sobre a
1486 importância do apoio do município ao programa, contando com um Comitê Gestor que abrangia todas
1487 as áreas, com os mesmos atores que no âmbito do governo federal e que também tinham a
1488 responsabilidade de coordenar a implementação do programa. A Conselheira Léa passou a falar sobre o
1489 Programa de Promoção do Acesso das Pessoas com Deficiência Beneficiárias do BPC à qualificação
1490 profissional, e ao mundo do trabalho – BPC Trabalho, apresentando seus objetivos e ação prioritária de
1491 inserção na qualificação profissional e no trabalho. Informou que estavam na fase de elaboração da
1492 Portaria interministerial com vários atores, para que o programa nascesse do ponto de vista intersetorial
1493 e posteriormente passar pela CIT e pelo CNAS. Relatou que esse programa vinha de uma experiência
1494 piloto realizada em São Paulo e posteriormente se ampliando para outras capitais, tendo um grande
1495 debate dentro das políticas públicas, envolvendo trabalho, pessoa com deficiência e a Assistência
1496 Social, com legislações promovendo a sua inclusão no mercado de trabalho. Falou sobre o que essas
1497 legislações traziam, estando mais detalhadas no pen drive entre aos Conselheiros. Relatou que os
1498 benefícios eventuais estavam previstos no artigo 22 da LOAS, existindo quatro modalidades: o
1499 benefício do natalidade e funeral, vulnerabilidade temporárias e de calamidade pública, discorrendo
1500 sobre cada uma dessas modalidades. Observou existir um levantamento sobre a realidade brasileira em
1501 relação aos benefícios, sendo importante que o CNAS conhecesse e debatesse na Comissão específica
1502 alguns elementos com relação à baixa regulação nos municípios, visto serem os conselhos quem mais
1503 regulava os benefícios eventuais nesses locais. Observou que o cadastramento dos beneficiários do
1504 BPC era feito no Cadastro Único, discorrendo sobre a importância do mesmo para que o MDS tivesse
1505 todas as informações necessárias sobre o programa. Relatou o desconto na tarifa de energia elétrica
1506 para as famílias que estavam caracterizadas dentro do programa, indicado as condições necessárias para
1507 esse benefício. A Conselheira Maria do Socorro complementou, indicando como a proteção social
1508 básica do SUAS se organizava no governo federal, com dois Departamentos na SNAS, o Departamento
1509 de Proteção Social Básica, o Departamento de Benefícios Assistenciais e a SENARC, colocando as
1510 competências de cada um. A Conselheira Solange passou a falar sobre a SENARC, Secretaria Nacional

1511 de Renda e de Cidadania, tendo sob sua gestão o Programa Bolsa Família e o Cadastro Único falando
1512 sobre os mesmos e sua abrangência. Informou os três tipos de benefícios do Programa Bolsa Família:
1513 básico, variável e variável jovem, esclarecendo o público-alvo de cada um. Relatou a criação de mais
1514 dois programas, benefício destinado à superação da extrema pobreza, e o benefício variável de
1515 superação da pobreza, destinado a famílias extremamente pobres, com crianças de zero a seis, relatando
1516 os critérios para sua aplicação e relatando alguns exemplos para o recebimento desse benefício.
1517 Observou que o recurso do Programa Bolsa Família era preferencialmente pago à mulher, esclarecendo
1518 o porquê dessa situação, com a família tendo autonomia para o seu uso. Informou que estavam
1519 atendendo 13 milhões de famílias em todo o país, com uma expectativa de expansão para 2013 e 2014.
1520 Indicou que o MDS coordenava o Cadastro em nível nacional, por intermédio da Secretaria Nacional
1521 de Renda e de Cidadania, com seleção dos beneficiários a partir de critérios previamente determinados,
1522 chamados regras de negócios e tratando dos descumprimentos de condicionalidades, com as famílias
1523 tendo oportunidades para sanear as dificuldades que resultavam nesse descumprimento, sendo muito
1524 extremos os casos de cancelamento do cartão. Esclareceu que o MDS autorizava os pagamentos e
1525 definia os montantes e transferências para cada família, pagava o agente operador e organizava e
1526 promovia a revisão cadastral das famílias a cada dois anos. Que a Secretaria promovia o treinamento de
1527 gestores municipais com apoio das coordenações estaduais, destacando o papel institucional do
1528 município, protagonista dessa ação. Indicou a Caixa Econômica como agente operador, com contrato
1529 celebrado com o MDS fazendo a gestão da base de dados, conforme demanda do Ministério, ademais
1530 de parceria com o MEC e MS, que promoviam treinamento de gestores na área de saúde e
1531 consolidavam a informação sobre o número de condicionalidades, transmitindo ao MDS, discorrendo
1532 sobre as atividades de cada um desses organismos. Falou sobre o programa que beneficiava os jovens e
1533 as gestantes, sendo preciso divulgar esse último, para que as mulheres fizessem uso do mesmo. Falando
1534 sobre as ações realizadas pelos organismos informou que o Programa Bolsa Família estava sobre três
1535 pilares, dentro das condicionalidades, Educação, Saúde e Assistência Social, sendo intersetorial,
1536 indicando no material em tela a sua conformação. Complementando indicou os estados que estavam
1537 prioritariamente dentro do escopo do Plano Brasil Sem Miséria, complementando a renda para as
1538 famílias extremamente pobres, discorrendo mais sobre sua atuação. Falou sobre o IGD, incentivo de
1539 apoio que o governo federal passava para estados e municípios e calculado a partir do índice de
1540 desempenho da gestão municipal e estadual, indicando o IGDM e o IGDE, sendo que por intermédio
1541 desses dois índices o MDS e o governo federal repassavam recursos para estados e municípios fazerem
1542 a gestão do programa Bolsa Família e acompanhamento de condicionalidades dentro da
1543 intersetorialidade. A Presidente agradeceu as apresentações, informando que o material apresentado
1544 seria encaminhado aos Conselheiros. **Item A Proteção Social Especial.** O Conselheiro Fábio Bruni,
1545 conforme o material em tela, informou que a proteção social especial tratava da organização e oferta de
1546 serviços, programas e projetos de caráter especializado, relatando seus objetivos, proteção do indivíduo
1547 e da família contra a violação de seus direitos. Falou que no âmbito da proteção especial haviam
1548 dividido em dois níveis de complexidade, a média e a alta complexidade, arrazoando sobre cada uma
1549 delas e sobre o atendimento prestado. Destacou o papel exercido pelo CREAS, constituindo-se em
1550 blocos de referência nos territórios da oferta de trabalho social especializada a famílias e indivíduos em
1551 situação de risco, pessoal ou social por violação de direitos. Indicou os eixos norteadores da
1552 organização e do desenvolvimento do trabalho social dos CREAS: a atenção especializada e
1553 qualificação do atendimento; o território e localização; acesso a direitos socioassistenciais; centralidade
1554 na família; mobilização e participação social e o trabalho em rede. Indicou serem três serviços que
1555 agiam de maneira integrada: o serviço especializado em abordagem social, os serviços especializados
1556 para pessoas em situação de rua e os serviços de acolhimento, havendo uma estratégia de busca ativa e
1557 de inclusão no Cadastro Único. Observou que o material a seguir descrevia cada um dos oito serviços
1558 da proteção especial, falando sobre os mesmos. A seguir, relatou o serviço especializado de pessoas em
1559 situação de rua, que era exclusivo e ofertado pelo Centro POP, indicando o número de unidades,

1560 incluídas a projeção com a expansão em curso, chegando, então, na proteção especial de alta
1561 complexidade. Indicou esses serviços: de acolhimento institucional, o serviço de uma familiar
1562 acolhedora, o serviço de repúblicas, e aquele acionado em situações de calamidade pública, que tinha
1563 características específicas. Apresentou a tela que indicava o piso de alta complexidade um,
1564 representando o repasse do acolhimento de crianças, adolescentes e idosos, para os diversos públicos, e
1565 no quadro seguinte o piso de alta complexidade II, de situações que demandavam atendimento às
1566 situações de violência mais graves ainda, sendo 134 municípios que com o montante de repasses
1567 indicados para o acolhimento de pessoas em situação de rua. O Conselheiro Fábio Bruni falou sobre o
1568 programa mais antigo, de erradicação do trabalho infantil, concebido antes do SUAS, mas que ainda
1569 representava a cara da proteção especial na maior parte dos municípios, falando sobre seu alcance.
1570 Concluindo, o Conselheiro Fábio Bruni falou sobre as publicações que estavam disponíveis no pen
1571 drive entregue, ademais de orientações técnicas existentes no site para o reordenamento dos abrigos
1572 para pessoas em situação de rua, manifestando preocupação com situação relatada pelo Conselheiro
1573 Anderson. A Conselheira Marisa cumprimentou pelas exposições, indicando à Conselheira Solange a
1574 solicitação do CONGEMAS feita para o Secretário Tiago Falcão de possibilidade de se incluir um link
1575 no formulário suplementar. Que consideravam extremamente importante se incorporar no âmbito do
1576 município dois itens, um de transferência de renda e o outro de benefícios eventuais, visto que a gestão
1577 municipal vinha implantando ambos benefícios. Que gostariam de registrar, inclusive como forma de
1578 certificar os cofinanciamentos no âmbito municipal, e nas reuniões realizadas no Colegiado, que
1579 haviam identificado ter vários municípios já cofinanciando esses benefícios eventuais e também
1580 benefícios de transferência de renda. Observou que a Conselheira Solange havia colocado alguns
1581 estados que já vinham fazendo a sua co-participação nesse recurso de transferência de renda, indagando
1582 como os municípios que já contavam com isso nos seus orçamentos, poderiam fazer frente ao Plano
1583 Brasil Sem Miséria. Ponderou que os estados contavam com essa questão, mas como a gestão
1584 municipal poderia fazer essa operacionalização formal para se certificar que já existia em andamento
1585 esses programas municipais com recurso próprio no link, ou vincular ao Plano Brasil Sem Miséria e ao
1586 Programa Bolsa Família. A Conselheira Margareth indagou à Conselheira Léa como se dava a
1587 qualificação profissional na relação comum do trabalho, visando profissões renomadas, ao invés
1588 daquelas relacionadas aos pobres, pintor, eletricista, etc. Em relação à SENARC, colocou três questões:
1589 como efetivamente se dava o monitoramento do Programa Bolsa Família na ponta; a Secretaria de
1590 Assistência Social fazendo o condicionamento que correspondia à Saúde; e, a complementação da
1591 renda no Programa Bolsa Família, questionando a parceria entre estado e municípios para que as
1592 pessoas não precisassem desse benefício. O Conselheiro referiu-se ao Programa Brasil Carinhoso que
1593 destinava R\$ 60,00, manifestando sua preocupação de gerar renda para essa população através de
1594 trabalho. Que era o momento trazer essa situação ao CNAS e cobrar dos municípios e dos estados, que
1595 os recursos fossem bem aplicados na ponta, atuando junto com o MDS para que houvesse
1596 transparência, colocando, também, a questão da precariedade da saúde. Manifestou sua preocupação
1597 pela nomenclatura Centro POP, devendo ser denominado CREAS, esclarecendo sua colocação. A
1598 Conselheira Simone falou sobre o impacto que a apresentação do SUAS causava, sendo um Sistema
1599 real, mas tendo que mudar muitas coisas. Manifestou sua tristeza em ouvir colocações que a renda não
1600 era um direito, com a pessoa tendo que trabalhar, mas com seus dados sendo reconhecidos
1601 internacionalmente. Que a transferência de renda, além de ser um direito, estava na política e aprovada
1602 pelo CNAS, sendo uma segurança e havendo dois modelos, com o Programa Bolsa Família
1603 complementando a renda. Ponderou que todas as pessoas trabalhavam muito, mas o recurso era
1604 insuficiente, indicando que estava falando de pesquisa e não de ideologia, não gostando de algumas
1605 colocações. Com relação à qualificação, ponderou que tinham que ver o perfil dos beneficiários do
1606 Programa Bolsa Família e do BPC, com as profissões pretendidas tendo que ser discutidas no MEC.
1607 Destacou que toda a luta da Assistência Social passava por um debate com a sociedade brasileira que
1608 achava que o direito era pela via do trabalho, e não da proteção social. Que o CNAS também devia

1609 discutir, pedindo à Presidente que mandasse para todos os Conselhos uma carta que o Conselho
1610 Nacional havia levado para a Conferência Nacional, colocando em questão o direito à transferência de
1611 renda, considerando as críticas da imprensa e denúncias constrangedoras dos usuários da Assistência
1612 Social. Que todos os Conselheiros deviam conhecer esse posicionamento público do Conselho
1613 Nacional de Assistência Social, com a questão do direito à Assistência Social sendo um bom debate.
1614 Encontrava que o Conselheiro Edval havia trazido elementos muito importantes na questão da
1615 transferência de renda, com as pessoas devendo emitir suas opiniões, mas que havia que ter cuidado
1616 quando isso fosse feito no CNAS, caso contrário pediria para que lutassem para que o Programa Bolsa
1617 Família fosse separado do SUAS. O Conselheiro Ademar indicou o avanço observado na Assistência
1618 Social, falando sobre o Fórum de Erradicação do Trabalho Infantil e a invasão do povo dizendo que o
1619 Governo Federal estava aumentando a cobertura e diminuindo o recurso, citando outros programas e
1620 seu reconhecimento pela população. Falou sobre o atendimento às famílias e as medidas emergenciais,
1621 discorrendo sobre a situação existente no país e o atendimento prestado pelo governo. Referiu-se às
1622 mortes acontecidas no segmento da população de rua e dos fiscais do trabalho que fiscalizavam o
1623 trabalho escravo, discorrendo sobre a falta de condições para o trabalho na Assistência Social.
1624 Ponderou a possibilidade de repensar essa questão com os temas a serem tratados no dia seguinte, sobre
1625 o combate à fome e a discussão das alternativas de trabalho, trazendo novamente essa discussão. Falou
1626 sobre a colocação de pessoas com deficiência, havendo pagamento de multa se as quotas não fossem
1627 alcançadas, existindo uma exigência de lei, mas com os instrumentos devendo ser outros. Que havia
1628 situações que exigiam pensar as políticas um pouco mais integradas, mas que aos poucos iriam
1629 tomando conhecimento dessas questões. A Conselheira Dóris referiu-se ao conceito de família, sendo
1630 importante viver em uma sociedade que se alterava, devendo se trabalhar essa questão, considerando os
1631 conflitos existentes e fazendo a leitura de um texto sobre o agente ético. Que sempre se partia do
1632 princípio que se não existia ética, havia que denunciar as falhas existentes nos programas, existindo
1633 mecanismos para isso. Ponderou que para as mulheres não era nenhuma vantagem ser prioridade no
1634 recebimento dos recursos, o que significava que não dividiam a responsabilidade da família, tendo que
1635 carregar sozinhas essa responsabilidade e receber um pequeno recurso. A Conselheira Margarida
1636 informou que no dia seguinte teriam a oportunidade de ver o melhor o Plano Brasil Sem Miséria,
1637 arrazoando sobre os instrumentos que contavam para executar ações na área urbana e rural. Observou
1638 que o programa ACSUAS Trabalho, vinha dotar a rede da Assistência Social de suporte para que
1639 pudessem apoiar os programas de inclusão produtiva, falando, também, sobre o PRONATEC e suas
1640 ações. Ponderou que o âmbito de intervenção do MDS eram os beneficiários dos programas de
1641 transferência de renda, correspondendo cursos de qualificação profissional, não cursos para nível médio
1642 ou superior, lutando para que o sistema S aceitasse pessoas com baixa escolaridade. Que esse programa
1643 tinha o objetivo de dar a oportunidade às pessoas que estavam fora do banco escolar, estimulando sua
1644 reinserção no sistema educacional, propiciando o acesso a cursos de qualidade, relatando como os
1645 mesmos eram realizados. Discorreu sobre a preocupação em garantir a sobrevivência, a auto-
1646 sustentação das pessoas pelo trabalho, sendo uma população difícil se aceitar as oportunidades. Que o
1647 trabalho que estavam fazendo modificaria essa trajetória, ajudando a romper vários paradigmas,
1648 inclusive de quem não tinha escolaridade não se qualificava, não podendo fazer curso profissional.
1649 Observou que quem tinha curso de qualificação profissional não conseguia acesso ao mercado de
1650 trabalho porque não tinha escolaridade, ficando nesse círculo vicioso, com o trabalho que estavam
1651 realizando superando essa situação. A Conselheira Léa referiu-se às colocações da Conselheira Marisa,
1652 com os municípios e estados participando de uma forma ativa dos benefícios eventuais, falando sobre
1653 os mesmos e como eram pactuados pelos estados que faziam complementação de renda. Relatou estar
1654 em curso uma consultoria pelo MDS de levantar essas informações para serem trabalhadas, indagando
1655 se os benefícios eventuais estavam no pen drive entregue aos Conselheiros, com a Presidente
1656 confirmando. Complementando, a Conselheira Léa observou que a grande ação seria trabalhar essas
1657 informações dentro do Censo SUAS 2012, iniciando esse levantamento após o Seminário. Que

1658 construiriam questões dentro do Censo SUAS para que os municípios e estados falassem sobre os
1659 benefícios, para que no próximo ano tivessem dados mais próximos da realidade brasileira de
1660 municípios e estados, na participação dos benefícios eventuais. O Conselheiro Anderson destacou as
1661 colocações das Conselheiras Simone e Dóris, ressaltando que falava com embasamento e apropriação
1662 na questão da população em situação de rua, discorrendo sobre essa situação. Encontrava que o
1663 Programa Bolsa Família ainda não alcançava muita gente, lutando para a redução da idade do benefício
1664 de prestação continuada, achando muito 65 anos. Observou à Conselheira Simone que conhecia a luta,
1665 mas que estava falando sobre outra realidade, citando algumas situações. Que falava com embasamento
1666 próprio de Conselheiro, dizendo que fariam uma ampla discussão, com dados concretos, manifestando
1667 sua insatisfação, não pelo valor de R\$ 70,00o, mas por terem que erradicar a pobreza, mas não
1668 continuar na miserabilidade como ex-morador, ou morador de rua, trazendo essas pessoas para a
1669 empregabilidade, tirando da invisibilidade e trazendo para a visibilidade, falando sobre capacitação e
1670 não se referindo a mérito do SUAS. Manifestou querer fazer esse debate no governo, trazendo a
1671 transparência e dados concretos sobre o número de pessoas em situação de rua que recebiam os
1672 benefícios ou tinham acesso ao Governo, para fazer essa pactuação. O Conselheiro Volmir ponderou
1673 que na tinham o direito de se chatearem, por estarem em uma instância de controle social, com cada um
1674 tendo uma representatividade, não podendo desistir na primeira reunião do Conselho, devendo se
1675 entender o posicionamento dos demais. Fez um apelo para que fossem entendidas todas as
1676 intervenções, com cada um defendendo o interesse do seu segmento, entendendo-se que estavam em
1677 uma instância de debate de opiniões. Que buscavam o entendimento em favor da questão maior que
1678 trabalhavam e que era o SUAS, abrangendo todas as questões da Assistência, tendo que ser feito o
1679 debate, mas não entendendo como os Conselheiros Nacionais podiam simplesmente desistir da
1680 discussão. A Conselheira Solange respondendo à Conselheira Marisa, falou haver municípios que
1681 faziam a transferência de renda para tirar as famílias que estavam na extrema pobreza e os quais
1682 estavam mapeados entrando em contato para ver seu interesse na complementação do Programa Bolsa
1683 Família nos mesmos moldes de o estado. Informou à Conselheira Margareth que o Programa Bolsa
1684 Família era o mais monitorado e avaliado do país, nacional e internacionalmente, com vários trabalhos
1685 de monitoramento publicados. Com relação ao recebimento indevido dos benefícios, observou que o
1686 número era pequeno em relação ao atendimento das famílias, tendo uma rede de fiscalização
1687 trabalhando em parceria com diversos organismos. Que estavam estabelecendo um acordo de
1688 cooperação técnica com a defensoria pública, para que as famílias do Programa Bolsa Família tivessem
1689 também nas instâncias competentes um órgão de defesa diretamente pactuado com o MDS. Falou sobre
1690 a avaliação da gestão feita pelo IGD, com todos os municípios com uma boa gestão, recebendo
1691 benefícios e que sempre houve um bom acompanhamento dessas ações. Falou sobre seu trabalho no
1692 Programa, discorrendo sobre as situações que havia encontrado e com o mesmo fazendo muita
1693 diferença na vida das pessoas. Manifestou-se envaidecida de trabalhar no MDS e participar desse
1694 momento da Assistência Social, discorrendo sobre como a mesma havia avançado. Destacou ser um
1695 trabalho de parcerias, com a complementação do estado não excluindo as demais ações de cidadania. A
1696 Conselheira Maria do Socorro informou que o GT do ano passado, coordenador pela Conselheira Leila,
1697 havia trazido à tona a discussão do papel da política Nacional de Assistência Social na promoção à
1698 integração ao mundo do trabalho, trazendo qual o papel dos Conselheiros, de mobilização, de
1699 articulação, de localização e de encaminhamento, articulando tudo isso aos serviços existentes. Que
1700 quem oferecia os cursos de qualificação, de inclusão produtiva, era a política do trabalho e de
1701 educação, com a Resolução nº 83 trazendo todos esses programas, constando no pen drive entregue.
1702 Com relação à questão da Conselheira Dóris, não havia colocado essa lâmina, tranquilizando os
1703 conselheiros de que quando discutiam a qualificação, o material do PAIF, também estava no *pen drive*,
1704 e que conversariam sobre o assunto após ser lido pelos Conselheiros. Observou que não haviam trazido
1705 uma construção do MDS, mas sim uma construção coletiva das três esferas de governo, com
1706 importante participação federal, estadual, municipal e principalmente da Sociedade Civil, porque

1707 tinham Conferências Nacionais, Estaduais e Municipais que traziam as deliberações. Que tinham um
1708 Conselho Municipal, Estadual e Nacional que aprovava, dava direção para o trabalho e com o MDS,
1709 estados e municípios operacionalizando as deliberações. Ponderou que tudo que havia sido posto nesse
1710 Pleno era um conjunto de trabalho que o Brasil havia implementado. Manifestou que gostaria de
1711 colocar o papel fundamental desse Conselho Nacional, porque tudo o que havia sido informado, havia
1712 sido deliberado e acompanhado por esse Conselho com muito cuidado, com as Comissões realizando
1713 um grande trabalho. Que era muito importante colocar o protagonismo desse Conselho na construção
1714 do SUAS, e de tudo que havia sido tratado. Complementou que haviam avançado muito, sendo que
1715 para prosseguir era preciso analisar o que haviam alcançado e pensar no que restava por fazer.
1716 Observou que a lógica era considerar o que havia sido trabalhado tanto no CNAS quanto nas
1717 pactuações na CIT, tendo muita coisa a ser feita. O Conselheiro Fábio Bruni, indicando o CREAS e o
1718 Centro POP, ponderou sobre o quanto haviam avançado, com esse Centro estando previsto no decreto
1719 que havia instituído essa política para pessoas em situação de rua, discorrendo sobre sua manutenção e
1720 sobre a nomenclatura utilizada. Informou o recebimento de cartas de gestores municipais que
1721 solicitavam um Centro POP, tendo que ter um trabalho pedagógico sobre o serviço, mas que era preciso
1722 avançar como o PAIF, que trataria da atenção a esse segmento. A Presidente destacou ter havido uma
1723 carga emocional muito forte nesse encontro, com grande perspectiva de construir esse campo
1724 democrático, em um trabalho de equipe, com esse grupo amadurecendo junto e coeso, visto que sua
1725 causa era uma causa para além das pessoalidades e sim objetivando a consolidação da política, o
1726 fortalecimento do controle social. Pediu desculpas por alguma falha que pudesse ter ocorrido na sua
1727 coordenação, sendo que sempre que possível venceriam todas as pautas com a tranquilidade necessária.
1728 Que haviam sido um bom começo, tendo que pensar formas inovadoras e interessantes de repassar
1729 conteúdos e metodologias para além do *pen drive*, para que pudessem aprender uns com os outros.
1730 Ressaltou ser muito importante que todos comessem juntos, mesmo com pensamentos diferentes, em
1731 uma perspectiva de construção coletiva. A Conselheira Simone, manifestando questão de ordem,
1732 solicitou ao Pleno um espaço na próxima reunião para discutir a gestão do SUAS, a gestão financeira,
1733 além das outras proteções, das outras seguranças, da vigilância, da defesa de direitos, para
1734 complementar esse sistema, não havendo nenhuma oposição. **ENCERRAMENTO.** Agradecendo pela
1735 participação de todos, a Presidente convidou os Conselheiros para estarem presentes no dia seguinte às
1736 9h, para prosseguimento da reunião. **ABERTURA.** Aos catorze dias do mês de junho de dois mil e
1737 doze, a Presidente do Conselho Nacional de Assistência social iniciou o evento, solicitando à
1738 Secretária-Executiva a conferência do quorum: Conselheiros na titularidade: Conselheira Luziele Maria
1739 de Souza Tapajós; Conselheira Simone Aparecida Albuquerque; Conselheiro José Ferreira da Cruz;
1740 Conselheira Marisa Rodrigues da Silva; Conselheira Leila Pizzato; Conselheiro Volmir Raimondi;
1741 Conselheiro Anderson Lopes Miranda; Conselheira Maria Aparecida do Amaral Godói de Faria;
1742 Conselheira Margareth Alves Dallaruvera; Conselheira Jane Pereira Clemente; Conselheiro Fábio
1743 Bruni. Conselheiros na suplência: Conselheira Solange Teixeira; Conselheira Maria do Socorro
1744 Fernandes Tabosa; Conselheira Márcia de Carvalho Rocha; Conselheira Cláudia Faquinote;
1745 Conselheira Dóris Margareth de Jesus; Conselheira Nilsia Lourdes dos Santos; Conselheiro Edivaldo
1746 da Silva Ramos; e, Conselheiro Carlos Rogério de Carvalho Nunes. A Presidente informou a pesquisa
1747 feita com relação à questão levantada pela Conselheira Dóris, não havendo obrigatoriedade legal, mas
1748 que considerando o peso cultural e o fortalecimento da causa do gênero, a luta, seriam tratadas
1749 futuramente como Presidenta e Vice-Presidenta. Informou que a ata da reunião anterior já havia sido
1750 encaminhada aos Conselheiros. Indicou o arquivamento de um inquérito civil público da Procuradoria
1751 da República no Distrito Federal acerca do desenvolvimento do processo eleitoral de representação da
1752 Sociedade Civil para o biênio 2012-2014, conforme ofício do Procurador da República e do DF, Dr.
1753 Peterson de Paula Pereira, visto que esse processo havia transcorrido de modo regular. Comunicou
1754 convite para a reunião descentralizada, do Conselho Estadual de Goiás, com representação do CNAS
1755 pela Conselheira Léa, visto que o ex-Conselheiro Renato de Paula já havia confirmado sua

1756 participação; e do Conselho Estadual de Rondônia, convidando o CNAS para uma palestra sobre
1757 benefícios eventuais em 6 de julho de 2012, com indicação da Conselheira Léa, mas com a bancada
1758 governamental podendo indicar outro nome, se necessário. Indicou o convite da Associação Nacional
1759 dos Cegos do Brasil convidando o Conselheiro Edivaldo da Silva Ramos para um seminário
1760 denominado Incidência à Política da Pessoa Cega no Cenário Brasileiro a ser realizado dia 5 a 7 de
1761 julho, em Porto Alegre/RS, com o Pleno concordando com essa participação. Propôs inversão de pauta,
1762 sugerindo que os palestrantes, Secretário Tiago Falcão, da Secretaria Extraordinária de Superação da
1763 Extrema Pobreza, e a Dra. Carolina Stuchi da Diretoria para a Rede Socioassistencial Privada do SUAS
1764 iniciassem sua fala, ficando para depois da apresentação e dos debates, os informes sobre a composição
1765 das Comissões SINASE e CIT, sendo acatada pelo Pleno. Então eu convido a Dra. Carolina Stuchi e
1766 também convido o Secretário Tiago Falcão. Cumprimentou os palestrantes, informando sobre o
1767 profícuo debate apresentando para os novos Conselheiros o SUAS e as estruturas da SNAS, citando os
1768 segmentos que estavam representados pela Sociedade Civil e pelo Governo no CNAS. **Item Plano**
1769 **Brasil sem Miséria.** A seguir passou a palavra para o Dr. Tiago, que falou sobre sua participação
1770 anterior no Conselho, quando havia sido deliberada essa apresentação sobre os resultados de um ano do
1771 Plano Brasil Sem Miséria, parabenizando a nova gestão. Observou ser essa a primeira apresentação de
1772 uma série que faria em diversos Conselhos de políticas sociais instalados no país dentro da
1773 administração, os quais eram instância de participação e de controle do Plano Brasil Sem Miséria.
1774 Falou o prazo de até 2014 para cumprir a de superação da extrema pobreza, passando à apresentação de
1775 um material sobre os resultados. Falou que o Brasil vinha avançando muito na temática da superação
1776 da extrema pobreza, da inclusão social e da garantia de direitos, fortalecidos com o avanço do sistema
1777 das políticas sociais nas suas diversas instâncias e a existência e estruturação do Cadastro Único, o que
1778 trazias diferença quanto aos resultados se esse Plano tivesse sido efetivado uns anos atrás. Discorreu
1779 sobre sua base de sustentação no crescimento econômico no Brasil, propiciado pela inclusão social, na
1780 incorporação dos milhões de brasileiros da classe média. Falou sobre os resultados do Censo de 2010,
1781 existindo ainda 16,2 milhões de brasileiros sobrevivendo com renda *per capita* abaixo de R\$70,00, mas
1782 ainda sendo uma linha acima da adotada pelos objetivos de desenvolvimento do milênio, pelo PNUD,
1783 discorrendo sobre a população de brasileiros extremamente pobres existente no país, conforme os
1784 dados no material em tela. Observou que a renda era colocada como referência para diversas outras
1785 necessidades, com o Plano sendo traçado a partir das informações do Censo, dentro da lógica de
1786 aumentar capacidades e oportunidades para essa população. Que o mesmo estava dividido em três
1787 eixos: de garantia de renda; de inclusão produtiva; e de acesso a serviços, com o grande objetivo de
1788 elevação da renda per capita, mas também de aumento das condições de bem-estar da população. Falou
1789 sobre os desafios lançados para sua execução, com a população tendo acesso às demais política, com o
1790 estado indo atrás daqueles que necessitavam de seus serviços e não o contrário, com o Cadastro sendo
1791 uma ferramenta central desse programa, arrazoando sobre o mesmo. A seguir, o Dr. Tiago apresentou
1792 os dados sobre os resultados concretos no primeiro ano, as pessoas incluídas e os benefícios que
1793 recebiam, com uma meta de chegar até o final de 2012 em 640 mil famílias, tendo alcançado a 687.000
1794 famílias já no mês de junho, com essa estimativa sendo subdimensionada, com a SENARC fazendo
1795 uma nova análise dos dados do Censo. Informou que as telas apresentadas seriam distribuídas aos
1796 Conselheiros em forma de caderno, ressaltando que no eixo de garantia de renda, o Plano Brasil Sem
1797 Miséria havia mostrado que era possível inovar nos programas em execução para serem mais eficazes e
1798 efetivos no combate à extrema pobreza. Informou o reajuste feito no ano passado, sendo mais
1799 concentrado nos benefícios direcionados à criança e a adolescente e também para a gestante e nutriz,
1800 atendendo melhor as famílias, fortificado pelo Plano Brasil Carinhoso, lançado à pouco tempo.
1801 Apresentou o gráfico de distribuição da extrema pobreza entre as faixas etárias no Brasil, observando a
1802 concentração entre as crianças de zero a 12 anos, chegando a aproximadamente 14%, e depois
1803 atingindo os idosos, com 2%, mostrando a diferença de atuação do estado em relação às esses
1804 segmentos, falando sobre a questão. O Dr. Tiago falou sobre as pactuações com os estados, com forte

1805 atuação pela SENARC, para que os mesmos realizassem seus programas junto com o Programa Bolsa
1806 Família, utilizando o Cadastro Único como base de entrada. Falou que um plano direcionado apenas à
1807 transferência de renda não conseguiria manter-se de maneira estruturada, com o país vivendo um novo
1808 momento e discutindo a inclusão produtiva desses usuários, discorrendo quais os procedimentos e
1809 caminhos para isso. Falou sobre a figura do microempreendedor individual, criada por alteração na
1810 legislação brasileira em 2010, com apenas uma pessoa compondo essa empresa, facilitando o processo
1811 de formalização e com menos gastos. Discorreu sobre a qualificação profissional, apresentando o que já
1812 havia sido feito, ademais do lançamento do PRONATEC, indicando os Sistemas ofertantes dessa
1813 capacitação e com pactuações com os municípios e com as matrículas sendo feitas dentro dos CRAS.
1814 Que esses Centros e as equipes da Assistência estavam encaminhando famílias e trabalhadores pobres e
1815 extremamente pobres para qualificação profissional, ajudando no processo de mobilização e ajudando
1816 no processo de inscrição dessas famílias. Observou que essa iniciativa os havia levado a fazer uma
1817 discussão mais aprofundada com a Assistência, trazendo para aprovação o programa de acesso à
1818 inclusão ao mundo do trabalho, ACESSUAS, colocando para todos o desafio de estimular a inclusão
1819 produtiva, falando sobre programas direcionados às mulheres, pelo PRONATEC, e a experiência de
1820 outros países nesse segmento. Observou que muitas das organizações que atendiam essa qualificação,
1821 não tinham experiência nesse setor, readequando suas metodologias para essa capacitação, colocando,
1822 também, a discussão feita com a Secretaria Nacional de Economia Solidária sobre a ampliação das
1823 ações de economia solidária, relatando os resultados alcançados. Falou sobre o trabalho realizado junto
1824 ao lixão de Gramacho, que havia trazido uma série de questões, mostrando a complexidade de atuação,
1825 junto a esse público, tanto no que se referia à melhoria e qualificação das ações já desenvolvidas pelas
1826 cooperativas, como também o trabalho em torno dos não organizados, estando fora das cooperativas e
1827 das políticas tradicionais de apoio ao cooperativismo e à economia solidária. Arrazou sobre a baixa
1828 nas taxas de juros em programas de microcréditos e que já atendia a uma parcela de população
1829 extremamente pobre, com as instituições financeiras se adaptando a essa nova situação. Indicou a
1830 criação de programas para a zona rural, com cuidados especiais nesse atendimento, citando o Programa
1831 Bolsa Verde para pessoas que viviam em florestas nacionais ou em reservas extrativistas, mediante o
1832 compromisso de preservação e utilização sustentável daqueles recursos, recebendo um adicional aos
1833 recursos do Programa Bolsa Família, mas observando ser um programa de difícil operacionalização.
1834 Falou sobre os programas, com ação essencial para quem convive com o semi-árido, mas recebendo
1835 demandas do país inteiro em relação à tecnologia das cisternas. Referiu-se à questão de como a
1836 Assistência estava acontecendo atualmente, com o processo feito por edital público de atendimento às
1837 famílias especificadas, com candidatura das empresas e instituições de assistência técnica rural,
1838 indicando os segmentos atendidos e as dificuldades existentes. Falou sobre o eixo do Plano Brasil Sem
1839 Miséria, esclareceu que quando falavam de acesso a serviços estavam se referindo a direitos sociais,
1840 com esse Plano atendendo às ações implementadas no país desde a Constituição de 88, reforçando os
1841 instrumentos universais, mais ao mesmo tempo discutindo com todas as áreas para a expansão e acesso
1842 da população mais pobre aos seus atendimentos. Informou que trabalhavam na lógica do aumento de
1843 oferta de serviços, expansão e aprimoramento dos serviços e na qualificação da oferta, na revisão de
1844 procedimentos, de programas, de ações, que não estavam chegando como deveriam à população mais
1845 pobre, debate que estavam sendo feito em todas as instâncias das políticas. Destacou o Programa Brasil
1846 Carinho, suas ações e os estudos feitos para sua ampliação, com agenda de estímulo e ampliação das
1847 vagas em creches e pré-escolas. Indicou que a Presidenta, a Ministra Tereza Campello e o Ministro
1848 Mercadante haviam discutido outras formas de ampliação do acesso à creche de maneira mais rápida,
1849 sendo colocada a possibilidade de antecipação dos recursos do FUNDEB, com as creches recebendo
1850 recursos também do Programa Bolsa Família. O Dr. Tiago discorreu sobre as ações na educação, as
1851 mudanças na estrutura escolar a serem feitas, ademais da ampliação, junto com o MEC, do programa
1852 Mais Educação, com sistema de educação integral. Na saúde, esclareceu que a discussão era sobre a
1853 expansão do serviço de saúde via as Unidades Básicas de Saúde, sendo feito um estudo sobre os locais

1854 de instalações das mesmas, levando em consideração o nível, o grau de vulnerabilidade das famílias,
1855 envolvendo o Censo para essa identificação. Falou sobre o programa Brasil Sorridente, expandido junto
1856 com o PRONATEC, haja vista a necessidade de integrações das ações, ademais da qualificação
1857 profissional. Falou sobre outras ações que vinham melhorar e expandir o programa saúde na escola,
1858 com os agentes comunitários de saúde e suas equipes realizando essas atividades, inclusive com a
1859 distribuição de medicamentos e vacinas para melhorar a saúde das crianças. Destacou que a Assistência
1860 estava presente em todas as suas ações, ressaltando a sua consistente expansão nos últimos anos,
1861 independente da implementação de Programas. Que a Assistência Social trazia serviços novos, se
1862 reinventando e se qualificando a partir das discussões em torno de políticas, citando, tanto as equipes
1863 volantes, quanto os processos de atendimento dos CRAS itinerantes. Concluindo, citou o número de
1864 687 mil famílias extremamente pobres incluídas no Cadastro e recebendo o Programa Bolsa Família; a
1865 redução de 40% na extrema pobreza com a ação do Brasil Carinhoso, e que começaria a ser pago dia 18
1866 de junho; um milhão de pessoas atendidas nas ações de inclusão produtiva rural em um processo de
1867 expansão consistente e 123.000 inscrições nos cursos de qualificação profissional, sendo que mesmo
1868 sendo uma ação nova chegava a essa população. O Dr. Tiago colocou-se à disposição do CNAS quando
1869 considerassem necessário. A Presidenta destacou a importância dessas apresentações, destacando a
1870 importância do relacionamento dos gestores com os Conselheiros, com o CNAS tendo a
1871 responsabilidade do controle social, da Política de Assistência Social. Agradeceu pela brilhante
1872 apresentação, cujo conteúdo seria importante para as ações e conhecimento dos Conselheiros, passando
1873 para o debate com o Pleno. O Conselheiro Volmir discorreu sobre as condições existentes no país, com
1874 esses programas tendo que ser direcionados a todas as regiões, não privilegiando somente a algumas.
1875 Observando os dados apresentados, indagou à Conselheira Marisa se realmente todas essas ações
1876 aconteciam no município, indicando a falta de creches nos pequenos municípios. O Conselheiro
1877 Edivaldo cumprimentou a Presidenta e a Vice-Presidenta por sua escolha, tendo certeza que
1878 contribuiriam para a multiplicação das ações do CNAS. Perguntou ao Dr. Tiago como se daria a
1879 operacionalização do adicional extra para as creches que atendiam crianças do Programa Bolsa Família,
1880 correndo-se o risco de as escolas fecharem suas portas para aquelas crianças que não faziam parte desse
1881 Programa. Indicando os gastos existentes, encontrava mais incentivador que o recurso fosse dado como
1882 adicional para a família e não para escola. A Conselheira Nilsia indagou se seria possível que a
1883 estatística apresentada passasse pelo recorte racial, questionando que segmentos compunham o grupo
1884 que trazia essa população de extrema miséria, se negros, indígenas ou ciganos, informando estar com
1885 essa pasta dentro da UNEGRO. Sugeriu acoplar a esse importante programa social um estímulo à
1886 autoestima e dignidade dessas pessoas, considerando que sua situação ao receber benefícios era
1887 humilhante. A Conselheira Jane observou ter algumas ponderações, inclusive desde a apresentação do
1888 Programa Brasil Sem Miséria pela Dra. Ana Fonseca, tendo questionando a atuação do Sistema S, que
1889 não conseguia se adequar ao atendimento do público da Assistência Social, indagando o porquê de
1890 continuar com esse Sistema. Concordaria com essa sequência se o Sistema S usasse 1% da folha de
1891 pagamento para a qualificação profissional, e que ele não usava, para a Assistência Social. Destacou a
1892 questão das creches, tendo sido falado pela Presidenta Dilma que seriam construídas 6000, mas que
1893 nenhuma estava pronta, comum levantamento indicando que aproximadamente 500 estavam em
1894 construção e 700 estavam em processo de licitação nos municípios. Observando que no Programa
1895 Brasil Carinhoso seriam repassados recursos para as creches, questionando se quando a totalidade das
1896 creches estivessem prontas, os recursos não seriam repassados para a rede conveniada, já que não se
1897 falava em nenhum momento de construção junto com a Sociedade Civil e porque não potencializavam
1898 as instituições que estavam dentro das comunidades e que realmente atenderiam os beneficiários do
1899 Programa Bolsa Família. A Conselheira Dóris esclareceu sua colocação a respeito dos termos
1900 Presidenta e Vice-Presidenta, que havia sido alvo de comentários, mas encontrando seu uso muito
1901 positivo. Falou sobre a importância do Programa Brasil Sem Misérias para mulheres negras,
1902 considerando importante a colocação do gênero nas primeiras lâminas, mas que eram medidas

1903 paliativas, sendo preciso uma reforma tributária, com a Presidenta Dilma tendo uma postura
1904 extremamente corajosa quanto a essa questão. Destacou que o estado tinha tendência a burocratizar as
1905 ações, sendo possível acesso apenas pelos que estavam no formal, com a grande maioria, que estava na
1906 informalidade não sendo beneficiadas, citando o MEI, que deveria ser mais divulgado. Respondendo
1907 aos questionamentos, o Dr. Tiago dirigiu-se ao Conselheiro Volmir, sendo interessante que pudessem
1908 reconhecer a diversidade regional, as especificidades de cada um dos estados e das localidades do país,
1909 um dos fundamentos do Plano Brasil Sem Miséria. Que tinham uma proposta de políticas nacionais e
1910 de atendimento integrado, mas que devido ao Plano Brasil Sem Miséria tiveram a oportunidade única
1911 de fazer uma discussão aprofundada com todos os estados do país em torno das políticas específicas
1912 para cada um, direcionada para cada uma das necessidades locais e das especificidades locais, com a
1913 Presidenta Dilma visitando e solicitando a cada governador que colocasse essa questão dentro dos seus
1914 planos de ações de governo, referindo-se, também, a outros encontros realizados com esse objetivo, os
1915 quais haviam sido atendidos. Ressaltou que pensar as especificidades de cada estado e de cada
1916 município era uma das inovações trazidas dentro do Plano, com alguns estudiosos que acompanhavam,
1917 definindo esse momento como o novo federalismo social. Destacou que o que tinham era um
1918 alinhamento de políticas, trabalhando-se muito com os governos estaduais para potencializar essas
1919 ações. Indicou que o Conselheiro Edivaldo e a Conselheira Jane traziam questões relativas a creches,
1920 esclarecendo a discussão sobre a possibilidade de entregar o recurso tanto para a creche como para a
1921 família, com essa operacionalização não gerando concorrência entre crianças, e sendo acompanhada
1922 pelo MEC. Informou que passariam a ter controle individualizado das crianças, com acompanhamento
1923 sobre o número de crianças matriculadas e atendidas, para poder pagar os recursos adicionais, para cujo
1924 acompanhamento existiam instrumentos adequados. Esclareceu que a ideia de complementação da rede
1925 pública e da rede privada estava central dentro do Brasil Sem Miséria, com a construção
1926 disponibilizada pelo MEC sendo insuficiente para o número de crianças. Ponderou que não
1927 conseguiriam fazer essa expansão como gostariam, sendo necessária a complementaridade entre o
1928 público e o privado, e por isso o pagamento adicional. Esclareceu que a intenção era ampliar isso para
1929 indicadores mais próximos do internacional, que falava de 50% de atendimento, com a media atual
1930 estando abaixo dessa meta e existindo aqueles que não queriam colocar seus filhos em creches.
1931 Observou que a Conselheira Nilsia e a Conselheira Dóris se referiram às questões relativas à
1932 diferenciação dos públicos, como fazer esse levantamento e o atendimento que estava sendo feito, tanto
1933 a questão de gênero, raça, cor, povos populações tradicionais, ou a grupos específicos. Ponderou ser
1934 uma preocupação existente desde o início, discorrendo sobre o fato de ser dirigido à mulher, que estava
1935 centrada em famílias com crianças e adolescentes, mas com muitas não assumindo essa
1936 responsabilidade. Que o fato de estar centrado em crianças fazia com se direcionasse às mulheres, mas
1937 que todas as ações observavam como chega às famílias com crianças e qual o impacto dessa medida em
1938 famílias com crianças. Em relação aos negros, o Censo havia indicado que 71% da extrema pobreza
1939 englobava pretos ou pardos, existindo essa caracterização de cor dentro do Plano e com as ações
1940 chegando a esse público de maneira diferenciada, com indígenas e ciganos sendo os grandes desafios
1941 que tinham, apesar de outros segmentos que também estavam contemplados. Relatou a mudança feita
1942 no Cadastro Único e que permitia a identificação dessas individualidades e, caso fosse bem preenchido,
1943 contribuiria para uma melhor formulação das políticas. Indicou que a SENARC tinha um trabalho
1944 muito próximo dos gestores do Cadastro Único reforçando a necessidade de preenchimento desses
1945 campos, ademais de trabalhar com lógicas específicas para cada um desses grupos, citando o caso dos
1946 acampados, dos assentamentos e da população de rua, grandes desafios. Dirigindo-se à Conselheira
1947 Nilsia, reforçava que, quando estavam falando de extrema pobreza, não se referiam apenas à população
1948 de rua ou só de pedintes, os quais eram minoria dentro do seu público, sendo que quando se referiam à
1949 população em pobreza e extrema pobreza estavam falando na imensa maioria de trabalhadores, e que
1950 recebiam benefícios sociais, mas que continuavam trabalhando de maneira informal com um nível de
1951 renda muito baixa. Esclareceu à Conselheira Dóris que não estavam propiciando apenas paliativos,

1952 tendo passado dessa fase, mas que estavam falando de programas com impactos estruturais e
1953 estruturantes, fosse uma família, na economia ou na comunidade local. Destacou que o Programa Bolsa
1954 Família havia amostrado seus impactos nas condições da família, mas também no desenvolvimento
1955 local e na dinâmica econômica local. Discorreu sobre a expansão das estruturas técnicas e da
1956 Assistência social, com a contratação de profissionais nessas áreas, com a discussão atual sendo
1957 diferente daquela feita no final dos anos 90 e início dos anos 2000 sobre o discurso universalista que a
1958 constituição trazia sobre a questão. Que a discussão atual era que a saída das crises, a manutenção do
1959 crescimento se dava pelo investimento público e pelo gasto em políticas sociais. Discorreu sobre a
1960 aplicação de R\$ 28 bilhões dentro do Plano Brasil Sem Miséria e que estavam sendo efetivamente
1961 gastos com a população mais pobre do país, gerando demanda econômica e inclusão, com a aplicação
1962 de programas nacionais em grande escala, com efeitos nas famílias, na economia local e no país, em
1963 outro patamar de discussão em termos de política social. A Presidenta, considerando o tempo restante,
1964 pediu desculpas e informou à Diretora Carolina Stuchi que sua apresentação ficaria para a reunião de
1965 julho. A seguir, a Conselheira Marisa observou que respeitava as considerações da Conselheira Nilsia,
1966 ressaltando que o benefício de transferência de renda não era uma humilhação, mas sim um direito do
1967 cidadão, informando que como representante do CONGEMAS, conhecia os problemas existentes na
1968 ponta, com esse benefício trazendo notáveis mudanças para as famílias. Acreditava que não bastava
1969 apenas a transferência de renda para acabar a extrema pobreza, mas que era que tivesse as demais
1970 políticas para poder fazer a complementação e retirar as pessoas dessa situação. Destacou a coragem da
1971 Presidenta Dilma em levantar essa questão, tendo uma vontade política nesse país de discutir essa
1972 questão da seca e da miséria, existentes em todo o país. Acreditava que o Plano Brasil Sem Miséria,
1973 não deveria ser apenas um programa de governo, mas trazendo ações continuadas, permanentes e
1974 incorporadas dentro das políticas públicas. Entendia que a situação era tão urgente e que precisavam
1975 enfrentar, mas com o Plano vindo dentro dessa concepção, da urgência desse enfrentamento, com essas
1976 ações devendo ter uma sequência afirmativa, contextualizando nas políticas públicas permanentemente.
1977 Dirigindo-se ao Dr. Tiago, observou a quantidade de 687.000 famílias encontradas pela busca ativa,
1978 esclarecendo sobre o percentual de famílias em mais de 100 mil habitantes, com mais de 60% dos
1979 municípios brasileiros sendo de pequeno porte I, com média de até 20.000 habitantes, questionando
1980 como essa busca ativa era feita na região rural. Que gostaria de dizer que para que esse Plano tivesse
1981 efetividade dentro das gestões das ações era preciso ter uma Coordenação a nível municipal, com a
1982 pobreza sendo causa pela falta de renda e também de políticas públicas, de infraestrutura, citando as
1983 áreas de esporte, lazer, cultura. Indagou como o Plano Brasil Sem Miséria vinha tendo essa
1984 interlocução com as demais políticas públicas, que não fosse de infraestruturas e outras sociais, tão
1985 importantes para acessar essa população pobre. A Conselheira Margareth falou sobre a defesa do
1986 governo em favor das ações para a população, indagando de onde vinham os dados apontados no Plano
1987 Brasil Sem Miséria, se do IBGE ou do próprio MDS, questionando a credibilidade desses dados e
1988 informação que gostaria de ter. Falou sobre a expansão das UBSs, informando que no Rio de Janeiro
1989 estava a maior rede do Brasil em relação à saúde, sabendo-se que muitas ações do governo, ao invés de
1990 estruturar os equipamentos existentes, começava a construir outros, tendo mais gastos. Observou que
1991 muitas vezes os projetos estaduais eram conflitantes com os do governo federal, sendo o caso da saúde
1992 no Rio de Janeiro, e como se falava de expansão das UBSs, preocupando-se se não seriam formados
1993 guetos na saúde para os beneficiários do Programa Bolsa Família, indagando como se dava essa
1994 relação, haja vista o sucateamento de várias redes que já haviam sido referência e que deveriam estar
1995 com os beneficiários do Programa Bolsa Família. Com relação à terceira questão, sugeriu que
1996 pautassem no CNAS um debate em relação a essa questão de transferência de renda, discorrendo sobre
1997 sua implicação na sociedade, indicando, também, a colocação feita pela Conselheira Jane sobre o
1998 Sistema S e que não havia sido respondida. O Conselheiro Ademar falou sobre a situação existente no
1999 país, sendo obrigação do Estado sanar a situação dos pobres. Observou que o Dr. Tiago havia falado
2000 que esse Conselho, como os vários Conselhos, era o espaço de possibilidade do diálogo com a

2001 sociedade, ou com o estado democratizado, questionando como o plano se metas dos mesmos seria
2002 incorporado às políticas e, especificamente, o que o Plano Brasil Sem Miséria esperava da política de
2003 Assistência Social e em especial nas ações de inclusão produtiva. Citou a fala da Presidenta, no dia
2004 anterior, sobre a LBA nos anos 50 e 60, indagando o que estavam trazendo de inovação ou de
2005 aprendizado da história desse processo, discorrendo sobre as ações da economia solidária, falando
2006 sobre a inclusão produtiva. Que mesmo com os melhores dados sobre o pleno emprego do Brasil,
2007 metade da população brasileira sobrevivia de outra atividade, que não era assalariado, sendo preciso
2008 reconhecer isso como outra economia, visto que no Plano estavam colocadas três ou quatro ações que
2009 privilegiavam uma concepção empresarial, o MEI, discorrendo sobre essa situação ao longo do tempo.
2010 O Conselheiro Ademar indagou o que se esperava para o CNAS e como resolveriam um desafio dessa
2011 integração entre Conselhos, exemplificando com a integração do Plano Safra, feito havia dez anos, e
2012 que significava uma ação de integração e com resultados. Questionou como esse Plano se incorporava a
2013 esse desafio de busca de integração entre as políticas, para que elas não fossem tratadas isoladamente e
2014 como esse Plano previa e valorizava valoriza os processos de organização dessas populações como
2015 parte das organizações sociais; e, como o Plano considerava a participação das organizações da
2016 Sociedade Civil. Falou sobre as colocações do Dr. Tiago de que estavam em um campo de
2017 experimentação, com a perspectiva das organizações da Sociedade Civil que o estado incorporasse
2018 essas experimentações. Com relação às colocações sobre o assunto, a proposta era que as pessoas que
2019 recebiam o Benefício Bolsa família e não trabalhavam, propunha não que as pessoas deixem de
2020 trabalhar, mas que deixassem de se organizar, e o MEI e algumas ações de prestação de serviços muito
2021 individualizadas não favoreciam a perspectiva da cidadania como organização da Sociedade Civil. O
2022 Conselheiro Anderson relatou ter assistido várias vezes de apresentação do Brasil Sem Miséria, com a
2023 primeira vez tendo sido pela Ministra, chamando todos os movimentos sociais e entidades, solicitando
2024 que lhe fosse repassada a sua preocupação que desse encontro não houve retorno e nem continuidade.
2025 Que era importante terem conhecimento de como iam os projetos e como só retornava à sociedade, aos
2026 movimentos, às organizações aos trabalhadores, sendo importante acompanhar e verificar as possíveis
2027 falhas. Que gostaria de tratar dentro do CNAS como Sociedade Civil, concordando que havia
2028 demandas, mas que a pobreza havia atingido a todos os segmentos, indicando o aumento de mulheres
2029 em situação de rua e o grande número de serviços que lhes eram destinados. Destacou o grande
2030 aumento da população de rua, destacando sua preocupação quando o Dr. Tiago havia colocado que esse
2031 Programa não era para a população de rua e cujo aumento vinha observando. Relatou alguns dados
2032 relativos à sanções pelo não cumprimento de programas em alguns estados, com aqueles usuários que
2033 eram internados compulsoriamente tinham que contar com um atendimento digno e de qualidade. Que
2034 gostaria de solicitar diálogo, movimentos sociais, entidades de trabalhadores, porque era na ponta, de
2035 fato, que o Plano Brasil Sem Miséria aconteceria, relatando um exemplo acontecido em Salvador, com
2036 a contratação de 80 moradores em situação de rua para levantar o estádio da Fonte Nova, e que haviam
2037 conseguido ter sua casa, através do governo do estado. Encontrava que o Plano Brasil Sem Miséria
2038 tinha que ser assim, não apenas na renda, mas também na garantia de uma política de trabalho,
2039 moradia, saúde, situação que não conseguiam em outros estados como esse de Salvador. Observou que
2040 havia que mudar essa situação, com o benefício tendo que atingir um patamar e depois sair, tendo que
2041 se mudar a situação existente no país, dando dignidade àqueles que exerciam as profissões mais
2042 simples. Que o governo deveria incentivar o cooperativismo e não o individualismo, para que as
2043 pessoas não fossem à falência. A Conselheira Maria Aparecida informou ter participado de debates
2044 sobre o piso de proteção social existente no país e que englobava a seguridade social, as políticas de
2045 saúde, de previdência na área de assistência, e incluindo o Programa Bolsa Família, o Brasil Sem
2046 Miséria e outros programas da área. Concordava com as preocupações colocadas e que deveriam ser
2047 atendidas, assim como acertar as rotas, manifestando-se orgulhosa pelo país ter a coragem de chegar
2048 onde estava chegando, mostrando a situação que a gestão tinha no país e que era preciso mudar.
2049 Considerava um orgulho chegar em um Conselho como esse, constituído pela Sociedade Civil, e que

2050 podia dizer o que estava sendo feito e o que precisava ser feito, bem como as ações que não chegavam
2051 na ponta. Relatou os eventos que haviam participado, querendo se reduzir os programas de proteção
2052 social com o seus programas de cidadania e de inclusão social, assim como o Benefício Bolsa Família,
2053 que sabiam ser uma parte, mas não o fim dessas ações. Que gostaria que debatessem, acertando as rotas
2054 colocadas pelos Conselheiros, tendo um importante desafio para a consolidação dessa política e trazer
2055 os resultados esperados. Que essas políticas, esses programas e essas ações, elas precisam, de fato, ser
2056 inter e intra-setoriais, transversais e descentralizadas, mas com o compromisso federativo e
2057 republicano, caso contrário não funcionaria, com o objetivo do CNAS sendo acertar essas rotas. Falou
2058 sobre o grande espaço que o setor privado ocupava, sobrepondo-se às políticas públicas e assumindo o
2059 papel do estado, indagando qual a contrapartida que essas grandes transnacionais e multinacionais
2060 tinham para o país. No compromisso com essas políticas. Ponderou que deveria ficar instituído entre
2061 todos era que ninguém, era pobre, com as pessoas estando na condição de miseráveis, devendo ser
2062 tratadas como pessoas que deixariam essa condição. Encontrava que os desafios ajudariam a resolver
2063 essas questões todas, mas sem perder de vista o grande avanço e a ousadia que esse país estava tendo,
2064 falando sobre as palavras do Presidente dos Estados Unidos, dizendo que se envergonhava de discutir
2065 proteção social com países, principalmente com o Brasil, porque não conseguiam ter o tipo de proteção
2066 social que esse país, que até pouco tempo era de terceiro mundo, tinha, com o CNAS estando de
2067 parabéns pois estavam ajudando a construir essa política. A Conselheira Simone observou que o Plano
2068 Brasil Sem Miséria trazia para a agenda pública a discussão da pobreza e dos pobres, trazendo
2069 mudanças fundamentais nas formas como as políticas sociais ofertavam seus serviços de forma
2070 equânime e universal. Ressaltou que o SUAS vinha se modificando para poder atender as famílias
2071 extremamente pobres, relatando que apesar de todas as ações, haviam verificado a existência de 16
2072 milhões de famílias que estavam fora dos benefícios e serviços da Assistência Social. Destacou que o
2073 Plano Brasil Sem Miséria também modificava o SUAS, quando se descobria que havia que mudar a
2074 forma de cadastramento das famílias no Cadastro Único, possibilitando o monitoramento de sua
2075 permanência nesse registro e que era o instrumento de gestão do Programa Bolsa Família, para que os
2076 beneficiários continuassem recebendo. Complementou que o Plano Brasil Sem Miséria havia
2077 modificado e continuava modificando a forma de ofertar os serviços de convivência e acolhimento no
2078 SUAS, criando uma inteligência das informações que produzia e que estavam no Cadastro Único, de
2079 forma que o Sistema soubesse a localização das famílias que precisavam da oferta integrada de serviços
2080 socioassistenciais e dos benefícios Bolsa Família e BPC. A Conselheira Simone ressaltou que implantar
2081 a vigilância era tão importante para se localizar as famílias que precisavam dos serviços
2082 socioassistenciais, com o SUAS mudando e indo até as populações, citando os serviços volantes e os
2083 itinerantes, tendo que se olhar para a região Norte do Brasil de forma completamente diferente como o
2084 SUAS vinha fazendo. Manifestou ser importante que no debate compreendessem que o Plano Brasil
2085 Sem Miséria era extremamente importante, com o desafio da intersetorialidade tendo um grande papel
2086 da Assistência Social, tendo um papel a cumprir nessa tarefa de criar possibilidades intersetoriais. Que
2087 haviam discutido muito no início do Plano, o qual vinha contribuir para que a Assistência Social
2088 também se reafirmasse na sua capacidade de criar intersetorialidade. Concluindo, a Conselheira Simone
2089 ressaltou que o SUAS estava enfrentando esse desafio e com o CNAS tendo que discutir o atendimento
2090 das famílias extremamente pobres no SUAS. O Dr. Tiago, a quem a Presidenta agradeceu a
2091 participação, observou que a Conselheira Simone havia adiantado seus esclarecimentos, falando sobre
2092 os aprimoramentos que a discussão em torno do Plano Brasil Sem Miséria e do momento que o país
2093 vivia, havia trazido para a Assistência Social, para o SUAS e para a política de Assistência. Dirigindo-
2094 se à Conselheira Marisa, esclareceu que essas alterações eram permanentes, com uma meta a ser
2095 cumprida até 2014, mas que as inovações e discussões sobre o plano ficariam, influenciando e
2096 consolidando políticas, como Assistência, Educação, Saúde e Trabalho e outras políticas. Com relação
2097 aos números e à concentração da pobreza no meio rural e no Nordeste, esclareceu que a busca ativa
2098 havia alcançado os centros urbanos, esclarecendo alguns pontos: que os 16,2 milhões apontados pelo

2099 Censo como pessoas em situação de extrema pobreza ou em ser pobreza naquele momento, do ponto de
2100 vista da renda, não significava que essas famílias eram as que deveriam ser procuradas. Que grande
2101 parte dessas famílias já constava no Cadastro Único, nos programas sociais, e, mesmo recebendo os
2102 recursos, não superavam essa condição, e com grande parte dessas famílias não cadastradas estando no
2103 Sul, sudeste ou urbano, com o cadastro do público no Nordeste sendo melhor e mais bem-feito.
2104 Observou as colocações do Conselheiro Volmir sobre o atendimento preferencial ao nordeste,
2105 ponderando que no Norte, Nordeste e no Centro-Oeste os desafios eram grandes, com relação às
2106 populações em áreas mais remotas e de difícil acesso, sendo que no Sudeste a procura era dentro dos
2107 grandes centros urbanos, nas regiões metropolitanas, nas grandes cidades e que ainda não haviam feito
2108 o cadastramento. Respondendo à Conselheira Margareth, esclareceu que se o Sistema S não tinha
2109 *expertise* de tratamento desses públicos, assim como os institutos federais e os centros tecnológicos,
2110 estavam exigindo que fizessem as adaptações necessárias para isso, pois queriam um atendimento de
2111 qualidade dentro dessas instituições, as quais estavam sendo atendidas. Ponderou que a gratuidade
2112 estava dentro do processo de amadurecimento do Sistema S, exigindo-se atualmente a ampliação da
2113 rede do Sistema S, dos IFs e IFEDs, direcionado para esse público, envolvendo readaptação das suas
2114 estruturas, material didático, requalificação dos seus professores e discussão em torno dos cursos e
2115 vagas oferecidas. Observou não ser um processo simples, chamando e discutindo junto a estados e
2116 municípios para apoiar esse processo de conversão, com os recursos adicionais sendo para a expansão
2117 de vagas e não para aquelas já existentes, relatando as ações que estavam sendo realizadas. Falou que o
2118 PRONATEC previa a expansão de novos ofertantes, com as redes estaduais e municipais de ensino
2119 técnico e tecnológico e para as instituições da Sociedade Civil credenciadas, precisando-se da
2120 participação dessas instituições, com o MEC preparando-se para essa expansão. Ademais dessas ações,
2121 indicou as mudanças que o MTE estava prevendo no repasse de recursos para a qualificação
2122 profissional com a mesma lógica dentro do PRONATEC. Falou que não conhecia a expansão das
2123 UBSs, mas que não era um atendimento para beneficiários do Programa Bolsa Família, mas sim que
2124 sua localização levasse em consideração as carências de vulnerabilidades na área de saúde, os
2125 indicadores de pobreza, e extrema pobreza e demais vulnerabilidades. Observou o que o Conselheiro
2126 Ademar havia falado, encontrando que a integração das políticas era questão central do Plano Brasil
2127 Sem Miséria e um dos grandes desafios colocados, sendo que para isso era preciso dialogar com todos
2128 os representantes e instâncias das políticas. Dirigindo-se ao Conselheiro Anderson, falou sobre a
2129 questão dos movimentos sociais e dos demais Conselhos, tendo dialogado inicialmente com os
2130 movimentos sociais, antes do lançamento do Plano. Que gostariam de antes do lançamento dos
2131 resultados, realizar uma nova rodada com apresentação dos resultados e a devolutiva das discussões,
2132 realizadas com os movimentos sociais, tendo convidados os parceiros do movimento social como do
2133 governo federal, mas que por questões de agenda no mês de junho, não houve possibilidade desse
2134 encontro. Informou que esse encontro estava sendo remarcado para agosto, junto com a Secretaria
2135 Geral, retomando esse diálogo com os movimentos sociais e com o Fórum Interconselho, a ser
2136 pensando no CNAS e em outras instâncias, aprimorando esse processo de integração, sugerindo para
2137 agosto esse encontro para apresentar os resultados do Plano. Citou a questão levantada pela
2138 Conselheira Maria Aparecida, destacando que Brasil vivia um momento ímpar em relação ao piso de
2139 proteção social, ressaltando como o país era visto internacionalmente ou pelos seus parceiros,
2140 recebendo delegações estrangeiras que queriam conhecer a estrutura da política social brasileira, os
2141 resultados alcançados e os desafios enfrentados, discorrendo sobre a importância desse momento e o
2142 movimento realizado por outros Ministérios para a implementação das políticas. Falou sobre as ações
2143 realizadas pelo governo federal, estaduais e municipais, e que mesmo com concepções diferentes, mas
2144 que em termos de atuação sentiam um alinhamento nessas ações, o que seria reforçado durante a
2145 campanha eleitoral, onde essa temática deveria aparecer dentro das campanhas municipais. O Dr. Tiago
2146 informou que estavam se preparando para, em 2013, dialogar com os municípios, trazendo os dados
2147 que dispunham das políticas e das problemáticas municipais, e trabalhando o que seria um plano

2148 conjunto, governo federal, estados e municípios, de acordo com a característica de cada um dos
2149 municípios, para que os planos adotados pela próximas gestões fossem inclusivos e que contribuíssem
2150 de maneira efetiva para o grande objetivo de superação da extrema pobreza no Brasil. A Presidenta
2151 agradeceu em nome do Conselho, destacando a importância dessa apresentação não apenas para
2152 capacitar, mas também para trazer informações absolutamente procedentes, relacionadas ao que estava
2153 se desenvolvendo no âmbito da política social brasileira. Ressaltou que o CNAS estava aberto para o
2154 diálogo, para a construção coletiva, visando a consolidação das políticas que vinham sendo
2155 desenvolvidas. Agradeceu a todos os Conselheiros que haviam se manifestado, com esse importante
2156 debate consolidando esse importante Fórum. A seguir, agradeceu à diretora, Dra. Carolina Stuchi, pela
2157 sua presença e compreensão. A Dra. Carolina agradeceu o convite, parabenizando aos novos
2158 conselheiros e colocando-se à disposição para outros encontros. A Presidenta agradeceu a presença das
2159 Sras. Luciana e Isabel, da SESEP, colocando esse Pleno, muito qualificado, à sua disposição. A seguir,
2160 passou a palavra para a Conselheira Márcia, que informou que sua entidade havia sido convidada para
2161 participar do lançamento de uma frente parlamentar de apoio às entidades de promoção da integração
2162 ao mercado de trabalho no dia 12 de junho na plenária na Câmara dos Deputados. Que estaria o
2163 Secretário do MTE, responsável pelo programa de jovem aprendiz, e os técnicos das entidades, sendo
2164 cobrada a presença do MDS para rediscutir a nova Portaria que havia sido lançada sobre aumento da
2165 carga horária na capacitação. Informou que no dia 28 de junho haveria um Fórum no MTE, com a
2166 presença do Ministro dessa pasta, de 9h às 12h, para tratar desses assuntos. A Presidenta informou que
2167 a Sociedade Civil e o governo já haviam escolhidos seus nomes para as Comissões, sendo que na
2168 próxima reunião já haveria um espaço para as mesmas. Colocou em pauta a indicação de representação
2169 do CNAS para a CIT, arrazoando sobre essa participação qualificada de observação e
2170 acompanhamento, mas sem direito a voto, mas para acompanhar e trazer subsídios para o Conselho. A
2171 Conselheira Leila indicou, para acompanhamento da CIT pela Sociedade Civil, o Conselheiro José
2172 Araujo, como titular, e a Conselheira Jane Clemente, como suplente, com a Presidenta solicitando que
2173 essa indicação fosse registrada em ata. A seguir, e para registro informou que a representação do CNAS
2174 no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, seria feita pelo Conselheiro Fábio Bruni, na
2175 titularidade, pelo Governo, e a Conselheira Cláudia Faquinote na suplência, pela Sociedade Civil.
2176 Agradeceu aos Conselheiros indicados por essa colaboração com o CNAS. O Conselheiro Volmir
2177 indagou se haveria reunião da Presidência ampliada no próximo mês e como seriam realizadas as
2178 reuniões das Comissões. A Presidenta confirmou a realização da reunião da Presidência Ampliada e
2179 das demais Comissões, que nessa oportunidade elegeriam as Coordenações e as Coordenações
2180 Adjuntas. A seguir, passou para a proposta de pauta: Dia 17 de julho: 9h às 12h, reunião da Comissão
2181 de Acompanhamento aos Conselhos de Assistência Social; 14h às 18h reunião da Comissão de
2182 Financiamento e Orçamento de Assistência Social; reunião da Comissão de Normas de Assistência
2183 Social; reunião da Comissão de Políticas de Assistência Social; 18h às 19h reunião da Presidência
2184 Ampliada. Dia 18 de julho: 9h às 10h, apresentação pelo representante da Secretaria de Assuntos
2185 Administrativos do MDS, sobre passagens, diárias e legislações pertinentes, conforme demanda da
2186 Secretaria-Executiva; 10h às 11h, apresentação e debate da proposta preliminar de diretrizes para a
2187 política e Sistema Nacional de Participação Social pela Secretaria Nacional de Articulação Social, da
2188 Secretaria Geral da Presidência da República, conforme demanda da Secretaria-Executiva, que havia
2189 participado, a convite da Secretaria Geral e da Presidência da República, de uma reunião de
2190 Secretários-Executivos dos Conselhos e que estavam debatendo esse assunto, para formatar uma
2191 política e um sistema de participação, nacional popular, com duração de trinta a quarenta minutos; 11h
2192 às 12h, apresentação do SECAD pela SENARC, demanda da Comissão de Acompanhamento de
2193 Conselhos. A Presidenta observou que no período da tarde teriam que acondicionar a apresentação da
2194 Rede Socioassistencial Privada do SUAS, pela Dra. Carolina, e a apresentação da gestão do SUAS,
2195 sugerindo, também o Censo, mas encontrando ser difícil, considerando o tempo, podendo-se deixar
2196 esse tema. Dia 19, que após conversar com a Conselheira Leila haviam considerado que o Conselho

2197 Nacional conhecesse a SNAS, o que seria implementado nas próximas reuniões, em visitas à SENARC,
2198 SAGI, e outras Secretarias que formatam o MDS, sugestão acatada pelo Pleno. Após essa visita,
2199 aconteceriam os relatos da Presidência Ampliada e das Comissões, submetendo que o primeiro relato
2200 fosse da Comissão de Financiamento, devido à necessidade de aprovação e quorum qualificado. O
2201 Conselheiro Anderson sugeriu que as reuniões iniciassem às 8h30min, para que pudesse iniciar às 9h,
2202 considerando os atrasos existentes. A Conselheira Simone sugeriu que na apresentação do tema sobre
2203 passagens e diárias, constasse o nome do MDS, com a concordância da Presidenta. A seguir, indagou
2204 ao Pleno se havia algum questionamento. Em não havendo, a pauta foi considerada aprovada pelo
2205 Pleno. A Conselheira Leila agradeceu o apoio de todos, esperando encontrá-los na próxima reunião,
2206 reiniciando os trabalhos do Conselho com essa nova Gestão. A Presidenta também agradeceu a
2207 participação de todos, sentindo-se gratificada em trabalhar com esse grupo tão qualificado, tão coeso no
2208 na perspectiva do controle social. Informou que estaria presente todos os dias no Conselho Nacional
2209 para tratar das suas questões, tanto domésticas, gerenciais, como as mais genéricas e que garantiam a
2210 sua missão de controle social. O Conselheiro Volmir manifestou-se contra a alteração do horário, com
2211 a Presidenta entendendo a colocação do Conselheiro Anderson e reforçando a questão da pontualidade.
2212 **ENCERRAMENTO.** Nada mais havendo a tratar, a Presidenta agradeceu a presença de todos,
2213 declarando encerrada a Reunião. Gravaram-se todos os debates e depoimentos pelo serviço de som
2214 deste Ministério e, depois de transcritos, passarão a fazer parte integrante desta Ata, aprovada em
2215 reunião de de de dois mil e doze.
2216